



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

IVO JÚNIOR CELESTINO FERREIRA

**O NOVO MUNDO DO TRABALHO NO CINEMA: A PRECARIZAÇÃO
DA VIDA**

João Pessoa - PB

2019

IVO JÚNIOR CELESTINO FERREIRA

**O NOVO MUNDO DO TRABALHO NO CINEMA: A PRECARIZAÇÃO
DA VIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de mestre em Psicologia Social

Orientador: Professor Dr. Anísio José da Silva Araújo

João Pessoa - PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383n Ferreira, Ivo Júnior Celestino.

O novo mundo do trabalho no cinema: a precarização da vida / Ivo Júnior Celestino Ferreira. - João Pessoa, 2019.

210 f.

Orientação: Anísio José da Silva Araújo.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

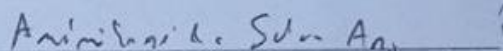
1. Psicologia social. 2. Precarização da vida. I. Araújo, Anísio José da Silva. II. Título.

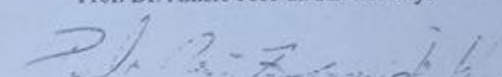
UFPB/CCHLA

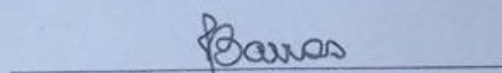


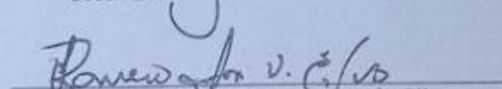
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

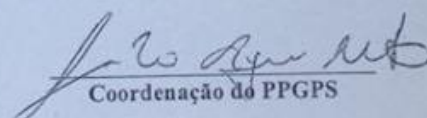
Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e dezenove, na Sala 511 do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social para o exame de Defesa de Dissertação do discente **Ivo Júnior Celestino Ferreira** (orientando, UFPB, CPF: 095.800.414-58). Foram componentes da banca examinadora os professores: Dr. Anísio José da Silva Araújo (UFPB, Orientador, CPF: 203.089.304-87), Dr. Paulo César Zambroni de Souza (UFPB, Membro interno, CPF: 011.836.117-14), Dr.^a Vanessa Andrade de Barros (UFPE, Membro interno, CPF: 255.481.586-00) e Dr. Romero Júnior Venâncio Silva (UFS, Membro externo à Instituição, CPF: 854.687.464-68). Na cerimônia compareceram, além do examinado, alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o presidente da banca, Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o examinado **Ivo Júnior Celestino Ferreira** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que apresentasse sua dissertação, intitulada: "**O Novo Mundo do Trabalho no Cinema: a precarização da vida**". Passando então ao aludido tema, o examinado foi, em seguida, arguido pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe a avaliação de "**APROVADO**" na defesa de trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, nível Mestrado. Nada mais havendo a tratar, eu, Julio Rique Neto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos, assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 29 de abril de 2019.


Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo


Prof. Dr. Paulo César Zambroni de Souza


Prof.ª Dr.ª Vanessa Andrade de Barros


Prof. Dr. Romero Júnior Venâncio Silva


Coordenação do PPGPS
Prof. Dr. Julio Rique Neto
PPGPS - Coordenador
SIAPE: 1520147

Agradecimentos

À minha família pelo carinho e apoio de sempre.

Ao meu orientador, Anísio Araújo, pela atenção e cuidados durante todo o processo do mestrado, desde o difícil início até sua conclusão.

Aos professores que compuseram a banca avaliadora e suas valiosas contribuições: Romero Venâncio, primeiro professor de estética e influência decisiva para essas páginas, Vanessa Barros e Paulo Zambroni.

À Fatima Pereira, por todo o incentivo durante todo o processo manifestado de várias formas, assim como ao NUPEDIA.

Ao GPST pelas constantes discursões sobre o mundo trabalho e psicologia.

À FAPESC pela bolsa concedida que viabilizou a realização desse trabalho.

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações não encerram
nenhum exemplo.
Praticas laboriosamente os gestos universais,
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e
desejo sexual. [...]

Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua
derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a
injusta distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de
Manhattan"

Carlos Drummond de Andrade, Elegia 1938.

A gente se acostuma a pagar por tudo o que
deseja e necessita. A lutar para ganhar o
dinheiro com que se paga. E a ganhar menos do
que precisa. E a fazer filas para pagar. E pagar
mais do que as coisas valem. E a saber que cada
vez pagará mais. E a procurar mais trabalho,
para ganhar mais dinheiro, para ter com que
pagar nas filas em que se cobra. [...]

A gente se acostuma para poupar a vida. Que
aos poucos se gasta, e que, de tanto se
acostumar, se perde em si mesma.

Marina Colasanti, Eu sei mas não devia

Resumo

No último terço do século XX, em decorrência do processo de crise estrutural do capital, o mundo do trabalho passou por significativas transformações e a tendência central desse movimento tem sido a precarização do trabalho em âmbito global. Tendo por base teórica o marxismo e a psicologia social do trabalho, o presente trabalho objetiva apreender os impactos da precarização estrutural do trabalho na vida dos indivíduos da classe trabalhadora a partir da análise de algumas obras cinematográficas, procurando identificar a forma como estas obras têm conseguido captar as determinações do novo mundo do trabalho, em especial, o fenômeno da precarização da vida. Para isso, partimos das ideias acerca da arte como uma forma de conhecimento da realidade, desenvolvidas pelo filósofo húngaro Georg Lukács. As obras selecionadas para a análise foram: Segunda-feira ao Sol (2002), de Fernando León de Aranoa; Dois dias, uma noite (2014), dos irmãos Dardenne e Eu, Daniel Blake (2016), de Ken Loach. Para a análise, recorreremos ao método crítico de Antonio Candido, sendo cada obra analisada individualmente e posteriormente procuramos apontar as convergências e divergências entre elas. As conclusões a que chegamos indicam que o novo cinema do trabalho tem se mostrado fecundo em apreender, por meios estéticos, as determinações do novo mundo do trabalho e da precarização da vida, trazendo, dessa forma, importantes contribuições para que possamos compreender as principais contradições e desafios de nosso tempo histórico.

Palavras-chave: Psicologia social; Precarização da vida; Novo mundo do trabalho; Cinema.

Abstract

In the last third of the twentieth century, due to the structural crisis of capital, the world of labour has undergone significant changes and the central tendency of this movement has been the precariousness of work conditions in a global scope. Having a theoretical basis of Marxism and social psychology of work, the present work aims to apprehend the impacts of the structural precariousness of labour in the lives of working class individuals from the analysis of some cinematographic works, seeking to identify the way in which these works have managed to capture the determinations of the new world of labour, in particular the phenomenon of precariousness of life. For this, we started from the ideas about art as a way of knowing reality, developed by the Hungarian philosopher Georg Lukács. The works selected for analysis were: *Mondays in the Sun* (2002), by Fernando León de Aranoa; *Two days, one night* (2014), by the Dardenne brothers and *I, Daniel Blake* (2016), by Ken Loach. For the analysis, we used the critical method of Antonio Candido, each piece being analyzed individually and then try to point out the convergences and divergences between them. The conclusions we reached indicate that the new cinema of labour has proved fruitful in apprehending, through aesthetic means, the determinations of the new world of labour and the precariousness of life, thus bringing important contributions so that we can understand the main contradictions and challenges of our historical time.

Keywords: Social psychology; Precarious life; New world of work; Movie.

Sumário

Introdução.....	p.8
Capítulo I - A psicologia social do trabalho e o marxismo.....	p.16
Capítulo II - A crise do capitalismo, o novo mundo do trabalho e a precarização da vida.....	p. 51
1.1 A crise do capitalismo e o novo mundo do trabalho.....	p. 51
1.2 A precarização da vida.....	p. 89
Capítulo III - A arte como forma de conhecimento em Lukács.....	p. 111
Capítulo IV - Método.....	p. 138
Capítulo V - Análise das obras.....	p. 144
1.1 Segunda-feira ao sol.....	p. 149
1.2 Dois dias, uma noite.....	p. 162
1.3 Eu, Daniel Blake.....	p. 174
1.4 Convergências e divergências.....	p. 187
À guisa de conclusão.....	p. 195
Referências Bibliográficas.....	p.198

I. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, desde os anos 1970, o mundo do trabalho vem passando por significativas transformações. Diversos estudos têm analisado e caracterizado essas mudanças e constatado que a tendência central desse movimento é de uma precarização estrutural do trabalho no mundo inteiro. A sua intensificação e “flexibilização”, somada ao retrocesso de importantes direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo do século XX e do desmonte do Estado de bem-estar social, trouxe expressivas mudanças nas condições de trabalho e de vida dessa classe, assim como na dinâmica da sociedade como um todo.

O sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, um autor de importância central em nosso estudo, ainda que tenha contribuído fundamentalmente para o estudo da nova morfologia do trabalho, em sua obra é possível perceber indicações quanto aos efeitos dessa precarização na vida e subjetividade dos trabalhadores e que são, em certa medida, ponto de partida para nossa pesquisa, sobretudo pelo fato de que compreendemos que a subjetividade não pode ser compreendida independentemente da objetividade.

A precarização do trabalho tem sido amplamente estudada, sobretudo no que diz respeito às transformações na objetividade do trabalho, mas a mesma se expressa também na subjetividade. A precarização trouxe consigo a intensificação do sofrimento e do adoecimento, tratando-se, em verdade, de uma precarização da objetividade e da subjetividade do trabalho.

Outro aspecto caro para nós, nessa dissertação, é a relação entre arte e sociedade. A socióloga francesa Danièle Linhart (2014) sugeriu, de maneira um tanto pontual, mas

acertada, que a partir dos anos 1990 o cinema passou a representar o mundo do trabalho de uma forma dura, violenta e permeada de sofrimento. Segundo a autora, se nas décadas de 1950, 1960 e 1970 (os chamados anos de ouro do capitalismo) o mundo do trabalho pouco apareceu nas artes, a partir dos anos 1990 ele aparece com bastante evidência e pondo novos elementos em debate.

Quanto à afirmação da ausência do mundo do trabalho no cinema entre as décadas de 1950 e 1970, é importante fazer uma ressalva. Conforme Benjamín Rivaya (2008), em um texto onde ele traça uma breve história do “cinema do trabalho”, logo ao fim da II Guerra Mundial aparece na Itália um movimento cinematográfico em que filmes sobre o trabalho têm papel de destaque. Trata-se do movimento do Neorealismo italiano, que deu origem a clássicos como *Ladrões de bicicleta* e *Umberto D*, ambos de Vittorio de Sica.

Segundo o Rivaya (2008), na década de 1950 aparecem filmes que abrem novos caminhos para o cinema do trabalho, incorporando temáticas como a do movimento sindical, tanto numa perspectiva positiva como negativa. Como exemplo ele menciona filmes como *A lei do silêncio*, de Elia Kazan e *O sal da terra*, de Herbert Biberman. E as décadas de 1960 e 1970 são um marco para o cinema político italiano, que se converte em um novo referencial para o cinema que se debruça sobre as questões do mundo do trabalho. Filmes como *Sacco e Vanzetti*, de Giulino Montaldo, *A classe operária vai ao paraíso*, de Elio Petri, e *Novecento*, de Bernardo Bertolucci, são exemplares desse momento.

Indo ainda mais longe, poderíamos mencionar algumas obras do cinema oriental, que retratam o encontro entre a classe trabalhadora e o Kung Fu. Paris-Clavel (2017), num curioso artigo intitulado *Kung-fu e luta de classes*, publicado na edição 113 da *diplomatie*, recorda filmes como *O dragão chinês*, de 1971, dirigido por Lo Wei e

protagonizado por ninguém menos que Bruce Lee, que interpreta um operário de uma fábrica de gelo que usa toda a sua habilidade nas artes marciais para enfrentar o seu patrão após este mandar assassinar vários de seus amigos trabalhadores da fábrica. Outra produção foi *Dedos de aço que matam*, de 1972 e dirigido por Hui Kwok. E também *O retorno à câmara 36*, do diretor Liu Chia-liang.

Contudo, se podemos não concordar quanto à ausência do mundo do trabalho nas obras de arte (em especial no cinema) entre as décadas mencionadas por Linhart, não há dúvida de que dos anos 1990 em diante a forma como o mundo do trabalho aparece no cinema se transforma radicalmente, assumindo novas representações que não apareciam antes. Aqui, podemos perceber claramente como à medida que a sociedade se transforma, as representações artísticas sobre ela também se transformam. Além disso, a quantidade de filmes que tratam do tema também aumentou consideravelmente.

Pensar num estudo que se propõe a articular a ciência e arte, não raramente é alvo de incômodo, desconfiança e incompreensão. Conforme Ianni (2011), a clara demarcação das fronteiras entre ciência, filosofia e arte tem sido uma das características marcantes da história do pensamento moderno. Em escala crescente e de forma cada vez mais intensa essas distinções têm assumido contornos extremamente radicais.

A partir de Bacon, Galileu, Maquiavel, Descartes, Spinoza, entre outros, desenvolveram-se metodologias e epistemologias que buscavam codificar os procedimentos científicos e filosóficos, demarcando assim orientações que seriam cada vez mais adotadas e generalizadas. É nessa esteira que o experimentalismo instaura-se como um emblema da maioria do pensamento científico (Ianni, 2011).

Se para as ciências da natureza o experimentalismo contribuiu decisivamente para significativos avanços dos conhecimentos humanos acerca do mundo natural, o mesmo não pode ser dito quanto a sua transposição para as ciências sociais. Os

cientistas sociais, ao se entusiasmarem com a experimentação, indução quantitativa, a busca da neutralidade, o ideal da “ciência rigorosa”, acabaram perdendo de vista que "o mundo sócio cultural e político-econômico, ou histórico, articula-se dialeticamente, envolvendo atividades físicas e espirituais, a práxis humana, individual, e coletiva" (Ianni, 2011, p. 156).

As rígidas demarcações de aspectos da realidade tem sido uma tendência e mesmo uma obsessão. É daí que nasce a crescente e generalizada subdivisão de áreas, setores, campos, especializações. Tanto nas ciências sociais, quanto da natureza e mesmo na filosofia multiplicam-se as especialidades e os especialistas, de tal modo que se formam intelectuais extremamente parcializados, competentes em apenas algum fragmento da realidade. A crescente institucionalização das atividades de ensino e pesquisa sob a influência do positivismo e às induções do mercado tem levado a pulverização da filosofia, das ciências naturais, sociais e da arte, no curso do século XX e no início do século XXI (Ianni, 2011).

Essas multiplicações de especialidades, áreas, setores, campos e disciplinas criam sérios problemas para apreensão do real em sua complexidade, sua totalidade. É por isso que esses tipos de demarcações sempre inquietaram grandes pensadores ao longo da modernidade. Contudo, a força das instituições, da divisão do trabalho intelectual, dos aparatos tecnológicos e dos vultuosos recursos financeiros oriundos de agências governamentais e privadas alimentam a indiferença ou mesmo a hostilidade com relação aos debates fundamentais, de cunho ontológico e epistemológico (Ianni, 2011).

A gênese e os desenvolvimentos da modernidade, por exemplo, somente se esclarecem quando se examinam, combinadamente, criações artísticas, filosóficas e científicas. Habitualmente se

afirma que a modernidade se inicia com a Renascença, a descoberta do novo mundo, a Reforma Protestante e a invenção da imprensa. Essa época em que as narrativas, as ideias e as novas formulações científicas, filosóficas e artísticas de Thomas Morus, Erasmo de Rotterdam, Maquiavel, Cervantes, Shakespeare, Camões, Galileu, Copérnico, Kepler, Giordano Bruno, Leonardo da Vinci, Hieronimus Bosch e outros estão surpreendendo e desafiando pensadores de diferentes orientações, bem como indivíduos e coletividades (Ianni, 2011, p. 162).

É por isso que, apesar da crescente distinção entre ciências sociais, ciências naturais, filosofia e arte, e da divisão do trabalho intelectual, são frequentes os diálogos abertos ou velados entre essas esferas da cultura, do pensamento e do esclarecimento, em geral enriquecendo todas elas (Ianni, 2011).

Nesse sentido, nos parece da maior importância insistir num estudo que procura pensar a arte como uma forma de conhecimento da realidade social que busca, na tentativa de compreender o real em sua totalidade e complexidade, se valer tanto da produção teórica quanto da cinematográfica, na medida em que ambas estão comprometidas com apreensão das novas determinações do mundo do trabalho.

É por isso que, tendo em vista os estudos acerca da precariedade do novo mundo do trabalho, desenvolvidos pelos mais diversos teóricos, e as sugestões sobre o caráter de um novo cinema do trabalho, delineadas por Linhart (2014), nos colocamos a seguinte questão: Quais os impactos da precarização estrutural do trabalho na vida dos indivíduos da classe trabalhadora?

Quando se fala em precarização do trabalho não se deve perder de vista que quem sofre as agruras dessa precarização não é o “trabalho em si”, mas as pessoas que realizam esses trabalhos. É a vida das pessoas que trabalham em condições precárias que sofre as suas graves consequências. A própria vida humana também se precariza nesse processo.

Sobre essa “precarização da vida” advinda das transformações no mundo do trabalho alguns estudos têm apontado nessa direção. Podemos tomar como exemplo o estudo de Linhart (2014) sobre o que ela denominou de “precarização subjetiva” e Alves (2015b) sobre a “precarização da existência”.

Contudo, faz-se necessário demarcar que isso que estamos chamando de precarização da vida não pode ser entendida apenas pelas transformações nas condições e organização do trabalho. Somam-se a essas questões as modificações sofridas na própria totalidade social, isto é, na sociedade como um todo. Como apontado por Harvey (1996) e Antunes (2009; 2014), as transformações vivenciadas no mundo do trabalho refletem transformações mais significativas que dizem respeito à crise do capitalismo que teve início em 1973 e segue se intensificando desde então.

Apreender as determinações da precarização da vida exige mais do que a mera análise dos ambientes de trabalho individualmente. O que se impõe é a necessidade de um estudo de maior amplitude, que abarque não só o trabalho dos indivíduos, mas a própria totalidade da sociedade do capital e sua crise.

Objetiva-se nessa dissertação apreender os impactos da precarização estrutural do trabalho na vida dos indivíduos da classe trabalhadora a partir da análise de algumas obras cinematográficas, procurando identificar a forma como estas obras têm conseguido captar as determinações do novo mundo do trabalho, em especial, o fenômeno da precarização da vida.

A seguir apresentaremos a forma pela qual este estudo estrutura-se:

No primeiro capítulo apresentaremos as bases teóricas sob as quais se estrutura esse estudo. Tomamos aqui a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho, sua compreensão crítica acerca da realidade social, sua tomada da perspectiva dos trabalhadores e de uma psicologia social que considera os indivíduos inseridos em relações sociais. Além disso, recorreremos também o método da Teoria Social Marxiana, o método dialético e da totalidade concreta. Em suma, o que se pretende nesse capítulo é apresentar algumas das principais contribuições do método marxiano para a perspectiva da psicologia social do trabalho.

O segundo capítulo se divide em duas sessões. Na primeira buscaremos contextualizar historicamente a crise estrutural do capital e o processo de precarização do trabalho que dela deriva, enquanto que na segunda nos debruçaremos mais detidamente a uma compreensão da precarização da vida, partindo de alguns estudos que dão subsídios à formulação dessa categoria.

Após se chegar a uma compreensão ampla da precarização da vida partiremos, no terceiro capítulo, para a problemática da arte como forma de conhecimento tendo como base as ideias do filósofo marxista húngaro Georg Lukács. Na medida em que se pretende analisar a forma como o novo mundo do trabalho e a precarização da vida aparecem no cinema faz-se necessário entender como a arte pode contribuir para o conhecimento da realidade social. Nesse capítulo também dedicaremos um momento para comentar as ideias de Lukács sobre o cinema.

No quarto capítulo apresentaremos o método pelo qual analisaremos os filmes, o método crítico desenvolvido pelo crítico literário Antonio Candido. Também discorreremos sobre os critérios estabelecidos para a escolha das obras que serão analisadas.

O quinto capítulo será dedicado para a análise de cada filme individualmente, procurando desvendar, numa análise imanente a cada obra, a forma como essas obras refletem a realidade social e os conflitos do novo mundo do trabalho. Em seguida procuraremos traçar alguns pontos de convergência e divergência entre eles.

CAPÍTULO I

A PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO E O MARXISMO

A Psicologia Social do Trabalho consiste numa psicologia social que focaliza os fenômenos e os problemas do trabalho. Contudo, ela parte da compreensão de que existem distintas perspectivas na psicologia que se ocupam do mundo do trabalho, questionando, dessa forma, a ideia predominante de que todos os psicólogos que focalizam o trabalho em suas pesquisas ou atuação profissional podem ser incluídos no enfoque denominado Psicologia Organizacional e do Trabalho. Há, portanto, grandes diferenças epistemológicas, metodológicas, ideológicas e políticas entre as diversas vertentes da Psicologia que se ocupam com o trabalho (Bernardo, Sousa, Pinzón & Souza, 2015).

Tais distinções são bastante evidentes, por exemplo, entre a Psicologia Organizacional, cujo alinhamento é voltado predominantemente aos interesses gerenciais; e a Psicologia Social do Trabalho, que se orienta para uma compreensão crítica das relações sociais de trabalho com foco na vivência dos trabalhadores (Bernardo et al, 2015)

A Psicologia Organizacional parte do pressuposto de que o papel do psicólogo deveria ser o de encontrar o lugar adequado às capacidades de cada trabalhador, o que geraria satisfação pessoal para estes, e ao mesmo tempo geraria lucro para os patrões. Dessa forma todos ganhariam. No entanto, o que escapa a essa perspectiva é que ela não colocava em questão que atuando dessa forma contribuiria para a alienação do

trabalhador em relação à própria condição social de subordinação ao poder econômico e às possibilidades de mudança dessas condições (Bernardo et al, 2015).

No final da década de 1920 surgiam as primeiras ideias da Escola de Relações humanas, desenvolvida a partir dos experimentos do psicólogo Elton Mayo. Tal escola se preocupava não apenas com a relação do trabalhador com seu posto de trabalho, mas também com as relações interpessoais. Com um discurso mais sofisticado, Mayo falava em recuperar o lado humano e social do trabalho que havia se perdido por causa do tecnicismo e do individualismo de Taylor, e também da importância dos sentimentos e das relações humanas entre os trabalhadores e deste com os gerentes (Bernardo et al, 2015).

Por trás da suposta humanização dos locais de trabalho ocultava-se o antagonismo entre os interesses dos empregadores e os dos trabalhadores. A atuação dos psicólogos se mantinha assim alinhada aos interesses da gerência e o controle sobre os trabalhadores se dava de formas mais sofisticada (Bernardo et al, 2015).

Quanto a Psicologia Social do Trabalho, ela parte do conflito existente no antagonismo entre capital e trabalho, que se dá na relação assimétrica de poder entre quem trabalha e quem se apropria do excedente de trabalho. Ela busca compreender os múltiplos aspectos sociais e subjetivos que compõem o mundo do trabalho (Bernardo et al, 2015)..

Dessa forma, a Psicologia Social do Trabalho se contrapõe à leitura que naturaliza as relações sociais tal como se dão na sociedade do capital, que é a leitura que tem prevalecido em grande parte das ações e dos estudos em Psicologia Organizacional. A Psicologia Social do Trabalho toma como base o caráter histórico, contraditório e

conflituoso dessa relação e compreende que o trabalho sofre mudanças e desvios ao ritmo das transformações econômicas, políticas e culturais (Bernardo et al, 2015).

Assim, se é possível dizer que a origem da Psicologia Organizacional se deu, sobretudo, na prática vinculada aos interesses gerenciais, a Psicologia Social do Trabalho, por seu lado, se configura a partir da pesquisa em Psicologia Social e da aproximação de psicólogos a movimentos sociais de trabalhadores que caracterizaram o período de abertura política posterior à ditadura militar (Bernardo et al, p. 25, 2015).

A Psicologia Social do Trabalho entende que só é possível estudar a dimensão psicológica dos trabalhadores, a intersubjetividade e as relações interpessoais no trabalho situando-as concretamente nos contextos micro e macrosociais, simultaneamente. Ela também compreende o trabalho em sua materialidade e historicidade considerando, portanto, as relações de poder presentes na divisão social do trabalho e as condições e particularidades do capitalismo contemporâneo, no contexto de suas transformações. O seu esforço teórico consiste então em buscar “enfocar as condições singulares nas quais o trabalho acontece, sem, no entanto, abstraí-las dos processos macrosociais que as determina” (Sato, Coutinho & Bernardo, p. 14, 2017)

Na medida em que reconhece as disputas que envolvem a definição das condições de trabalho, a PST busca se aproximar das organizações coletivas de trabalhadores, como os sindicatos e outros movimentos sociais. A preocupação em vincular teoria e prática foi determinante desde o seu surgimento (Sato et. al, 2017).

A própria história da Psicologia Social do Trabalho é indissociável do contexto histórico e político em que ela se situa. Ela tem início nos anos 1980, quando o Brasil

vivia um importante momento de abertura política após 21 anos de ditadura militar (1964 - 1985) e os movimentos sociais procuravam fortalecer o ideal da democracia e da cidadania (Esteves, Bernardo & Sato, 2017).

Nesse mesmo momento os sindicatos passam a demonstrar interesse pelos problemas de saúde e pelo alto consumo de medicamentos entre os trabalhadores, o que foi o pontapé inicial para a configuração do campo da Saúde do trabalhador, que a partir da articulação dos sindicatos com o movimento sanitarista conseguiu incorporar, na Constituição Federal de 1988, políticas públicas voltadas especificamente para a classe trabalhadora (Esteves et. al, 2017).

Outro momento central na história da PST se deu já no final dos anos 1990, quando o Brasil passava por um período de grande desemprego. Naquele momento os trabalhadores desempregados, ou em risco de desemprego, procuraram apoio de sindicatos e universidades para as suas reivindicações pelo direito ao trabalho. Em uma reação popular ao desemprego, os trabalhadores se reuniram em grupos e empreendimentos coletivos, com o objetivo de produzir as condições de voltar a trabalhar. Milhares de grupos de trabalhadores associados em cooperativas de autogestão emergiram nesse momento. Esse movimento foi denominado Economia Solidária (Esteves et. al, 2017).

Os exemplos do surgimento da Saúde do Trabalhador e da Economia Solidária não são os únicos, mas são emblemáticos do processo que deu origem a PST, que ganhou forma a partir das reivindicações dos trabalhadores. Por isso, o ponto de partida da investigação e da intervenção da PST são os problemas concretos vividos no cotidiano do trabalho (Esteves et. al, 2017).

Para atingir seus objetivos a PST não se vincula a uma abordagem teórica ou metodológica específica, mas se vale de várias modalidades de aproximações com o real e busca se afastar dos cânones positivistas (Sato et. al, 2017).

Dentro dessa pluralidade teórico-metodológica, a relação da PST com o marxismo ora é de aproximação e ora de distanciamento a depender dos/as autores/as. Se por um lado costuma tomar algumas concepções centrais da teoria social marxiana como reificação social, exploração do trabalho, ideologia, entre outras, por outro nem sempre se assimila o método de Marx. Não por acaso na recente coletânea sobre a PST organizada por Coutinho, Bernardo e Sato (2017), lançada pela editora Vozes, nos capítulos em que se discute método (principalmente os capítulos 3 e 4) não há qualquer referência ao marxismo, enquanto que no capítulo de análise histórica (capítulo 2) as referências marxistas são abundantes.

Nesse capítulo pretendemos apresentar algumas das principais contribuições do pensamento marxista, sobretudo a partir das obras dos seus fundadores, Marx e Engels, para os estudos da PST. Do primeiro nos dedicaremos ao livro I de O capital e do segundo ao livro A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. É importante frisar que o retorno à esses autores tem um sentido histórico e metodológico. Não se trata de imaginar que as condições de trabalho e de vida descritas pelos autores ainda são as mesma atualmente, mas de entender a concepção de trabalho desenvolvida por eles e a forma como articulam as transformações sociais - da totalidade social - com as transformações do trabalho e da vida como um todo. Também se pretende demonstrar como em suas análises os autores não se restringem os aspectos objetivos em detrimentos dos subjetivos (espirituais), pois ambos aparecem de forma indissociável.

Para Marx a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento do real. “O conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (Netto, 2011, p. 20). A sua definição de teoria seria então: “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (id., p. 21).

A tarefa do pesquisador é ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica do objeto. Parte-se do empírico, mas com intuito de ir além dele e apreender a essência do objeto, isto é, sua estrutura e dinâmica (Netto, 2011). Para Marx “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 2017, p. 880).

A concepção teórica-metodológica de Marx possui três categorias nucleares: totalidade, contradição e mediação (Netto, 2011).

Lukács, um dos mais importantes intérpretes do pensamento de Marx, reivindicava que o que é essencial no método de Marx não era o predomínio dos motivos econômicos na explicação da história, mas o ponto de vista totalidade (Lukács, 2003). Lukács sempre foi um crítico ferrenho de uma equivocada leitura economicista do pensamento de Marx, bastante influenciada pelo positivismo e que consiste em reduzir os fenômenos estudados de forma mecânica e direta à economia.

Marx afirma que, na produção da vida social, os homens e mulheres assumem determinadas relações de produção que correspondem a uma etapa determinada do desenvolvimento das forças produtivas. É a totalidade dessas relações de produção que formam a estrutura econômica da sociedade. Não existe vida social se antes os homens e mulheres não criam as condições materiais para a sua sobrevivência, isto é, se

alimentar, vestir, morar, etc. É isso que Marx entende por estrutura econômica de uma sociedade. É por isso que Marx afirma que o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social (Marx, 2008). Mas, como lembra Mészáros (2013), isso não implica dizer que os resultados da investigação econômica possam ser simplesmente transferidos para os outros níveis ou esferas sociais. Certamente os outros níveis e esferas sociais não estão alheios ao modo de produção de vida social, mas eles possuem um desenvolvimento relativamente (porque não completamente) autônomo.

Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um "todo" constituído por "partes" funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é "simples" - o que as distingue é o seu grau de complexidade (Netto, 2011, p.56).

A questão crucial é exatamente estabelecer a relação entre a "totalidade concreta social" e as "totalidades parciais". Essas relações nunca se dão diretamente, mas são "mediadas" (categoria da mediação) pelos distintos níveis de complexidade e pela estrutura peculiar de cada totalidade, em sua autonomia relativa (Netto, 2011).

Conforme Mészáros, a totalidade concreta social sem a categoria da "mediação" é um postulado vazio. "A totalidade social existe por e nessas mediações multiformes por meio das quais os complexos específicos - isto é, as 'totalidade parciais' - se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo." (Mészáros, 2013, p. 58).

Pensar, portanto, a totalidade concreta social como uma imediatez, sem estabelecer as suas mediações é tratar de uma totalidade vazia. Por outro lado, o descuido na análise da totalidade e o culto da imediatez leva a uma totalidade parcial também vazia, apartada de suas determinações históricas e sociais (Mészáros, 2013).

Um último aspecto da totalidade concreta social é o de que ela é uma totalidade dinâmica e o seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades parciais que compõem a totalidade concreta. É importante frisar que sem essas contradições as totalidades seriam inertes e mortas. Uma análise atenta das totalidades não deixa de perceber que elas estão a todo o momento em constante processo de transformação (Netto, 2011).

É partindo dessas relações entre totalidade e mediação que podemos entender o trabalho como uma "totalidade parcial", um complexo, que está inserido em um complexo social de maior amplitude complexidade a totalidade concreta da sociedade. Como veremos mais adiante, Marx e Engels nos mostram como as transformações na totalidade social em decorrência da emergência da sociedade burguesa alteram profundamente a sociedade como um todo. Com a revolução industrial e o desenvolvimento das cidades, determinadas formas de vida e trabalho, cujo substrato era uma sociedade rural, vai dando lugar a novas formas de trabalho, com as primeiras fábricas.

Outro elemento importante do método de Marx é a profunda articulação entre esses complexos. Dessa forma, na análise de Marx e Engels também se apresenta uma profunda articulação entre o trabalho e vida social. O trabalho é uma dimensão significativa da vida, mas não é a única. Vemos nos textos uma constante tensão que

existe entre o tempo de trabalho e o tempo livre. As extenuantes jornadas de trabalho de 15, 16 horas reduziam quase completamente o tempo livre, isto é, o tempo que os trabalhadores poderiam usar para o desenvolvimento de outras dimensões da vida.

Partamos então para a concepção de Marx acerca do trabalho. Em sua obra máxima da maturidade, O Capital, Marx entende o trabalho como uma condição da existência da humanidade.

Como criador de valor de uso, como o trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Marx, 2013, p. 120).

É o trabalho então um processo de troca metabólica entre a humanidade e a natureza, onde aquela põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade, como seus braços, pernas, cabeça e mãos. Atuando sobre a natureza externa, o ser humano a transforma, com o intuito de satisfazer uma necessidade, e ao transformar a natureza exterior, transforma também sua própria natureza humana. “Ele desenvolve as potências que nele jazem latentes e submete o jogo de suas forças ao seu próprio domínio” (Marx, 2013, p. 255).

Marx deixa claro não se referir às formas instintivas e animais do trabalho num estágio primevo da humanidade, mas de um momento em que ele já se desvencilhou dessa forma mais instintiva. Ele se refere a uma forma que pertence exclusivamente ao ser humano, isto é, ao ser social.

(...) o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de

trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (Marx, 2013, p. 256).

Além do esforço dos órgãos que trabalham, o trabalho exige a vontade de quem trabalha voltada a um determinado fim, uma atenção durante todo o tempo de trabalho. Tanto maior é essa atenção quanto menos o trabalho, pelo conteúdo, pela espécie e modo de execução, atrai o trabalhador, isto é, “quanto menos ele aproveita como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais” (Marx, 2013, p. 256).

Desde o início, em suas definições mais gerais, é nítido como, na concepção de trabalho de Marx, a subjetividade ocupa um importante papel. Marx não é um pensador que ignora os aspectos da dimensão subjetiva, ao contrário, objetividade e subjetividade são dois momentos constitutivos de um mesmo movimento. No trabalho existe um momento ideal (que ocorre na mente), que antecede e direciona o momento objetivo. O fato do momento subjetivo ser anterior não implica dizer que é predominante, afinal não transformamos a matéria natural a nosso bel prazer, mas conforme as possibilidades objetivas da realidade.

Da mesma forma, a concepção marxiana do trabalho também não ignora uma importante questão como a da vontade. Enquanto um trabalho estimulante exige um menor esforço para manter a atenção necessária para sua execução, um trabalho pouco estimulante é muito mais desgastante, se não de um ponto de vista físico, certamente do mental.

Em sua Ontologia do Ser Social, Lukács, seguindo as indicações de Marx e Engels, mostra, no capítulo dedicado ao trabalho, como este foi responsável pela passagem do animal humano de ser meramente biológico (orgânico), para o ser social. O trabalho, portanto, é visto como um fenômeno originário, como modelo de toda práxis social (atividade humana) (Lukács, 2013).

Como reconhece Lukács (2013), Engels tem o mérito de ser o primeiro a colocar o trabalho no centro da humanização do ser humano.

Nossos antepassados simiescos eram animais que viviam em manadas; evidentemente, não é possível buscar a origem do homem, o mais social dos animais, em antepassados imediatos que não vivessem congregados. Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. (Engels, 2004, p. 15).¹

Engels (2004) acrescenta que à medida que o trabalho se desenvolve e se complexifica, aumentam os casos de ajuda mútua e de atividades conjuntas. A percepção das vantagens da atividade conjunta para os indivíduos contribuiu para agrupar ainda mais os membros da sociedade.

Vemos aqui como o trabalho, na mesma medida em que atua na transformação da natureza também o faz em relação ao ser social, que transforma a si mesmo no processo bem como sua relação com outros indivíduos. E como afirma Engels, a mão

¹ Hoje sabemos que os humanos não descendem desses “antepassados simiescos” como se acreditava na época de Engels. Ambos advêm, na verdade, de uma ancestral em comum que se estima que tenha existido há mais de cinco milhões de anos (Foyle, 2003). Mas isso não altera o fundamental da argumentação de Engelsiana.

não seria apenas um órgão do trabalho, mas também produto dele. Foi só a partir de um longo processo de desenvolvimento de habilidades novas e cada vez mais complexas que a mão humana evoluiu de uma mão que produz as mais rudimentares ferramentas para a mão que produz os quadros de Rafael, as esculturas de Thorwaldsen e a música de Paganini (Engels, 2004).

Como vimos, na concepção de trabalho de Marx já está presente a existência de um momento subjetivo, ideal, e um momento objetivo. O arquiteto elabora o favo na mente antes de construí-lo na cera. Sendo assim, através do trabalho “realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social.” (Lukács, 2013, p. 46).

Entende-se por teleologia uma intencionalidade, uma finalidade. A sua importância é assinalada por Lukács, entre outras, na seguinte passagem:

(...) é preciso entender que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do ato teleológico. Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo, baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos (Lukács, 2013, p. 52).

Tertulian, numa passagem em que comenta a ontologia do ser social de Lukács, nos ajuda a entendê-la quando sintetiza o papel da teleologia da seguinte forma: “Por suas atividades teleológicas, o homem interrompe as séries causais objetivamente

determinadas; introduz no determinismo natural uma ordem nova; submete o movimento da matéria a suas intenções.” (Tertulian, 2008, p. 198).

A própria consciência humana, a partir do trabalho, deixa de ser um mero epifenômeno, como nos demais animais, e pode se tornar um ato dirigido por ela mesma, uma intencionalidade, ou seja, uma teleologia. Dessa forma, por meio desse longo processo milenar, a humanidade vai transformando a natureza à sua volta e sua própria natureza (Lukács, 2013).

Até então já podemos ter a dimensão da importância do trabalho para o pensamento de Marx. Trata-se de uma categoria central tanto por sua condição ineliminável para a existência humana como pelo seu papel no processo de humanização do ser humano, da passagem de ser orgânico (como os outros animais) para o ser social. No entanto, essa forma mais geral e originária do trabalho não é necessariamente a forma que ele assume no processo de evolução das sociedades humanas. Passemos para algumas considerações sobre a história do trabalho nas sociedades.

Nas sociedades primitivas a produção era voltada unicamente para a satisfação das necessidades imediatas de sobrevivência. Eram sociedades de coletores e caçadores, onde a propriedade e a produção eram partilhadas entre todos. A única divisão de trabalho conhecida era a divisão sexual do trabalho, onde homens e mulheres assumiam papéis produtivos distintos² (Mustaffa e Benatti, 2010).

Com o aparecimento das primeiras sociedades de classe, nasce a escravidão e a propriedade privada. Surge então a exploração do trabalho, uma diferenciação entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam da produção excedente. As

² Segundo Saffioti, a divisão do trabalho que existe nesse momento não implica necessariamente na subordinação de um gênero sobre o outro. Apenas com o surgimento do patriarcado (aproximada 7 mil anos atrás) é que a distinções entre gênero se dá através da dominação das mulheres pelos homens. A emergência do patriarcado se dá junto ao surgimento das sociedades de classe (Saffioti, 2004).

sociedades escravistas predominaram no ocidente dos anos 3000 a. C. até 476 d.C., com o declínio do Império Romano (Mustaffa e Benatti, 2010).

Na Grécia Antiga, filósofos importantes como Platão e Aristóteles possuíam uma visão bastante negativa acerca do trabalho, o que se explica pelo fato do trabalho ser a atividade dos escravos. Para Platão, o cidadão grego deveria ser poupado do trabalho para se dedicar ao ócio. Para Aristóteles, a atividade política era a mais valorizada, enquanto que o trabalho era uma atividade inferior que impedia as pessoas de possuírem virtudes. Para ele todo cidadão deveria se abster das profissões mecânicas, porque limitavam intelectualmente, e da especulação mercantil, porque degradava moralmente (Borges e Yamamoto, 2014).

Contudo, apesar dessa ser a visão dominante no mundo grego, ela não era a única. O poeta grego Hesíodo, que viveu três séculos antes de Platão, no seu poema *Os trabalhos e os dias*, condena o ócio e glorifica o trabalho³

Em seguida temos o período do feudalismo, onde permanece a existência da propriedade privada e da sociedade de classes. O fundamento do feudalismo era a propriedade da terra. Os senhores feudais era os proprietários das terras e os servos (antigos camponeses) trabalhavam para produzir os bens necessários à existência social (Mustaffa e Benatti, 2010).

No processo de transição do feudalismo para o capitalismo, Weber, em sua obra *A ética protestante o espírito do capitalismo*, mostrou o importante papel do protestantismo para a consolidação de uma ideologia positiva acerca do trabalho que, com sua visão paternalista, contribuiu para naturalizar a autoridade hierárquica da

³ “A Fome é em tudo a companheira do homem ocioso;/deuses e homens se indignam com quem ocioso/vive, semelhante em caráter aos zangões sem ferrão,/que consomem o esforço das abelhas, ociosos (305)/a comer; para ti seja caro organizar os trabalhos regrados,/de modo que os teus celeiros se encham de alimento no tempo certo./Com trabalho os homens tornam-se ricos em rebanhos e opulentos,/e trabalhando serás muito mais querido dos imortais/e dos mortais: muito eles odeiam os ociosos (310)/O trabalho não é nenhuma desonra; desonra é não trabalhar.”/(Hesíodo, 2012, p. 93-5).

relação entre empregadores e empregados como uma obrigação religiosa, assim como fomentava a obediência (Borges e Yamamoto, 2014).

O luteranismo criou noções como a de vocação, que se referia a um chamado de Deus para realização de um trabalho secular ou missão. O cumprimento do dever era o único caminho para agradar Deus. A profissão era concebida como um dom divino e quanto mais duro se trabalhava, mais se provava que era merecedor da graça divina, essa era a noção de “prova” (Borges e Yamamoto, 2014).

Assim, numa economia que nutre uma visão utilitarista do trabalho, formula-se uma ideologia que atribui elevada centralidade ao trabalho, independentemente de seu conteúdo, associada a uma ética do cumprimento do dever. Toma o trabalho, defende-o e valoriza-o como mercadoria, disciplinado, mecanizado, de larga escala, estritamente supervisionado, exigindo requisitos mínimos padronizados, planejado e concebido por especialistas e executados por outros, supondo o livre contrato (Borges e Yamamoto, 2014, p. 31).

A classe assalariada surgiu na segunda metade do século XIV. Nesse século e no seguinte constituía ainda uma parte muito pequena da população e sua posição era fortemente protegida, no campo pela economia camponesa independente e, na cidade, pela organização corporativa. Nessa época, tanto no campo como na cidade, mestres e trabalhadores estavam socialmente unidos (Marx, 2013).

Com o desenvolvimento do capitalismo e das manufaturas tem-se uma importante transformação na divisão do trabalho. Se até então, em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, “como o caracol e sua

concha”, na manufatura ocorre a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital. (Marx, 2013, p. 433).

A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, como também cria uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples deixa praticamente intocado o modo de trabalho dos indivíduos, a manufatura o revoluciona desde seus fundamentos e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela alija o trabalhador, converte-o numa aberração, promovendo artificialmente sua habilidade detalhista por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas (Marx, 2013, p. 434).

O trabalho, nessas condições, opõe ao produtor as forças intelectuais do processo material de produção, um momento subjetivo essencial do trabalho que aparece como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo se desenvolve com o surgimento da manufatura, “que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial” e se completa na indústria moderna “que separa do trabalhador a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital⁴” (Marx, 2013, p. 435).

Como mostra Marx, o próprio Adam Smith reconhecia a brutalidade do trabalho parcial da manufatura:

A uniformidade de sua vida estacionária corrompe, naturalmente, a coragem de sua mente. [...] Ela aniquila até

⁴ “O homem do saber e o trabalhador produtivo estão longinquamente separados um do outro, e a ciência, em vez de aumentar nas mãos do trabalhador suas próprias forças produtivas para ele mesmo, contrapõe-se a ele em quase toda parte. [...] O conhecimento torna-se um instrumento que pode ser separado do trabalho e oposto a ele” (W. Thompson apud Marx, 2013, p. 435).

mesmo a energia de seu corpo e o torna incapaz de empregar sua força de modo vigoroso e duradouro, a não ser na operação detalhista para a qual foi adestrado. Sua destreza em seu ofício particular parece, assim, ter sido obtida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Mas em toda sociedade industrial e civilizada é esse o estado a que necessariamente tem de se degradar o pobre que trabalha [the labouring poor], isto é, a grande massa do povo (A. Smith apud Marx, 2013, p. 436).

E também

A mente da grande maioria dos homens desenvolve-se necessariamente a partir e por meio de suas operações diárias. Um homem que consome toda a sua vida na execução de umas poucas operações simples [...] não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência (A. Smith apud Marx, 2013, p. 436).

Com a divisão manufatureira, não só o trabalho é dividido em diferentes frações, mas o próprio trabalhador é dividido, se torna unidimensional quando o seu trabalho se converte em operações muito simples. Esse trabalho enfadonho e tedioso, que se prolonga por várias horas diariamente, consome a mente e a vida do trabalhador. Temos aqui já algumas indicações de como o trabalho, sob as condições impostas pelo capital, degrada a própria vida do trabalhador por inteiro.

Em relação aos efeitos das transformações do trabalho na saúde, Marx faz referência ao médico italiano Bernardino Ramazzini e sua obra *De Morbis artificum diatribas* (As doenças dos trabalhadores), publicada em 1700, na qual o autor faz um catálogo de diversas doenças profissionais e que, conforme Marx, foi ultrapassada no

período da indústria moderna com o surgimento de uma nova variedade de doenças (Marx, 2010; Ramazzini, 2016).

As consequências das transformações do trabalho foram traumáticas em diversos sentidos. Em 1878, o neurologista norte americano G. M. Beard descobriu uma síndrome bastante específica que ele descreveu como a "doença dos saltadores" do Maine, que afetava os lenhadores franco-canadenses de Moosehead Lake, no Estado de Maine (Estados Unidos da América). Tal síndrome era caracterizada por uma "espécie de exagero do reflexo de sustos e pelo prolongamento de pulos e espasmos" (Dunker, 2015, p. 24). Durante a crise, os saltadores cometiam atos como bater nos familiares, repetir frases desconhecidas ou apresentar comportamentos erráticos, como pular de maneira repetida e estereotipada. Essas respostas eram estimuladas quando os lenhadores recebiam uma ordem direta, de maneira repentina e em geral feita por estranhos (Dunker, 2015).

A "doença dos saltadores" estava ligada a modificação da situação social desses trabalhadores num momento de crescente industrialização da sua atividade e as novas formas de divisão e organização do trabalho:

O antigo sistema de autoridade patrilinear vertical, baseado na aquisição continuada da experiência na arte de cortar árvores, fora de súbito substituído pelas modernas formas de administração, impessoalizadas e racionalizadas, introduzidas pelas madeireiras. A resposta de obediência exagerada é compreensível como uma espécie de resistência ao sofrimento gerado pela alteração no modo de produção. Como se os lenhadores estivessem a dizer: “Aceito a nova ordem, mas

apenas em meu comportamento, não em minha alma”. (Dunker, 2015, p. 24).

Apesar de ser uma forma muito particular, ou talvez por isso mesmo, a “doença dos salteadores” é reveladora de um sofrimento próprio de um período de transição histórica.

Uma das questões de grande importância apontadas por Marx é a referente ao tempo de trabalho, a jornada de trabalho, que ele a pensa em relação ao tempo livre. São dimensões em constante tensão dialética.

A jornada de trabalho corresponde ao direito que o capitalista tem de se apropriar da força de trabalho do trabalhador, que a vende tal como uma mercadoria. A mercadoria força de trabalho é uma mercadoria que se distingue das outras mercadorias pelo fato de seu uso criar valor, um valor maior do que ela própria custa. Quando mais tempo o trabalhador dispende em sua jornada de trabalho diária, maior o lucro do capitalista. Dessa forma, o interesse deste é sempre o aumento da jornada de trabalho (Marx, 2013).

Por outro lado, o trabalhador necessita da redução da sua jornada de trabalho de forma que tenha maior tempo para descansar e repor as energias despendidas no trabalho e, além disso, necessita também de tempo para satisfação de necessidades espirituais e sociais, para a formação humana, para o convívio social. Dessa jornada de trabalho é do interesse do trabalhador trabalhar diariamente apenas aquela quantidade de tempo que não comprometa o seu desenvolvimento sadio e seu desenvolvimento humano (Marx, 2013).

Se o capitalista busca, por um lado, garantir os seus direitos de comprador e prolongar o máximo possível a jornada de trabalho, por outro, o trabalhador defende o seu direito, como vendedor, de reduzir a jornada de trabalho a determinada magnitude

normal. “Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força” (Marx, 2013, p. 309).

O estabelecimento da jornada de trabalho é resultado de uma luta multissecular entre os capitalistas e a classe trabalhadora. Marx demonstra essa luta quando contrapõe a legislação fabril de sua época (séc. XIX), que há pouco tempo reduziu a jornada de trabalho (em 1863)⁵, com os estatutos de trabalho ingleses que, desde o século XIV até meados do século XVIII, cumpriram um papel de prolongar coercitivamente a jornada (Marx, 2013).

Foram necessários séculos para que o trabalhador “livre”, em consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista, “fosse socialmente coagido a vender a totalidade de seu tempo ativo de vida, até mesmo sua própria capacidade de trabalho, pelos meios de subsistência” (Marx, 2013, p. 343).

Ainda durante boa parte do século XVIII até a época da grande indústria, os capitalistas na Inglaterra não conseguiam convencer os trabalhadores a venderem sua força de trabalho durante a semana inteira. Com exceção dos trabalhadores agrícolas, os demais quando podiam viver a semana inteira com o salário de quatro dias não encontravam razão suficiente para trabalhar os outros dois. Tal fato gerou protestos furiosos por parte dos economistas a serviço do capital (Marx, 2013).

Em 1770 um autor anônimo escreve um texto, intitulado *An essay on trade and commerce*⁶, onde acusa os trabalhadores de serem demasiadamente preguiçosos. Para reduzir a preguiça e incentivar o espírito industrial, o autor propõe encarcerar os trabalhadores que dependem da beneficência pública, ou seja, os pobres, numa “casa ideal de trabalho (na ideal *workhouse*)”, que deveria ser uma “Casa de Terror” e não um

⁵ A primeira edição do livro I de O capital é de 1867.

⁶ Um ensaio sobre troca e comercio.

asilo de indigentes. Nesse asilo do trabalho, a obrigação é de que se trabalhe 14 horas por dia, incluindo 2 horas para refeição, o que significava 12 horas de trabalho (Marx, 2013, p. 348).

Doze horas de trabalho diário numa “workhouse ideal”, na Casa do Terror de 1770! Sessenta e três anos mais tarde, em 1833, quando o Parlamento inglês reduziu, em quatro ramos da indústria, a jornada de trabalho de crianças de 13 a 18 anos para 12 horas completas de trabalho, foi como se a hora do Juízo Final tivesse soado para a indústria inglesa! [...] A “Casa de Terror para *paupers*, com a qual a alma do capital ainda sonhava em 1770, ergueu-se alguns anos mais tarde como uma gigante “casa de trabalho” para os próprios trabalhadores da manufatura. Chamou-se fábrica. E, dessa vez, o ideal empalideceu diante da realidade (Marx, 2013, p. 249).

O prolongamento desmedido da jornada de trabalho levou a uma reação da sociedade. A revolta crescente do movimento operário coagiu o Estado a reduzir a jornada de trabalho determinada por lei. Essa vitória acabou se convertendo rapidamente numa intensificação do trabalho, , ou seja, a mais valia relativa (Marx, 2013).

Em relação à extração da mais valia, Marx distingue a mais valia relativa da mais valia absoluta. A mais valia absoluta diz respeito à magnitude extensiva do trabalho, isto é, ela tem sua origem na extensão da jornada de trabalho. Já a mais valia relativa se dá pelo incremento tecnológico na maquinaria e pela intensidade do trabalho, que aumenta o dispêndio de trabalho num mesmo tempo, elevando o esforço da força de trabalho (Marx, 2013).

No período posterior a 1847, após a lei da jornada de 10 horas nas fábricas, o desenvolvimento da maquinaria é evidente. Tomando o exemplo das fábricas de algodão, lã, seda e linho, a velocidade dos fusos nos teares contínuos aumentou 500 revoluções por minuto e, nas máquinas de fiar, mil revoluções por minuto. Se em 1839 a velocidade do fuso do tear contínuo era de 4,5 mil vezes por minuto, em 1862 era de 5 mil. Nesse mesmo período o fuso da máquina de fiar passou de 5 mil para 6 mil vezes por minuto (Marx, 2013).

De 1856 a 1862 foi perceptível uma redução do número de braços e um aumento de maquinaria. Nesse período, o aumento do número de fusos foi de 26,9% e de teares 15,6% enquanto no número de operários houve uma redução de 7%. Se anteriormente um trabalhador manjava dois teares com o auxílio de dois ajudantes logo passou a manejar três sem ajudante algum (Marx, 2013).

Logo que se proibiu o aumento da jornada de trabalho, a tendência do capital passou a ser o aumento sistemático da intensidade do trabalho. O encurtamento da jornada de trabalho foi compensado pelo capital pelo aumento da intensidade do trabalho, o que contribuiu também para destruir a saúde dos operários numa intensidade maior. O que poderia ter se convertido numa significativa melhora das condições de trabalho e de vida dos operários, logo se converteu em novas formas de exploração. As necessidades de expansão do capital frente à intensa concorrência entre os próprios capitalistas fez com que estes se tornassem completamente cegos às necessidades dos trabalhadores.

Em síntese, Marx nos apresenta a dinamicidade do processo histórico. As contradições inerentes à relação entre capital e trabalho põem em movimento as forças sociais em prol de seus interesses. Os trabalhadores em luta pelas condições de vida e trabalho e os capitalistas em luta para sobreviver à concorrência. Tão logo os

trabalhadores conseguem reduzir a jornada de trabalho, o capital, em resposta, desenvolve novos mecanismos para expandir os lucros, que, por sua vez, leva os trabalhadores a novamente se mobilizarem, bem como o capital.

Dessa forma, entender o trabalho, sua objetividade e subjetividade, implica entender esses movimentos, essas contradições, essas relações em conflito. Em grande medida, são elas que determinam as condições possíveis de trabalho em qualquer momento histórico e social. São elas que determinam o tempo, a intensidade, as condições em que se dão esse trabalho que, por sua vez, tem relação direta na qualidade de vida dos trabalhadores. E também são no interior delas que se dão as possibilidades concretas de negociação e disputas. Por exemplo, enquanto a França tem se mostrado um terreno bastante fértil para o surgimento de diversas clínicas do trabalho, em países como a Índia ou mesmo o Brasil, o terreno não é tão fértil. As próprias condições em que se dão os conflitos entre capital e trabalho na periferia do capital apresentam limites maiores.

Partamos agora para uma obra célebre do jovem Engels, publicada em 1845 e intitulada *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (2010). O historiador Eric Hobsbawn, num prólogo ao livro, aponta dois aspectos que diferem este livro de outras obras contemporâneas a ele. O primeiro, apontado pelo próprio Engels no prefácio, é que se trata do primeiro livro que se refere à classe operária no seu conjunto, e não a certos ramos industriais particulares. O segundo aspecto é que não se trata de um simples exame da situação das classes trabalhadoras, mas de uma análise da evolução do capitalismo industrial e das consequências sociais da industrialização, com as suas implicações políticas e sociais, entre as quais o desenvolvimento do movimento operário (Hobsbawn, 1975).

Engels, nessa obra, além de oferecer diversos relatos sobre as consequências mais propriamente físicas do trabalho fabril no século XIX, como diversas formas de deformações no corpo em decorrência das longas jornadas de trabalho, também não escapam argutas observações acerca das consequências espirituais. Não escapam, portanto, de Engels uma análise sobre a subjetividade da classe trabalhadora de sua época.

Logo após indicar diversas doenças causadas pelo excesso de trabalho nas fábricas e da importância das leis de redução da jornada no abrandamento dessas enfermidades, Engels comenta sobre outra questão, que considera mais difícil de eliminar com imposições legislativas. Trata-se do fato de que o trabalho que se exige nas fábricas não exigem esforço mental e, no entanto, impedem o trabalhador de ocupar a mente com outros pensamentos. Para Engels não seria então um trabalho autêntico, mas “puro tédio, mortificante e enervante” (Engels, 2010, p. 212).

[...] o operário fabril está condenado a consumir nesse tédio todas as suas energias físicas e espirituais: a partir dos oito anos de idade, seu trabalho consiste em entediar-se dia a dia. (...) E o operário sente que essa condenação a ser enterrado vivo na fábrica, a vigiar infinitamente uma máquina infatigável, é a mais penosa das torturas, que, de resto, o debilita e embrutece física e espiritualmente. Não se poderia inventar um método melhor para embrutecer o homem que o trabalho fabril; se os operários de fábrica conseguiram, apesar de tudo, não apenas salvar sua inteligência, mas ainda desenvolvê-la e aguçá-la, foi exclusivamente por sua revolta contra sua sorte e contra a burguesia (Engels, 2010, p. 212-213).

Engels destaca aqui o tédio mortificante e embrutecedor do trabalho nas fábricas, mas percebe que, apesar dele, os trabalhadores conseguiram manter e desenvolver sua inteligência através de sua revolta, da constituição do movimento operário. Engels aponta ainda que quando os trabalhadores não conseguem encontrar uma forma de canalizar essa revolta, o alcoolismo costuma predominar, indicando a relação entre trabalho e o alcoolismo (Engels, 2010).

Outro aspecto opressivo levantado por Engels é a completa cessação da liberdade imposta aos trabalhadores pelo regime fabril. Se, na chegada à fábrica, ele atrasa por alguns minutos, paga uma multa, se atrasa mais de 10 minutos só entra após a primeira pausa para comer e perde um quarto da jornada de trabalho. Trabalha doze horas por dia, come, bebe e dorme sobre o comando do patrão. Só lhe concedem o tempo estritamente necessário para a satisfação das necessidades mais urgentes. “A sirene tirânica da fábrica arranca-o da cama, apressa seu café e seu almoço. E, na fábrica, o patrão é seu legislador absoluto” (Engels, 2010, p. 213-214).

O patrão determina os regulamentos, altera os contratos e introduz cláusulas absurdas a seu bel-prazer. Uma determinada cláusula dizia que se um operário fosse surpreendido conversando, cantando ou assoviando, deveria pagar uma multa. E as multas relativas ao mau trabalho eram aplicadas de forma arbitrária, sendo as mercadorias examinadas no depósito e a multa estabelecida sem que sequer fosse ouvido o operário. As próprias multas se tornavam uma forma de aumentar o lucro tirando de quem já nada tinha. “Os operários estão condenados, da infância à morte, a viver sob o látigo físico e espiritual.” (Engels, 2010, p. 215).

Além disso, os trabalhadores ainda tinham sua liberdade tolhida pelos patrões em muitos outros aspectos. Engels denuncia que as mulheres trabalhadoras eram coagidas pelos patrões, sob o risco de demissão, a ter relações sexuais com eles. Além

da brutal exploração do trabalho, as mulheres carregavam ainda o fardo de terem seus corpos violados pelo simples fato de serem mulheres. Quanto aos maridos ou pais, nada podiam fazer (Engels, 2010).

Os trabalhadores também eram obrigados a assinar petições em defesa dos interesses dos patrões quando estes assim exigiam, e os operários eleitores eram obrigados a votar sob o mando do burguês. (Engels, 2010).

Nesses exemplos vemos como nas relações entre capital e trabalho, quando existem as condições favoráveis ao capital, elas extrapolam completamente as relações de trabalho e avançam sobre as outras esferas da vida.

Nos relatórios dos médicos sobre as fábricas da época, Engels mostra que é praticamente unânime encontrar nos operários “uma notável falta de resistência às doenças, um estado depressivo geral que afeta todas as funções vitais e um progressivo debilitamento das energias espirituais e físicas.” (Engels, 2010, p. 193). Aqui novamente Engels faz referência tanto à degradação física quanto espiritual dos trabalhadores e quanto elas eram comuns na época, como o próprio trabalho se convertia em algo nocivo à vida.

Nessas condições a maior parte dos trabalhadores estava incapacitada para o trabalho aos 40 anos, poucos chegavam aos 45, e aos 50 quase nenhum. O envelhecimento precoce também era bastante comum entre os trabalhadores (Engels, 2010). As condições de trabalho a que estavam cotidianamente expostos implicava numa redução do tempo de vida dessas pessoas. O trabalho esgotava o próprio tempo de vida, precarizava a vida.

Engels relata que durante os 21 meses que passou na Inglaterra, em torno de 20 ou 30 pessoas morreram literalmente e diretamente de fome. E que muito mais numerosos foram os mortos por doenças mortais provocadas pela sistemática falta de

alimentação. Ante esses expressivos números, os operários ingleses chamavam a isso de assassinato social (Engels, 2010).

Os aperfeiçoamentos mecânicos da revolução industrial foram substituindo o trabalho manual pelo trabalho mecânico, onde as operações se processavam a base da energia hidráulica e da força do vapor. A cada ano se faziam e se introduziam novas descobertas. Se numa ordem social organizada e justa esses aperfeiçoamentos tecnológicos poderiam ter sido um grande avanço para o trabalho, nos marcos do capitalismo elas acabaram significando para os operários maiores risco de desemprego. A perda do emprego era, na maioria dos casos, o que de pior poderia acontecer ao operário, pois sempre é brutal e esgotadora a precariedade e a insegurança dessa situação (Engels, 2010).

Para escapar ao desespero, o operário tem dois caminhos: a revolta interior e exterior contra a burguesia ou então o alcoolismo, a degradação. E os operários ingleses valem-se de ambos: a história do proletariado inglês inclui centenas de revoltas contra as máquinas e a burguesia, e inclui também a dissolução moral (...). Esse é, sem dúvida, um outro aspecto do desespero (Engels, 2010, p. 178).

Engels faz ainda importantes comentários acerca da questão da família operária. Na época as mulheres da classe trabalhadora já estavam bastante integradas ao trabalho. Nas fabricas de algodão o percentual de mulheres trabalhando era de 56,25%, nas fabricas de lã era de 69% e nas de seda e linho, igualmente 70,50% (Engels, 2010).

Engels apresenta então algumas das consequências que tem sobre as crianças o fato das mulheres trabalharem nas fábricas por 12 ou 13 horas diariamente, e os

homens, por vezes, trabalharem ainda mais. Ele percebe que nas cidades industriais cresce de modo alarmante o número de acidentes de que as crianças são vítimas, por falta de cuidados. Nas estatísticas dos obituários de Manchester referente a esse tipo de acidentes, num período de 9 meses foram registradas: 69 mortes por queimaduras, 56 por afogamento, 23 em consequências de quedas, 67 por causas diversas. Ao todo 215 acidentes fatais. Enquanto em Liverpool, uma cidade não industrial, num período de 12 meses, ocorreram 146 acidentes fatais (Engels, 2010). Até a vida das crianças filhas da classe trabalhadora é posta em risco, ainda mais quando elas não trabalham nas fábricas.

Engels percebeu também um processo em curso de desagregação familiar. Na medida em que todo o tempo de vida era consumido no trabalho, praticamente não sobrava tempo para relação familiar, que se tornava cada vez mais distante (Engels, 2010). A instituição família, que cumpre ainda hoje um importante papel na proteção subjetiva dos trabalhadores, era posta em risco pelas condições de trabalho.

Em outros casos, a família não se desagregava, mas invertia seus papéis. A mulher se tornava a responsável por manter a casa com seu trabalho e os homens, desempregados, assumiam o cuidado das crianças e da vida doméstica. Segundo Engels (2013), em Manchester contavam-se centenas desses casos na época. Ele chama atenção para o sentimento de emasculação, sentido pelos homens nessa situação e observa argutamente que isso se dava quanto mais as outras relações sociais permaneciam inalteradas. Isto é, o sentimento de emasculação se devia, em maior medida, ao fato da sociedade julgar e condenar o homem que é sustentado pela mulher. Não fosse essa pressão social talvez a troca de papéis não fosse vista como algo tão problemática.

Para um homem do século XIX, Engels parece ter uma visão avançada quanto aos costumes e a sexualidade de sua época. Ele observa que na situação da inversão dos papéis tal como se dava na situação observada anteriormente, tolhia-se a virilidade do

homem “sem oferecer uma verdadeira feminilidade” e tolhia-se a feminilidade da mulher sem oferecer a elas “uma verdadeira virilidade”. Essa situação “degrada de modo infamante os dois sexos e o que há de humanos neles” (Engels, 2010, p. 184).

Conforme entendemos essa passagem, Engels se refere ao fato de que não é por se aproximar da mulher que o homem se degrada, mas o fato de assumir a posição que também é degradante na mulher, a da prisão à vida doméstica. Da mesma forma, o trabalho não aproxima a mulher do homem no que este tem de maior liberdade na sociedade, mas a joga no submundo fabril e de tudo que há de pior nele, com o agravamento do risco do estupro pelos patrões.

Temos de reconhecer que uma tal subversão na situação dos sexos deriva necessariamente do fato de eles estarem colocados, desde o princípio, numa posição falsa diante do outro. Se a supremacia da mulher sobre o homem, inevitavelmente provocada pelo sistema fabril, é inumana, a do homem sobre a mulher, tal como existia antes, também o era (Engels, 2010, p. 184).

Assim como Marx, Engels também traz valorosas contribuições para entender os processos de transformação social e suas implicações no trabalho e na vida da classe trabalhadora. Apesar de ser uma obra de juventude, Engels tinha 24 anos quando a escreveu, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* foi uma obra pioneira em descortinar as duríssimas condições de vida dos operários ingleses, até então praticamente desconhecidas e teve forte influência no jovem Marx.

Ao caracterizar o trabalho e a vida no longo período que antecedeu a revolução industrial, Engels afirma que antes da introdução das máquinas, o trabalho de fiação e tecelagem da matéria prima era realizado na própria residência do trabalhador, onde a

mulher e os filhos fiavam e o homem tecia (ou se vendia o fio quando o homem não dominava a tecelagem). Essas famílias de tecelões viviam nos campos próximos as cidades e asseguravam a sua existência por meio da crescente demanda por tecido. A crescente demanda e o baixo crescimento populacional garantia o trabalho de todos sem a necessidade de uma agressiva concorrência (Engels, 2010).

Em algumas situações era possível ao tecelão economizar e arrendar uma pequena porção de terra, onde podia cultivar nas horas livres, escolhendo, segundo a sua vontade, o tempo e duração do trabalho. Apesar de um pobre camponês, ainda assim esses tecelões tinham sua terra, sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida tranquila. Sua situação material era bem superior a de seus sucessores, o operário moderno. Gozavam de tempo livre e de laços comunitários que contribuíam com a sua saúde (Engels, 2010).

[...] não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso; e podiam, ainda, participar com seus vizinhos de passatempos e distrações - jogos que contribuíam para a manutenção de sua saúde e para o revigoramento de seu corpo. (...) Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas (Engels, 2010, p. 46).

Com a revolução industrial, aos poucos foi desaparecendo essa forma de vida e trabalho. A introdução da máquina obrigou esses trabalhadores a abandonarem o campo

e ir ganhar a vida nas cidades, como trabalhadores fabris, o que transformou completamente suas relações sociais e de trabalho. Mas é importante destacar que em Engels não existe qualquer idealização dessa forma de vida anterior a revolução industrial. Pelo contrário, ele é bastante crítico a estagnação, a apatia e ao isolamento daquelas vidas quanto ao desenvolvimento social impulsionado pela revolução industrial (Engels, 2010).

N’O *Capital*, Marx dedica algumas páginas para narrar a forma truculenta pela qual se constituiu o “trabalhador livre” na emergência da sociedade burguesa. Para Marx este trabalhador é livre em dois sentidos. O primeiro, é de não integrar diretamente os meios de produção, como ocorre com os escravos e servos, e o segundo, o de não lhe pertencer os meios de produção. O processo que cria então a relação capitalista é o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, ou seja, a transformação dos meios sociais de subsistência e produção em capital, e a conversão dos produtores diretos em trabalhadores assalariados (Marx, 2013).

O ponto de partida que deu origem ao trabalhador assalariado e ao capitalista foi a subjugação do trabalhador, a passagem da exploração feudal para a exploração capitalista. Ao se ver livre das correntes da gleba e da servidão, o trabalhador se converte em livre vendedor de sua força de trabalho, que leva sua mercadoria (a força de trabalho) para qualquer lugar onde haja mercado. Esses recém-libertos tornam-se vendedores de si mesmo apenas depois de terem sido roubados todos os seus meios de produção. “A história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, p. 787, 2013).

A expropriação das terras que pertenciam aos trabalhadores rurais constitui a base desse processo. Grandes massas humanas foram, de forma súbita e violenta,

despojadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho. Mas as emergentes manufaturas não conseguiam absorver a grande quantidade de trabalhadores. Para uma boa parte destes restou tornarem-se mendigos, vagabundos ou assaltantes (Marx, 2013).

No final do século XV e ao longo do século XVI, a Europa Ocidental conheceu o surgimento de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem⁷. “Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e paupers” (Marx, p. 806, 2013).

São essas as condições sociais as quais criam a classe trabalhadora assalariada. Desde o início a tônica foi a violência. Expulsa de suas terras, entregue à vagabundagem, alvo de leis sanguinárias, a classe trabalhadora foi obrigada, por força de açoites, ferro em brasas e torturas, a se adequar a disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado. São nessas circunstâncias que se forja o “trabalhador livre” (Marx, 2013).

De resto, no processo de consolidação da sociedade burguesa e da produção capitalista, a classe trabalhadora aprende, “por educação, tradição e hábito, a reconhecer

⁷ Na Inglaterra tal legislação tem início no reinado de Henrique VII. No reinado de Henrique VIII os mendigos velhos e incapacitados recebem uma licença para mendigar, enquanto os sadios são encarcerados, amarrados em um carro e açoitados até sangrarem; em seguida deve prestar juramento de retornarem a terra natal ou onde tenha residido nos últimos três anos e se porem a trabalhar. No Reinado de Eduardo VI é estabelecido que quem se recusasse a trabalhar deveria ser condenado a se tornar escravo de quem o denunciou como vadio. O escravo que fugisse era condenado a ser marcado a ferro na testa ou na face com a letra S. Quando alguém era pego vadiando por três dias deveria ser levado para sua terra natal, ter seu peito marcado com ferro em brasa e era acorrentado para trabalhar nas estradas; os filhos dos vagabundos poderiam ser tomados por qualquer um e postos para trabalhar como aprendizes até os 24 anos, para os rapazes, e até os 20 anos, para as moças. No reinado de Elizabeth, mendigos sem licença, com mais de 14 anos, deveriam ser açoitados e ter a orelha esquerda marcada a ferro; em caso de reincidência, e tendo mais de 18 anos, seriam executados. Por último, no reinado de Jaime I, pessoas que vagavam e mendigavam eram declaradas vagabundas, em seguida eram açoitadas em publico e encarceradas (na primeira ocorrência por seis meses e na segunda por dois anos); durante a prisão poderiam ser açoitadas arbitrariamente pelos juízes. Os vagabundos considerados incorrigíveis e perigosos eram marcados a ferro no ombro esquerdo com a letra R e condenados a trabalhos forçados; em caso de reincidência eram executados. (Marx, 2013).

as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas” (Marx, p. 808, 2013).

A organização do processo capitalista e produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador." (Marx, p. 808, 2013).

Dessa forma, vemos que Marx e Engels, em seus escritos, tratam desse momento de transição e da emergência da classe trabalhadora operária. Em sua época, eles buscaram compreender o novo modo de produção que emergia e sua nova forma social correspondente, a sociedade capitalista. Também nos deixaram importantes páginas sobre a forma que o trabalho assume nessa sociedade e seus impactos na vida da classe trabalhadora. Trabalho e vida são sempre tomados indissociavelmente, não são dimensões opostas, mas complementares.

Ante as terríveis condições de trabalho degradadas, a vida desses trabalhadores não gozava de melhor sorte. As longas jornadas de trabalho reduziam ao mínimo o tempo livre do proletariado, o tempo necessário para o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões. As próprias condições em que se dava o trabalho não permitiam que este fosse emancipador para aqueles que trabalhavam. A ideia de uma vida que se precariza marcada por um trabalho precário já se apresentava, embora não fosse formulada nesses termos.

Marx e Engels a todo o tempo operam articulando as transformações na sociedade, no trabalho e na vida dos trabalhadores. Articulavam as transformações da

totalidade concreta social com as totalidades parciais. Eles escreveram ainda no processo inicial desse desenvolvimento, mas não deixaram de assimilar as principais tendências desse movimento e as transformações no trabalho ao longo do séc. XIX em decorrência das lutas operárias.

Observar a história em movimento é um aspecto fundamental do marxismo. A realidade a todo o momento está em constante processo de transformação e são as próprias contradições postas na realidade que engendram esse movimento. Ao longo de todo o séc. XX e agora no século XXI a sociedade e o trabalho continuaram a passar por outras transformações. O mundo do trabalho que Marx e Engels conheceram não é o mesmo do nosso, mas conhecer o mundo do trabalho do séc. XIX é fundamental para entender o mundo do trabalho do séc. XXI. E o método pelo qual eles apreenderam a realidade do seu tempo ainda se mostra valioso para decifrarmos o nosso.

Por fim, o que pretendemos nesse capítulo foi indicar que a teoria social de Marx de forma alguma ignora os aspectos subjetivos do mundo do trabalho, pelo contrário ela nos fornece férteis indicações para se pensar o estudo da relação entre sociedade, trabalho e subjetividade. A força e riqueza de suas formulações o tornam um teórico indispensável para se pensar o trabalho e a sociedade e, sobretudo, o método desenvolvido por ele possibilita que possamos desvelar o nosso tempo numa perspectiva radical. Pensar uma Psicologia Social do Trabalho, em uma perspectiva crítica, nos exige o desafio de compreender num mesmo movimento as transformações sociais, do trabalho e da subjetividade e para isso o método da teoria social marxiana é imprescindível.

Acreditamos que para uma profunda elucidação dos impactos do novo mundo do trabalho na vida e subjetividade da classe trabalhadora é imprescindível uma análise da totalidade social. É nesse sentido que partimos de uma análise do processo de crise

estrutural da sociedade do capital para entender as transformações pelas quais passaram o mundo do trabalho no final do século XX e início do século XXI. Tal necessidade se deve ao fato de que é apenas situando a problemática dos indivíduos dentro dessa totalidade concreta que podemos apreender o indivíduo concreto, isto é, preenhe de suas determinações.

No processo capítulo nos dedicaremos a uma análise mais precisa desse processo de crise da sociedade do capital, das transformações do novo mundo do trabalho e suas consequências para vida dos indivíduos da classe trabalhadora, em especial a precarização da vida.

Capítulo II

CRISE DO CAPITALISMO, O MUNDO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA

Nesse segundo capítulo procuraremos apresentar o contexto histórico e social no qual o fenômeno da precarização da vida tem se enraizado e se expandido. Trata-se, portanto, de apresentar as suas determinações sociais de forma cada vez mais concreta. Ele se divide em duas sessões. Sendo a primeira dedica a apresentar o processo de crise estrutural do capital e do mundo do trabalho; e a segunda dedicada mais propriamente ao processo de precarização da vida.

1.1 A crise do capitalismo e o mundo do trabalho

Na década de 1970 o mundo do trabalho passou por significativas mudanças, as quais não podem ser entendidas sem uma adequada compreensão das transformações ocorridas na sociedade do capital como um todo naquela quadra histórica em decorrência de sua crise. Nesse capítulo partiremos da análise dessas transformações mais gerais para chegar às suas repercussões na “nova morfologia do trabalho” (para usar a expressão de Ricardo Antunes) e na vida da classe trabalhadora.

No final do século XVIII a Europa ocidental experimentava os impactos da revolução industrial que teve início na Inglaterra e se expressava significativamente na pauperização massiva da população trabalhadora. Desde seu nascedouro a sociedade capitalista, que se consolidava naquele momento, apresentava a sua principal

contradição: pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas (Netto, 2017).

Se nas formas sociais precedentes à sociabilidade capitalista, a pobreza estava relacionada a um quadro geral de escassez decorrente do baixo desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais, agora ela se produzia pelas mesmas condições que possibilitariam sua redução e, no limite, a sua superação. (Netto, 2017).

Durantes a história desse modo de produção apenas durante cerca de três décadas, entre o pós-guerra (1945) e a passagem dos anos 1960 para 1970, uma conjuntura muito particular permitiu a garantia de condições dignas de trabalho e um amplo Estado de bem-estar social que assegurava o acesso à serviços públicos de qualidade (educação, transporte, saúde, habitação, etc.) para uma grande parte da população, mas ainda assim para um número bem restrito de países da Europa Nórdica, Ocidental (excluindo a Península Ibérica) e os EUA (Netto & Braz, 2012).

Esses quase 30 anos ficaram conhecidos como os anos dourados do capitalismo, pois foram décadas em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos e que não se repetiram mais: “A produção industrial norte-americana cresceu 5,0% entre 1940 e 1966; entre 1947 e 1966, a do Japão cresceu 9,6% e a dos seis países então reunidos na Comunidade Econômica Europeia cresceu 8,9%” (Netto & Braz, p. 208, 2012).

As conquistas sociais desse período (assim como todas já conquistadas sob a ordem do capital) não foram gentilmente cedidas, mas resultado de processos de embates políticos e sociais. Um forte movimento operário e sindical, fortalecido por partidos socialistas e comunistas foram decisivos. Da mesma forma, o receio dos países capitalistas com a experiência da URSS e o clima democrático propiciado pela

resistência ao fascismo praticamente forçou a incorporação das demandas populares (Netto & Braz, 2012).

No apogeu do fordismo (que dura até aproximadamente 1973), o crescimento econômico possibilita que os padrões de vida de uma boa parte da população se elevem e que as tendências de crise sejam contidas. Os governos também buscavam oferecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Segundo Harvey (1996), o que distinguia fundamentalmente o Fordismo do Taylorismo era a sua amplitude de visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução.

Quanto às organizações sindicais burocratizadas, elas foram cada vez mais acuadas para trocar ganhos reais de salários pela cooperação na disciplinação dos trabalhadores. Dessa forma, o sistema fordista de produção garantia que os trabalhadores se mantivessem cooperativos e suportassem o trabalho rotinizado, inexpressivo e muitas vezes degradado (Harvey, 1996).

Em contrapartida, o crescimento das fábricas possibilitou o acúmulo de grandes massas de trabalhadores, o que fazia crescer a ameaça de organizações trabalhistas fortes e conseqüentemente aumentava do poder da classe trabalhadora. Daí que ataques políticos a elementos radicais do movimento operário se tornassem uma prática importante. De resto, as corporações tiveram que aceitar, a contragosto, o poder sindical. Por um lado, os sindicatos mantinham o controle dos operários e o aumento da produtividade, em troca os patrões garantiam salários que estimulava os trabalhadores a não se rebelarem (Harvey, 1996).

Harvey vai definir o fordismo do pós-guerra como mais do que um mero sistema de produção em massa, mas um modo de vida total. Ele tinha fortes impactos na cultura como um todo na época, a produção de massa significava um consumo também de massa, do qual derivava uma nova estética e a mercadificação da cultura (Harvey, 1996).

É importante lembrar que os benefícios do fordismo não atingiam a todos, nem em seu momento de apogeu. As principais garantias salariais que ele oferecia estavam restritas a certos setores da economia e a certas nações-Estado, sobretudo aquelas em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores, menos lucrativos, ficavam relegados a baixos salários e a fraca garantia de emprego. A raça e o gênero dos trabalhadores também eram definitivos para separar quem tinha ou não acesso aos melhores empregos. Esse tipo de desigualdade gerou tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos. Na medida em que as mulheres surgiram como assalariadas mal remuneradas, crescia um movimento feminista igualmente vigoroso (Harvey, 1996).

Os próprios sindicatos foram alvo de duras críticas por restringir sua atuação na defesa de uma classe trabalhadora predominantemente branca e masculina e ignorar as minorias excluídas, como as mulheres e demais grupos desprivilegiados, bem como as preocupações socialistas mais radicais, como a defesa da emancipação humana como um todo (Harvey, 1996).

No chamado terceiro mundo, a periferia do capital, o descontentamento com o fordismo era latente. Enquanto este prometia modernização e desenvolvimento, promovia a destruição de culturas locais e a opressão. A contrapartida, em termos de

padrão de vida e serviços públicos era pífia, exceto para os setores da elite nacional, ativamente aliada ao capital internacional (Harvey, 1996).

Os chamados “anos dourados” foram fruto de uma “onda longa expansiva” na economia, onde “os períodos cíclicos de prosperidade são mais longos e intensos, e mais curtas e superficiais as crises cíclicas” (p. 255). No entanto, na entrada dos anos 1970, a onda longa expansiva se esgota e as taxas de lucro começam a diminuir: “entre 1968 e 1973, ela cai, na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1% e, no Japão, de 26,2 para 20,3%” (Netto & Braz, 2012, p. 255).

Em 1974-1975 registrou-se uma recessão generalizada que abarcou todas as grandes potências. Foi seguida por outra recessão em 1980-1982, onde as taxas de lucro voltaram a descer ainda mais. Era o fim definitivo dos “anos dourados”, a “onda longa expansiva” é substituída por uma “onda longa recessiva”. Desde então e até os dias de hoje se inverteu a dinâmica capitalista: as crises voltam a se tornar dominantes e as retomadas tornam-se episódicas (Netto & Braz, 2012).

Para István Mészáros (2011a), trata-se de uma crise estrutural do capital, decorrente dos próprios limites intrínsecos à sociedade do capital que, em sua disjunção radical entre a produção para as necessidades sociais e autorreprodução do capital, acaba por se tornar incontrollável e profundamente destrutivo para a humanidade.

As exigências do capital nesse novo momento histórico, do ideal neoliberal, abriram as portas para financeirização do capital e gira em torno de três pontos centrais: "Flexibilização" (da produção, das relações de trabalho), "desregulamentação" (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da "privatização" (do patrimônio estatal) (Netto, 2017).

Sobre a "flexibilização", a mais importante para nós nesse estudo, veremos mais adiante com maior cuidado. A "privatização" transferiu parcelas expressivas da riqueza pública para o grande capital, o exemplo do Brasil durante governo Fernando Henrique Cardoso é bastante emblemático. Mas tal processo não se resumiu aos países periféricos, a privatização também atingiu os países centrais, sendo a Inglaterra um exemplo representativo (Netto, 2017).

Quanto à "desregulamentação", esta cumpriu o papel de liquidar as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais frágeis e oferecer ao capital financeiro quase total liberdade de movimento, cujas consequências foram os ataques especulativos contra as economias nacionais. O que se dá é a hipertrofia das atividades de natureza financeira (resultado da superacumulação e da especulação desenfreada) cada vez mais livre dos controles estatais nacionais e dotadas de extraordinária mobilidade espaço-temporal. A celebrada "globalização econômica" está vinculada a esta financeirização do capitalismo e à articulação supranacional das grandes corporações. Esse processo vem acentuando o padrão de competitividade intermonopolista e redesenhando o mapa político econômico do mundo (Netto, 2017).

Para Harvey (2014), como já havia sido indicado por Lenin, Hilferding e Rosa Luxemburgo no começo do século XX, o sistema de crédito e o capital financeiro⁸ se tornaram trampolins de predação, fraude e roubo:

A forte onda de financialização (...) que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e

⁸ O capital financeiro surge no último terço do século XIX do entrelaçamento entre os monopólios industriais e monopólios bancários. "Os bancos compram as ações de monopólios industriais (...) tornando assim co-proprietários. Os monopólios industriais, por seu turno, também possuem ações dos bancos com que estão associados. O resultado é um entrelaçamento ou uma coalescência do capital bancário e industrial monopolístico. Sobre essa base firma-se o capital de financiamento." (Nikitin, 1967, p. 163)

predatório. Valorização fraudulenta de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (...) decorrente de manipulações do crédito e das ações - tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2014, p. 123).

A enorme concentração do poder econômico conduziu e tem conduzido à concentração do poder político. O capitalismo revela cada vez mais abertamente o seu caráter antidemocrático. Os grandes monopólios tomam decisões que afetam a vida de bilhões de pessoas e as impõe sem medir as consequências. Passam por cima das instâncias representativas (parlamentos, assembleias legislativas). A corrupção, tão em voga, é inerente e necessária nesse processo (Netto & Braz, 2012).

Como se pode perceber, a crise do capitalismo, que teve início no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, teve drásticas repercussões na totalidade da vida social e o mundo do trabalho não ficou ileso. A queda das taxas de lucro e o aumento dos custos da força de trabalho em decorrência das conquistas sociais adquiridas através das lutas implicavam numa carga tributária que o capital não estava mais disposto a arcar (Netto & Braz, 2012; Antunes, 2009).

A ofensiva do capital começou então pelo movimento sindical, que desde o final dos anos 1960 vinha radicalizando suas lutas⁹. Foram atribuídas às conquistas do movimento sindical a responsabilidade pelos gastos públicos com as garantias sociais, e a queda das taxas de lucro às demandas salariais. Em fins dos anos 1970 são adotadas medidas legais para restringir o poder dos sindicatos e nos anos 1980 o governo de Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA) optam por ações claramente repressivas às lutas sindicais (Netto & Braz, 2012; Antunes, 2009).

Conforme Harvey (2011, p. 21)

Alan Budd, conselheiro-chefe econômico de Thatcher, mais tarde admitiu que “as políticas dos anos 1980 de ataque à inflação com o arrocho da economia e gastos públicos foram um disfarce para esmagar os trabalhadores”, e assim criar um “exército industrial de reserva”, que minaria o poder do trabalho e permitiria aos capitalistas obter lucros fáceis para sempre. Nos EUA, o desemprego subiu, em nome do controle da inflação, para mais de 10% em 1982. Resultado: os salários estagnaram. Isso foi acompanhado nos EUA por uma política de criminalização e encarceramento dos pobres, que colocou mais de 2 milhões atrás das grades até 2000.

No que diz respeito à indústria e ao trabalho, os elementos constitutivos básicos daquilo que se considera por Fordismo eram dados pela:

⁹ Os eventos de “maio de 1968” na França e a explosão das lutas operárias na Itália de 1969 são representativos.

(...) produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle os tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (Antunes, 2011, p. 24-25).

Esse caráter parcelar e fragmentado do trabalho e a decomposição das tarefas reduzia a ação operária a um conjunto de atividades repetitivas. Além da perda da destreza do labor operário anterior, a industrialização “esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho”. (Antunes, p. 39, 2009).

No período de 1965 a 1973 se torna cada vez mais evidente os limites do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. A política econômica keynesiana, que tinha sido a base de sustentação do fordismo, começava a se mostrar inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. Como sempre fizera parte do consenso político fordista estava fundamento no crescimento econômico e na redistribuição. A redução desse crescimento teve como consequências os cortes no Estado de bem-estar social e do salário social (Harvey, 1996).

Do esgotamento do fordismo emerge a acumulação e a flexibilização.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 1996, p. 140).

Segundo Harvey (1996), a acumulação flexível traz consigo a necessidade de uma radical reestruturação do mercado de trabalho. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões partem para a ofensiva contra os trabalhadores. Eles aproveitam o enfraquecimento do poder sindical em decorrência da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para reduzir diretos e impor regimes e contratos de trabalho flexíveis (Harvey, 1996).

A partir daí consolida-se a uma tendência contínua dos mercados de trabalho de reduzir o número de trabalhadores regulares e empregar cada vez mais uma força de trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, isto é, que entra facilmente e é facilmente descartada quando necessário (Harvey, 1996).

O cronômetro e a produção em série e de massa vão ser substituídos por uma “flexibilização da produção”. Tem início um processo de desconcentração industrial, recorrendo ao desmembramento das unidades produtivas, que são deslocadas para

novos territórios,¹⁰ e a terceirização. Os direitos do trabalho também são flexibilizados e desregulados de modo a se adequar as necessidades das empresas (Antunes, 2011; Netto & Braz, 2012).

A incorporação na produção do alto incremento tecnológico, resultante de avanços técnico-científicos como a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos, foi definitiva para uma significativa redução da demanda pelo trabalho vivo e a consolidação do ideal da “empresa enxuta”, onde se dispõe de um menor contingente de força de trabalho e apesar disso tem maiores índices de produtividade. (Antunes, 2009; 2011).

As transformações sofridas no mundo do trabalho foram analisadas por alguns autores, como os da “especialização flexível” (como Piore e Sabel, 1984), como bastante positivas se comparadas ao taylorismo/fordismo, uma vez que possibilitavam o advento de uma nova forma produtiva que articulava o desenvolvimento tecnológico a uma desconcentração produtiva baseada em pequenas e médias empresas, um processo quase artesanal. Para esses autores o novo paradigma, recusando a produção em massa, típica das grandes indústrias fordistas, recuperava uma concepção de trabalho livre da alienação (Antunes, 2011).

Nos anos 1970 o modelo do sistema industrial japonês, o toyotismo (ou Ohnismo, em referência a Ohno, o engenheiro que desenvolveu o modelo na Toyota), se apresentou como uma viável opção para a superação da crise no ocidente. Outros modelos vigentes na época como o “modelo sueco”, a experiência do norte da Itália

¹⁰ Principalmente em áreas subdesenvolvidas e periféricas onde a exploração da força de trabalho é mais intensa pelo baixo preço e pela ausência de legislação protetora do trabalho e de tradição de lutas sindicais (Netto & Braz, 2012)

(Terceira Itália) e a experiência dos EUA (do Vale do Silício) não tiveram a mesma repercussão do toyotismo (Antunes, 2002).

A popularidade do modelo japonês se deve as algumas de suas principais características:

Seu desenho organizacional, seu avanço tecnológico, sua capacidade de extração intensificada do trabalho, bem como a combinação de trabalho em equipe, os mecanismos de envolvimento, o controle sindical, eram vistos pelos capitais do Ocidente como uma via possível de superação de sua crise de acumulação (Antunes, 2002, p. 30).

O toyotismo se estrutura preservando um reduzido número de trabalhadores nas empresas matrizes, mais qualificados, multifuncionais e envolvidos com o seu ideário. Por outro lado, amplia a contratação de trabalhadores terceirizados, no interior e fora da empresa, de trabalhadores temporários e do aumento das horas extra. A redução do número de trabalhadores aumenta significativamente as horas extras trabalhadas. Enquanto um operário da Toyota trabalha 2.300 horas, em média, por ano, na Bélgica (Ford-Genk, General Motors-Anvers, Volkswagen-Forest, Renault-Vilvord e Volvo-Gand) eles trabalham, em média, 1.550 e 1.650 (Antunes, 2011).

E quanto maior a distância em relação à empresa principal, maior a precarização do trabalho. Se na Toyota os trabalhadores trabalham aproximadamente 2.300 horas por ano, os trabalhadores das empresas subcontratadas chegam a trabalhar 2.800 horas (Antunes, 2002).

Uma das consequências mais evidentes do toyotismo é o crescimento sem precedentes do desemprego estrutural, que se espalha pelo mundo todo. Cria-se um excedente de trabalhadores sem destino e conseqüentemente a pobreza, miséria e a violência também se expandem (Antunes, 2011).

O toyotismo não apenas não criou um mundo do trabalho livre da alienação como também nem mesmo pode ser considerado um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista. A elogiada diminuição da distinção entre elaboração e execução e entre concepção e produção só se dá numa estreita margem delimitada pela lógica do processo de valorização do capital. Não existe uma real autonomia. Mesmo a diminuição das hierarquias e despotismo nas fábricas desse modelo, não suprimem a alienação do processo de trabalho (Antunes, 2011).

A desidentidade entre indivíduo e gênero humano, constatada por Marx nos Manuscritos [Econômicos-Filosófico de 1844], encontra-se presente e até mesmo intensificada em muitos segmentos da classe trabalhadora japonesa (...). A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do ser que trabalha ao “espírito” Toyota, à “família” Toyota, é de muito maior intensidade, é qualitativamente distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica despótica; aquela, a do toyotismo, é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória (Antunes, 2011, p. 39-40).

O modelo toyotista também não é alheio aos sindicatos, pelo contrário ele tem um projeto bastante definido para aqueles. Para que a sua expansão fosse possível no

Japão, ele teve que enfrentar a resistência de um combativo sindicalismo japonês (Antunes, 2011).

Em 1950 houve um importante movimento grevista contra um processo de demissão em massa na Toyota (entre 1600 e 2000 trabalhadores), mas o mesmo foi derrotado. Em 1952/1953, uma nova luta sindical em várias empresas, contra a racionalização do trabalho e por aumentos salariais, durou 55 dias e foi novamente derrotada. Em seguida foi a vez da ofensiva das empresas, que reprimiram as principais lideranças, desestruturaram os sindicatos combativos e criaram o sindicalismo de empresa, sindicalismo-casa, imbuído do “espírito Toyota”, da “Família Toyota” (Antunes, 2011, p. 32).

Nesse modelo, que é o traço distintivo do sindicalismo japonês na era toyotista, existe a tentativa de cooptação do sindicato à cultura empresa. Busca deslocar os conflitos entre capital e trabalho para um âmbito mais micro e individualizado, de um sindicalismo separado das lutas mais amplas e nacionais. Os sindicatos tornam-se assim bastante corporativistas e passivos, colaboradores das empresas em troca de benefício. Essa foi uma condição indispensável para o sucesso das empresas japonesas. Combinando repressão com cooptação, o patronato conseguiu a subordinação dos sindicatos. (Antunes, 2002, 2011).

Um risco ainda mais perigoso de corporativismo e da aversão ao pensamento emancipador é, em sua expressão mais conservadora, a aproximação aos movimentos xenófobos, ultranacionalistas e racistas, que atribui aos imigrantes a culpa pelos mais diversos problemas sociais (Antunes, 2011).

O debate acerca da crise do sindicalismo tem importância fundamental no novo mundo do trabalho. Entre as décadas de 1980 e 1990, em praticamente todos os países

de Europa Ocidental, houve alarmantes quedas na taxa de sindicalizados, ou seja, no número de sindicalizados e na população assalariada (Antunes, 2011).

A Europa Ocidental em seu conjunto (excluindo Espanha, Portugal e Grécia) reduziu de 41% em 1980 para 34% em 1989. Incorporando-se àqueles três países acima citados, as taxas seriam ainda menores. Pode-se lembrar, para efeito de comparação, o Japão, cuja taxa caiu de 30% para 25%, no mesmo período, e os Estados Unidos, cuja redução foi de 23% para 16% (Visser, 1993: 18-19). Na Espanha, França, Grã-Bretanha, Países Baixos e, em menor medida, na Itália, Irlanda, Grécia e Portugal, houve forte queda nas taxas de sindicalização, bem como uma queda absoluta do número de membros (de que foram exemplo a Espanha, França e Grã-Bretanha) (Antunes, 2011, p. 65).

A intensidade da queda configura uma verdadeira crise do sindicalismo que não teve paralelo em nenhum outro momento da história sindical desde, pelo menos, o pós-guerra. Um dos fatores importantes para explicar tal crise é a vala existente entre os trabalhadores "estáveis", de um lado, e os precarizados (o subproletariado), do outro. O aumento desse abismo social no interior da classe trabalhadora, que é próprio às novas configurações do mundo do trabalho, foi responsável por reduzir fortemente o poder sindical, que tem se mostrado até então incapaz de organizar o chamado "precariado" (trabalhadores parciais ou por tempo determinado). Além disso, os sindicatos também têm enfrentado dificuldades quanto à organização das mulheres (que tem ocupado cada vez mais postos de trabalho), dos trabalhadores mais intelectualizados, dos

trabalhadores do comércio, de pequenos estabelecimentos, de serviços financeiros privados, dos trabalhadores mais jovens e dos imigrantes (Antunes, 2011).

A atual crise pela qual passam os sindicatos tem custos muito altos para a classe trabalhadora como um todo, que no momento está debilitada de um de seus principais instrumentos de defesa. Para dar resposta aos enormes desafios dos novos tempos, os sindicatos precisam adotar novas estratégias de organização e luta que considerem a nova morfologia do trabalho. Devem superar a enorme barreira social que separa os trabalhadores estáveis e os precários. Outro desafio é resgatar o sentido de pertencimento de classe das lutas sindicais e saber articulá-las com outras importantes dimensões como de gênero, etnia e geracional (Antunes, 2010).

A nova divisão internacional do trabalho estabeleceu um novo mapa de acidentes e doenças profissionais que atuam em dois sentidos. Por um lado, os trabalhadores pertencentes ao núcleo, que atuam com o maquinário mais avançado e tecnológico, estão cada vez mais expostos à flexibilização e à intensificação do ritmo do trabalho impostos pela robotização do processo produtivo e, sobretudo, pela instituição de práticas pautadas pela multifuncionalidade, polivalência, times de trabalho interdependente. Soma-se a isso a submissão a vários mecanismos de gestão pautados na pressão psicológica com finalidade de aumentar a produtividade. De outro lado, um número significativamente maior de trabalhadores sem experiência, de diferentes modalidades de vínculos e condições de trabalho (fortemente marcados pela precarização), com menos desenvolvimento tecnológico, jornadas mais extensas, redução de direitos, maior insegurança e vulnerabilidade (Antunes e Praun, 2015).

O que se observa é que independentemente do grau de modernização das linhas de produção ou do ambiente de trabalho como um todo, quanto mais frágil for a

legislação protetora do trabalho e a organização sindical, maior a precarização das condições de trabalho (Antunes e Praun, 2015).

Tanto nos países ricos como nos da periferia do capital, sendo que nesses últimos com formas ainda mais brutais, observa-se a tendência à precarização do trabalho. Trata-se, portanto, de uma tendência mundial. Nas novas práticas de organização do trabalho adotadas pelas empresas, tanto aquelas voltadas à produção de bens quanto as que desenvolvem atividade de prestação de serviços, o que se tem observado é o aumento do ritmo, da intensidade, das horas trabalhadas, da pressão e do controle sobre o trabalhador. Esse quadro tem repercutido de forma bastante negativa em todos os aspectos: nas condições laborais, no tempo livre, nas condições de vida e, consequentemente, na saúde dos trabalhadores. (Navarro, Maciel e Matos, 2017).

No artigo intitulado *A sociedade do adoecimento no trabalho*, Antunes e Praun (2015) mostram os impactos da nova morfologia do trabalho na saúde das pessoas que trabalham e apontam cinco aspectos que são determinantes para entender o crescimento do adoecimento, crescimento esse que faz com que os autores caracterizarem a sociedade atual como a sociedade do adoecimento no trabalho. Os aspectos que eles apontam e discutem são: a flexibilização do trabalho; a individualização e a solidão no trabalho; gestão por metas; assédio no local de trabalho; e terceirização (Antunes e Praun, 2015).

Aqui, optamos por tratar de dois aspectos de grande impacto e importância para entender a sociedade do adoecimento no trabalho que não foram abordados no artigo de Antunes e Praun: o suicídio relacionado ao trabalho e o desemprego estrutural. Essa escolha se deve, sobretudo, pelo fato de que o novo cinema do trabalho tem dado uma ênfase especial para esses aspectos.

Começamos pela questão do suicídio. No Japão, país responsável por desenvolver o modelo de organização de trabalho toyotista, os trabalhadores têm sofrido duramente as pressões do trabalho sob esse modelo. O número de mortes relacionadas à sobrecarga de trabalho é tão elevado que surgiu a expressão *karōshi* para designá-la. Em seguida, foi necessário criar outro termo para o fenômeno do suicídio decorrente do sobretrabalho, o *karō-jisatsu*. O termo foi cunhado no ano 2000, quando a Suprema Corte do Japão condenou a empresa Dentsu Inc. (uma das maiores agências de propaganda japonesa) pela morte de um trabalhador. Quatro anos antes, em 1996, a mesma empresa foi pela primeira vez considerada culpada pela morte voluntária de um trabalhador (Netto, 2013).

Na França, em 2004, o Estado francês vendeu a maior parte de suas ações da empresa France Télécom, principal do ramo de telecomunicações do país. O processo de privatização e *downsizing* (enxugamento) assim como a implementação de novas formas de gerenciamento, foram responsáveis por cerca de 60 suicídios entre os trabalhadores. Trata-se de uma demonstração das consequências dos processos de privatização da vida e da saúde dos trabalhadores. Os números recorrentes dos casos de suicídio foram um indicativo do intenso sofrimento psíquico provocado pelos novos modelos de gestão, onde o assédio moral se tornou regra (Netto, 2013).

No *La Post*, serviço postal francês, foi registrado mais de 70 casos de suicídio. Os casos tiveram início em 2009 após a privatização da empresa. Ainda assim nada foi feito para suspender o programa de reformas implementado. Conforme o dirigente da empresa, Jean-Paul Bailly, “a transformação da companhia não pode parar” (Netto, 2013, p. 133). Como se vê, a morte e sofrimento dos trabalhadores não impõe qualquer limite às necessidades de expansão do capital.

Na China, a Foxconn, fábrica do setor de informática e das tecnologias da comunicação, tem visto crescer em sua unidade de *Longhua (Shenzhen)*, onde são fabricados iPhones, desde 2010, os casos de suicídio, que em sua maioria denunciam a intensa exploração do trabalho (Antunes, 2018).

A Foxconn é uma empresa de origem taiwanesa e um exemplo de *Electronic Contract Manufacturing (ECM)*, modelo de empresa terceirizada responsável pela montagem de produtos tecnológicos para grandes empresas transnacionais como a Apple, Nokia, entre outras. O triunfo comercial dessas empresas reside, em parte, nas condições de trabalho na China. Em 2009 um jovem operário, Sun Danyong de 25 anos, se atirou do 12º andar da Foxconn após ser acusado pela perda de um dos protótipos do iPhone 4. Em 2010, os operários da Foxconn trabalhavam 12 horas por dia, em média, e recebendo salários aviltantes. Nos primeiros oito meses daquele ano, 17 jovens trabalhadores (entre 17 e 25 anos) tentaram o suicídio e desses 13 morreram. (Antunes, 2018).

Com a ampliação das plantas produtivas da Foxconn em outras cidades chinesas, novos casos de suicídio foram registrados, mas em menor intensidade. Em 2013 foram registrados três casos na unidade de Zhengzhou (Antunes, 2018).

As árduas condições e pressões de trabalho na China que tem posto em risco a saúde e a vida dos trabalhadores tem sua origem em fins dos anos 1970 quando foram estabelecidas zonas econômicas especiais para atrair o capital estrangeiro, sempre em busca de expandir mercados e reduzir gastos, independentemente dos custos humanos (Antunes, 2018).

O tema do suicídio no local de trabalho tem sido objeto de investigação de Christophe Dejours e a esse respeito ele tem feito importantes descobertas sobre as

características atuais do fenômeno. A primeira foi o caráter novo dessa forma de suicídio, o fato de ser realizado dentro do próprio local de trabalho, e por vezes é na frente dos próprios colegas de trabalho. O que antes era um acontecimento raro, hoje se estima que só na França ocorram em média 300 ou 400 suicídios desse tipo por ano (Dejours & Bègue, 2010; Dejours, 2010).

Outra característica foi perceber que nessa forma de dar cabo da própria vida, o fato do trabalhador ir ao local de trabalho para cometer o suicídio, traz consigo uma mensagem direcionada à comunidade de trabalho, aos colegas, ao chefe, aos subalternos, à empresa, de forma que não se tenha dúvidas quanto as suas motivações. Trata-se de uma “mensagem brutal” como bem define o título de uma das entrevistas que deu sobre essa questão (Dejours & Bègue, 2010; Dejours, 2010).

Segundo Dejours, foi a partir anos 1990 que o suicídio e as tentativas do suicídio nos locais de trabalho começaram a surgir e se expandir com grande rapidez na maioria dos países ocidentais, alcançando distintos meios profissionais: operários de linhas de montagem, quadros superiores das telecomunicações, bancários, trabalhadores de hospitais, instituições de ensino, da construção civil, das indústrias eletrônicas, serviços comerciais, entre outros. (Dejours & Bègue, 2010; Dejours, 2010).

Para explicar o aparecimento dessa nova forma de suicídio, Dejours aponta algumas importantes transformações que ocorreram no mundo do trabalho nesse período. Nesse texto daremos ênfases a três aspectos (que nos parecem os mais importantes) bastante relacionados entre si: as novas formas de gestão; a fragmentação dos coletivos de trabalho e o assédio.

No final dos anos 1980 foram desenvolvidas novas concepções de gestão no mundo do trabalho que tiveram consequências bastante negativas como a avaliação

individualizada, que foi responsável por introduzir a concorrência entre serviços, departamentos, sucursais e entre os próprios trabalhadores.

[...] se juntarmos o resultado da avaliação individualizada do desempenho a um sistema de bonificação (promoção, gratificação, aumento salarial, ou qualquer outro critério de recompensa), o clima degrada rapidamente entre os concorrentes. Mas se acrescentarmos à avaliação individualizada do desempenho a ameaça de ser colocado na “geladeira”, da transferência sumária, da queda em desgraça, da demissão, então o método gera não apenas o cada-um-por-si, mas ainda faz surgir rapidamente, para além da “emulação saudável”, condutas de concorrência e de rivalidade que derivam em condutas desleais: retenção de informações, boatarias, “rasteiras”, etc. A lealdade e a confiança são corroídas e são trocadas pela desconfiança e o constrangimento de vigiar o comportamento dos colegas, logo considerados como adversários (Dejours & Bègue, 2010, p. 46).

Nesse novo cenário, o assédio no trabalho, que não é uma novidade em si (a não ser pela sua extensão e intensidade) visto que já ocorre há bastante tempo, ganha um novo peso. Antes, a pessoa vítima do assédio, encontrava nos companheiros de trabalho apoio e solidariedade, o que as ajudava a enfrentar essa situação. Hoje encontram omissão, silêncio e covardia. Assim, além do assédio, há o peso da traição dos próprios companheiros (Dejours, 2010). Nessa circunstância, o próprio assédio se torna uma importante estratégia de gestão:

Um único caso de assédio tem um efeito extremamente potente sobre toda a comunidade de uma empresa. Uma mulher está a ser assediada e vai ser destruída, uma situação de uma total injustiça; ninguém se mexe, mas todos ficam ainda com mais medo do que antes. O medo instala-se. Com um único assédio, consegue-se dominar o coletivo de trabalho todo. Por isso, é importante, ao contrário do que se diz, que o assédio seja bem visível para todos. Há técnicas que são ensinadas, que fazem parte da formação em matéria de assédio, com psicólogos a fazer essa formação (Dejours, 2010).

Como podemos perceber, as novas formas de gestão, a fragmentação da solidariedade entre os trabalhadores e o assédio, funcionam em uma complexa articulação intensificando antigas formas de sofrimento no trabalho e favorecendo o aparecimento de uma forma especificamente nova de suicídio, o suicídio no local do trabalho. E a própria psicologia tem atuado no papel de contribuir com o desenvolvimento de técnicas extremamente nocivas para os trabalhadores.

Para Dejours e Bègue (2010), o estudo da relação entre suicídio e trabalho, quando ele não ocorre no local de trabalho, impõe uma série de dificuldades. Ele destaca a dificuldade de se estabelecer esse nexos, especialmente quando não há nenhum tipo de vestígio. Quando o suicídio ocorre no local de trabalho, a relação entre ambos é evidente. Ocorrendo fora ainda é possível estabelecer, de alguma forma, essa relação, principalmente quando existe um bilhete, carta ou diário explicando seu gesto, denunciando a degradação de sua relação com o trabalho ou descrevendo as injustiças sofridas. Porém, quando o suicídio se dá fora do local de trabalho e sem que vestígios escritos sobre os motivos do suicídio tenham sido deixados, embora estejam

“possivelmente relacionados ao trabalho [...], o vínculo permanece putativo e não pode ser dado como certo”. (Dejours & Bègue, 2010, p.26).

Ainda que em muitos casos não se possa estabelecer uma relação direta entre o trabalho e o suicídio, é possível estabelecer essa relação indiretamente, a partir da constatação da relação entre mundo do trabalho e totalidade social. Como vimos anteriormente, a crise do capital está estreitamente relacionada à precarização do trabalho, ao desemprego e a pauperização da classe trabalhadora.

O que se tem observado é que o crescimento do número de suicídios é um fenômeno que não se restringe apenas ao mundo do trabalho, mas também tem extrapolado para a dimensão social como um todo. A autodestrutividade humana é um fenômeno mundial, cujos números têm crescido consideravelmente¹¹. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 800 mil pessoas se suicidam todos os anos e a estimativa é de que esse número deva chegar a 1,6 milhão em 2020. A própria OMS acredita que, em decorrência da subnotificação ou da inexistência de registros precisos em países da África e do Oriente médio, os números reais possam chegar a ser 20 vezes maior (Júnior, 2015).

Estes dados implicam que o suicídio responderá por 1,5% do total de óbitos no mundo em 2015, ocorrendo ao menos uma morte a cada 40 segundos. Desta forma, o suicídio é responsável por mais mortes que as guerras e assassinatos ocorridos no período de um ano. Ao mesmo tempo, a cada suicídio consumado, ao menos seis pessoas próximas ao falecido terão

¹¹ De acordo com a OMS, a média anual mundial de suicídios passou de 10,1 a cada 100 mil habitantes em 1950 para 16 para cada 100 mil em 1995, o que corresponde a um aumento de 60% durante esse período (Loureiro et al, 2010).

suas vidas profundamente afetadas sócio, econômica e emocionalmente. (Júnior, 2015, p. 16).

Em seu relatório anual a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, sigla em inglês), considera que o fenômeno do suicídio está relacionado não só a um colapso pessoal, mas também a deterioração do contexto social. Segundo o mesmo relatório, o suicídio pode estar associado, entre outros fatores, à condição de desemprego. Além disso, ele é frequentemente utilizado como indicador indireto do estado da saúde mental da população (Júnior, 2015).

Esse crescimento vertiginoso do suicídio nas últimas décadas denuncia fortemente os rumos que a sociedade vem tomando, tornando-se cada vez mais hostil à própria vida humana. Na medida em que, para a produção capitalista, a necessidade de autorreprodução do capital é mais importante do que a garantia das necessidades humanas, cria-se esse processo de degradação das condições de vida de ampla camada da população. Não parece casual o crescimento do número de suicídios em meio à crise estrutural do sistema capitalista e suas consequências como queda geral das condições de vida, a ofensiva contra os direitos sociais, o crescimento da desigualdade e do desemprego. Como veremos na análise dos filmes, o cinema tem apresentado essa relação entre o novo mundo do trabalho e suicídio com bastante ênfase, apresentando algumas questões que nos ajudarão a aprofundar o estabelecimento dessa relação.

Sobre a questão do desemprego, este sempre foi um fenômeno presente e necessário no capitalismo, mesmo nos chamados trinta anos gloriosos de expansão do capital. Naqueles anos ele sempre fora tratado como algo de pouca importância, como um “custo inevitável da modernização” (Mészáros, 1987).

Em tais circunstâncias, a miséria humana necessariamente associada a todos os tipos de desemprego – inclusive aquele

produzido no interesse da “modernização” – podia ser capitalisticamente justificada em nome de um brilhante futuro de consumo para todos. Naqueles dias, as milhões de pessoas desafortunadas, patéticas e “desprivilegiadas” podiam ser facilmente relegadas à periferia a sociedade (Mészáros, 1987, p. 47).

Em geral, essas pessoas eram exclusivamente responsabilizadas pela sua condição, tidas como inúteis e preguiçosas. O que se ignorava era que a tendência da modernização no capitalismo significava a gradual substituição de uma grande quantidade de trabalho não qualificado, por uma quantidade bem menor de trabalho qualificado, criando assim um maciço desemprego. No entanto, não se pode confundir o problema. A questão não está inerentemente relacionada à tecnologia empregada e ao seu desenvolvimento, mas “à cega subordinação tanto do trabalho quanto da tecnologia aos devastadores e estreitos limites do capital” (Mészáros, 1987, p. 48).

O desemprego se expande hoje como um aspecto necessário da crise estrutural e não se restringe apenas aos trabalhadores não qualificados, mas atinge também os altamente qualificados. A totalidade da força de trabalho da sociedade está exposta e vulnerável a esse mal. Se no período pós-guerra os políticos liberais podiam falar em pleno emprego, nos países privilegiados, hoje se torna quase impossível encontrar soluções parciais para o problema do desemprego. Hoje, uma parcela cada vez maior da humanidade é jogada para a categoria de trabalho supérfluo, não há destinação para ela, está completamente à deriva social (Mészáros, 2007).

A grande e cruel ironia desse fato é que o desenvolvimento do sistema produtivo mais dinâmico da história culmina com a geração de um número crescente de seres

humanos supérfluos na produção, mas absolutamente necessários como consumidores (Mészáros, 2007).

A novidade histórica do tipo de desemprego no sistema globalmente completo é que as contradições de qualquer parte específica complicam e agravam o problema em outras partes e, por conseguinte, no todo. Pois a necessidade da produção de desemprego, "enxugamento" etc., surge necessariamente dos imperativos produtivos antagônicos do capital que buscam o lucro - e a acumulação - a que não podem absolutamente renunciar, de modo a restringir-se de acordo com os princípios racionais e humanamente gratificantes. O capital deve manter seu impulso inexorável aos seus alvos autoexpansivos, por mais devastadoras que sejam as consequências, ou, do contrário, perde a capacidade de controlar o metabolismo social de reprodução. Não há interposição, nem sequer a mínima atenção às considerações humanas (Mészáros, 2007, p. 146).

A ironia da história é que o capital supera um obstáculo, os custos com os trabalhadores, mas em compensação cria outro ainda maior. A repressão salarial e pauperização da classe trabalhadora faz cair o desempenho do mercado e estagna a expansão da produção capitalista pela falta de demanda (Harvey, 2011).

Essas contradições são inerentes à própria lógica do capital e tem se intensificado nessa época de crise estrutural, com custos humanos que são incomensuráveis. Wacquant (2007), em seus estudos sobre sociedade e crime, fez algumas descobertas desconcertantes sobre as relações entre mundo do trabalho, desemprego e o encarceramento em massa.

Conforme Wacquant (2007), a despeito do significativo aumento da desigualdade social e da insegurança econômica no curso das três últimas décadas do século XX, o Estado caritativo nos Estados Unidos da América reduziu continuamente sua intervenção e comprimiu seus modestos orçamentos. A “guerra contra a pobreza” se convertia numa verdadeira “guerra contra os pobres”, que se tornaram o bode expiatório de todos os grandes males do país. Os pobres se tornaram alvo de uma série de medidas punitivas e vexatórias, que tinham como objetivo “se não a reconduzi-los ao estreito caminho do trabalho precário, pelo menos a minorar suas exigências sociais e, por conseguinte, sua carga fiscal.” (Wacquant, 2007, p. 96).

O declínio do Estado de bem-estar social foi catastrófico em todo o país, chegando a ser reduzido pela metade no Michigan e a um terço no Texas. No início dos anos 1990, diversos estados que foram industriais no passado, mas estão com altas taxas de desemprego e pobreza urbanas, como Pensilvânia, Ohio, Illinois e Michigan, interromperam o General Assistance, um programa de recursos estaduais que representava a última alternativa para os indigentes. Mais de um milhão de beneficiários, em escala nacional, ficaram desassistidos (Wacquant, 2007).

Em Michigan houve uma gradual redução do auxílio até sua extinção. Em 1985 passou de US\$342 milhões para US\$217 milhões, em 1992 passou para US\$37 milhões, até ser terminado em 1993. Segundo o governador do estado, o republicano John Engler, era necessário equilibrar o orçamento estadual e evitar a formação de uma classe permanente de malandros. Em contrapartida, só em 1993 o estado de Michigan gastou US\$1,32 bilhão para encarcerar 44.000 condenados, sendo que o custo estimado para cada preso era 11 vezes superior à quantia média destinada a um beneficiário da assistência social (Wacquant, 2007).

No final de 1994 o número de pobres nos EUA ultrapassava 40 milhões de pessoas, 15% da população do país. Havia um claro recorte de raça, uma a cada dez famílias brancas e uma a cada três famílias negras viviam abaixo da "linha de pobreza" federal (Wacquant, 2007).

Em contrapartida ao desmonte do Estado caritativo se ergueu um forte Estado punitivo sob o argumento de conter a intensificação da insegurança e da miséria social em franco crescimento. Wacquant (2007) aponta dois desdobramentos principais da política estatal de criminalização da pobreza.

A primeira foi a reorganização dos serviços de assistência social em instrumentos de vigilância e de controle, aprovadas em 36 estados entre 1988 e 1995, que restringiam o acesso à ajuda pública e o condicionaram à adoção de certas normas de conduta (econômica, sexual, educativa, familiar, etc.) e ao cumprimento de operações burocráticas e humilhantes - os beneficiários eram obrigados a aceitar qualquer emprego que fosse proposto, com qualquer remuneração ou condição de trabalho, sob pena de perder o direito ao benefício. (Wacquant, 2007).

O segundo é o recurso massivo e sistemático à prisão, cujo alvo são os marginalizados sociais, enraizados no desemprego, subemprego, trabalho precário. Se nos anos 1960 a população condenada ao cárcere reduziu 12%, nos anos 1970 ocorre uma verdadeira explosão, passando de menos de 200.000 em 1970 para perto de um milhão em 1995, um crescimento de 442% em um quarto de século. Os negros foram os alvos prioritários desse encarceramento em massa. Em 1995 os negros, que representavam 12% da população dos EUA, eram 53% da população carcerária. Por trás desse crescimento do encarceramento se encontra principalmente a política de guerra às drogas, que é na verdade mais uma expressão da guerra aos pobres. (Wacquant, 2007).

É importante que não se confundam as questões. O crescimento do número de trabalhadores pobres, subempregados e de desempregados, não fez com que a criminalidade crescesse de forma devastadora. Na verdade, o que cresceu foi o processo de criminalização da pobreza, e por isso as altas taxas de encarceramento. "Não foi tanto a criminalidade que mudou no momento atual, mas sim o olhar que a sociedade dirige para certas perturbações da via pública, isto é, em última instância, para as populações despossuídas e desonradas (pelo seu estatuto ou por sua origem)" (Wacquant, 2007, p. 29).

Os jovens desempregados, os mendigos e "sem teto", os toxicômanos, os imigrantes sem documentos tornaram-se muito evidentes no espaço público e se tornaram a marca de uma presença indesejada e intolerável por ser a encarnação viva e ameaçadora da insegurança social generalizada, produzida pela erosão do trabalho assalariado estável e homogêneo e pela fragmentação a solidariedade de classe (Wacquant, 2007).

Quanto às consequências psicossociais do desemprego, Seligmann-Silva (2015) constatou que em muitos dos desempregados de longa duração se expressavam sentimentos de tristeza, vergonha e culpa pelo que consideravam ser um fracasso como pessoa; em outro se percebia uma intensa raiva e revolta, quando entendiam a demissão como sendo injusta e que os seus anos de trabalho não eram reconhecidos. Tais sentimentos costumavam perturbar os desempregados e tirar-lhes o sono.

Ainda conforme Seligmann-Silva (2015), o prolongamento do desemprego pode contribuir tanto para o desenvolvimento quanto para o agravamento de distúrbios mentais/psicossomáticos previamente existentes. A intensificação de tais distúrbios, ante a ausência de necessários cuidados terapêuticos, contribui ainda mais com o prolongamento do desemprego, criando um ciclo-vicioso.

Por outro lado, pesquisas têm indicado que os distúrbios psicológicos que tem o desemprego como principal causa, não persistem depois de superada a causa, isto é, o emprego é a mais efetiva cura da morbidade psíquica resultante da situação de desemprego (Seligmann-Silva, 2015).

Trata-se de uma questão da maior importância e de maiores consequências sociais. Uma sociedade para a qual uma grande parcela da população se torna supérflua e pode ser literalmente destruída é absolutamente insustentável. É nesse sentido que para Netto (2017) uma das múltiplas faces contemporâneas da barbárie é exatamente a articulação orgânica entre a repressão às “classes perigosas” e a assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social”.

Como veremos na análise dos filmes, o tema do desemprego é o que é aparece com maior evidência no novo cinema do mundo do trabalho. Praticamente todos os filmes abordam essa questão, sendo ela central ou secundária.

Um último elemento ainda importante de ser analisado nesse tópico é o das implicações do novo mundo do trabalho na subjetividade da classe trabalhadora. Talvez o autor que melhor conseguiu apreender o sentido da transição do momento histórico, do capitalismo em ascensão para a sua fase de crise, e seus impactos na subjetividade, tenha sido Richard Sennett em seu livro *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. No livro, Sennett nos introduz a esse processo através da história de Enrico, um faxineiro durante o período do posterior a II Grande Guerra, e seu filho Rico, um bem sucedido consultor de tecnologia (Sennett, 1999).

Conforme relata Sennett, quando ele conheceu Enrico este já era faxineiro há 20 anos. Não se queixava da profissão, mas também não tinha qualquer entusiasmo quanto ao ideal do Sonho Americano. O principal sentido de seu trabalho era a sua família. Tinha uma vida e um trabalho estável, sempre trabalhou na mesma empresa e sabia

quando ia se aposentar e quanto receberia. Levava uma vida sem muitas surpresas. O próprio tempo em que vivia era previsível. A economia pouco oscilava e os sindicatos mantinham os empregos (Sennett, 1999).

Apesar de ser um homem considerado inferior na escala social, por ser um faxineiro, a história de vida de Enrico dava a ele um senso e respeito próprio. Ele podia olhar para trás e se orgulhar de suas conquistas, ainda que não desejasse vida igual para o seu filho. Enrico também tinha o respeito da sua comunidade de trabalho e da vizinhança em que vivia com a família (Sennett, 1999).

Rico, o filho de Enrico, vive outro momento histórico, com outras demandas e exigências. Graças aos esforços dos pais conseguiu se formar em engenharia elétrica e trabalhou durante algum tempo como consultor de tecnologia em algumas empresas até abrir uma pequena firma de consultoria. Em quatorze anos de trabalho mudou de firma e cidade quatro vezes. Rico despreza os conformistas, acredita que têm que se manter aberto as mudanças e correr riscos. Dessa forma conseguiu prosperar economicamente (Sennett, 1999).

Apesar dessa prosperidade, Sennett percebe que existe em Rico um medo de perder o controle de sua vida. As constantes mudanças não permitem que ele estabeleça sólidos laços comunitários. Como o pai, o sentido do trabalho de Rico é a sua família, mas diferente de Enrico, as exigências de seu trabalho atrapalham e o distanciam da sua família. A preocupação mais profunda de Rico era não poder oferecer aos filhos a substância de sua vida de trabalho como exemplo de conduta ética, uma vez que as qualidades que o seu trabalho exige não são as mesmas do bom caráter (Sennett, 1999).

Na atual velocidade em que as empresas funcionam, as formas passageiras de associação são mais úteis às pessoas (às finanças, na verdade) que as ligações de longo

prazo. A lealdade e os fortes laços sociais podem ser pouco rentáveis e, portanto, pouco atraentes. Esses princípios acabam por corroer a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. Como manter relações sociais duráveis numa sociedade de curtos prazos? O que Sennett constata é que as condições da nova economia corroem o caráter, sobretudo aquelas que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável (Sennett, 1999).

Com isso o próprio significado do trabalho vem se transformando. Sennett trás um exemplo que sintetiza essas transformações. É o caso de uma antiga padaria que ele conhecia e que foi comprada por um grande conglomerado da área de alimentos. No que diz respeito ao ambiente físico, se antes essa padaria tinha um forte cheiro de suor e alguns trabalhadores chegavam a vomitar por causa do excesso de calor, após ser comprada pela grande empresa, adotou os princípios da organização flexível e passou a utilizar máquinas sofisticadas, tornando tudo muito limpo, silencioso e até mesmo frio (Sennett, 1999).

Contudo, a panificação computadorizada mudou profundamente o trabalho do padeiro, que agora não tinha mais nenhum contato físico com os materiais do pão. O trabalho se restringia agora a monitorar todo o processo através de telas. A arte do padeiro se perdeu. Soma-se a isso o fato de que com o enfraquecimento do sindicato dos padeiros, os jovens trabalhadores não são cobertos por contratos sindicais e trabalham em horários flexíveis além de que costumam ficar pouco tempo no trabalho. Tudo isso cria uma indiferença ao trabalho, os trabalhadores não se identificam com ele, nem os antigos, nem os jovens. Os antigos dizem: “Eu vou para casa, faço pão mesmo, sou padeiro. Aqui, aperto botões”. Já os novos: “não vou ficar fazendo isso o resto da minha vida” (Sennett, 1999, p. 83).

Com uma escrita quase literária construindo casos típicos que elucidam os nossos tempos, Sennett mostra bem a articulação entre as transformações no capitalismo e seus impactos no trabalho e nas relações humanas. O tempo de curto prazo, a fragilidade dos laços, a indiferença ao trabalho, Sennett mostra como tudo isso está relacionado às relações sociais impostas pelas determinações do “novo capitalismo”, que em muitos sentidos é cada vez mais parecido com o “velho capitalismo”, principalmente no que diz respeito aos retrocessos de direitos (Sennett, 1999).

A instabilidade e insegurança dos novos tempos deixam todos à deriva. A apreensão com o emprego se impõe por toda parte, em decorrência dela sofre-se angústia, ansiedade, dilui-se a autoestima, racham-se as famílias, fragmentam-se as comunidades e alteram-se as relações nos locais de trabalho. Sofre-se, sobretudo, pela ansiedade do que pode acontecer, o risco torna-se constante (Sennett, 1999).

Também não escapa à Sennett a percepção de um crescente conservadorismo, que se expressa numa aversão àqueles que são considerados “parasitas sociais”, isto é, as pessoas pobres que dependem do Estado e das redes assistenciais. Defende-se a destruição dessas redes de direitos sociais para liberar a economia para agir com mais flexibilidade (Sennett, 1999).

Heloani e Capitão (2003) também trazem importantes contribuições para pensar a subjetividade no novo mundo do trabalho. Conforme os autores, o mundo do trabalho vai assumindo a forma de um complexo monstruoso que, se por um lado, com o desenvolvimento técnico, poderia auxiliar na qualidade de vida, por outro avassala os trabalhadores em todos os seus aspectos, na medida em que os interesses do capital predominam sobre os dos trabalhadores. Se alguns são absorvidos, exigidos e sugados

pelo seu trabalho, outros são jogados, como escória, da possibilidade de ter um trabalho, tornando-se uma enorme massa excedente sem destino.

Eles também chamam a atenção para o fato de que hoje os trabalhadores vivem sob a ameaça de que a sua força de trabalho possa ser dispensada a qualquer momento. Essa real ameaça atua como uma enorme pressão para a grande massa de trabalhadores existentes em quase todo mundo (Heloani e Capitão, 2003).

A fragilização ou mesmo rompimento dos vínculos no trabalho, fundamentais para o fortalecimento da subjetividade humana, contribui para desencadear o assédio moral. A exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho, torna-se cada vez mais “natural”. As relações ficam mais desumanas e predominam os desmandos, a manipulação, o medo, a competitividade, o que deteriora as condições de trabalho e de vida das pessoas envolvidas (Heloani e Capitão, 2003).

Se a qualidade de vida e trabalho vem se deteriorando no mundo todo, no terceiro mundo, a periferia do capital, isso se dá de formas ainda mais agressivas e violentas. O encolhimento do mercado do trabalho e crescimento do desemprego faz com que muitas vezes a luta dos trabalhadores se restrinja a luta pela sobrevivência, assim como era no início do século passado. Trata-se de um tremendo retrocesso nas condições de vida da classe trabalhadora (Heloani e Capitão, 2003).

Segundo Dejours (2000), nas últimas décadas querem nos fazer acreditar que o sofrimento no trabalho foi bastante atenuado ou até mesmo eliminado pela mecanização e robotização. Que a tecnologia teria eliminado as obrigações mecânicas, as tarefas de manutenção e a relação direta com a matéria. No entanto, por trás dessa imagem o sofrimento permanece e os trabalhadores se encontram em uma situação não muito

diferente das de antigamente e, por vezes, até mesmo agravada pelas frequentes infrações das leis trabalhistas.

Hoje o trabalho exige cada vez mais dos trabalhadores, que sofrem por temerem não satisfazer e não estar à altura das imposições (de horário, ritmo, formação, experiência, do mercado, etc.) das organizações do trabalho. O medo da incompetência torna-se então uma importante causa de sofrimento no novo mundo do trabalho, mesmo entre trabalhadores com bastante experiência e competência (Dejours, 2000).

Em muitas situações os erros e falhas, que tanto perturbam os trabalhadores e os fazem perder a confiança em si, se devem a questões que estão além deles próprios. Envolve empresas que não respeitam os procedimentos a fim de ganhar tempo, disfarçar a falta de pessoal e economizar no orçamento. Tais descumprimentos não raramente levam a incidentes e acidentes cuja origem não se entende e desestabiliza os trabalhadores, que tomam a culpa pelas falhas, o que acaba causando a angústia e o sofrimento do medo da incompetência (Dejours, 2000).

Outra causa frequente de sofrimento, conforme Dejours (2000), é a pressão sofrida pelo trabalhador para trabalhar mal. O que está em questão não são as competências e habilidades do trabalhador, mas o fato dele não poder fazer o que deve por ser impedido pelas pressões sociais do trabalho. Por vezes, o trabalhador se vê impedido pelos próprios métodos e regulamentos (que contraditoriamente se tornam incompatíveis com a possibilidade de um trabalho bem feito) ou mesmo pela falta de cooperação entre os colegas de trabalho, que é o que ocorre quando cada qual trabalha por si e compromete o trabalho do todo (Dejours, 2000).

Para Dejours (2000) O reconhecimento também é um fator importante quando se fala do sofrimento no trabalho. Não se trata de uma reivindicação secundária, mas

decisiva na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho. Quando o trabalhador não tem o seu empenho no trabalho devidamente reconhecido tende a perder o sentido da relação para com o seu trabalho.

Em meio a um mundo do trabalho tão permeado pelo sofrimento, a própria “normalidade” é observada com alguma desconfiança. Dejours (2000) se pergunta então como é possível que a maioria dos trabalhadores não enlouqueça frente às pressões que enfrentam no trabalho. O autor propõe então o conceito de “normalidade sofrente”, para o qual a normalidade não implicaria ausência de sofrimento, mas uma composição entre sofrimento e luta (individual e coletiva). Não se trata simplesmente de uma forma de conformismo ou interiorização da dominação, mas de uma dura batalha contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho.

As estratégias defensivas utilizadas são as mais variadas e cumprem um papel paradoxal. Por um lado servem de proteção da saúde mental contra o sofrimento, por outro podem servir como uma armadilha que insensibiliza contra aquilo que faz sofrer e também torna tolerável o sofrimento ético, aquele que o trabalhador sente ao ter que cometer atos que condena moralmente e fere seus valores, no trabalho (Dejours, 2000).

Como se pode ver, o novo e precário mundo do trabalho não é em nada acalentador. A precarização objetiva e subjetiva do trabalho é hoje global e se expande numa velocidade assustadora, sem encontrar limites, até então. O atual cenário de devastação não se restringe ao trabalho, mas à sociedade do capital como um todo, que vive uma crise sem precedentes. Enquanto uma ínfima minoria da população concentra uma quantidade monumental riqueza, a grande maioria vive as aflições do novo mundo do trabalho.

Apesar da crise dos sindicatos e partidos, a classe trabalhadora não está impassível diante dessa realidade. Conforme Antunes (2013a), o resultado do enorme processo de precarização estrutural do trabalho, da erosão dos empregos e da corrosão das condições de trabalho alavancadas pela mundialização do capital tem sido a mundialização das lutas sociais:

Os exemplos são vários: as explosões na França, na periferia de Paris, em 2005; as mobilizações de milhões de trabalhadores e estudantes, em 2008, contra o Contrato do Primeiro Emprego; os indignados na Espanha, onde os jovens entre 18 e 23 anos experimentam taxas de 47% de desemprego; a recente explosão em Londres, unindo a revolta dos jovens, a rebeldia contra o racismo, em uma rebelião que se espalhou por várias partes da Inglaterra; o amplo movimento de massas denominado Occupy Wall Street, denunciando o domínio nefasto do capital financeiro e sua tendência destrutiva; para não falar da Grécia rebelde, que acaba de ver um senhor de 77 anos suicidar-se por não aceitar uma condição degradante que lhe é imposta por um sistema indigente (Antunes, 2013a, p. 26).

Apesar disso, os movimentos de resistência e das lutas sociais do trabalho ainda não foram alvo de amplos estudos por parte da psicologia do trabalho. Trata-se de uma questão da maior importância para a compreensão do novo mundo do trabalho e as formas de resistência da classe trabalhadora, tanto por dentro quanto por fora dos sindicatos. Está é uma questão deve ser enfrentada, futuramente.

Na sessão seguinte, trataremos mais propriamente do fenômeno da precarização da vida da classe trabalhadora, uma das consequências mais deletérias da crise estrutural do capital e da precarização do trabalho.

1.2 A precarização da vida

Anteriormente buscamos apresentar os elementos históricos que nos permitem compreender o capitalismo de nosso tempo, o capitalismo em seu momento de crise estrutural e como ele é determinante na precarização do trabalho. É na medida em que entendemos a totalidade concreta da sociedade do capital que podemos entender o sentido estrutural da precarização do trabalho e da vida. Portanto, não se trata de pensar em contextos de trabalho isolados, mas nos determinantes sociais para as atuais condições do trabalho em amplitude global, ainda que se reconheça que em cada país e local específico essas condições se conformam, de uma forma ou de outra, às particularidades locais.

Ao observamos a totalidade da sociedade capitalista e o sentido de sua crise, nos damos conta do caráter irracional desse modo de produção que, ao mesmo tempo em que produz riqueza em proporções monumentais, produz miséria na mesma escala. Constitui uma sociedade onde as mercadorias gozam de maior estatuto do que as pessoas e as relações sociais assumem a feição de relação entre “coisas”. A reificação (coisificação) social da qual falava Marx (2013) se apresenta ainda mais claramente em nossos tempos. E é por isso que a sociedade não consegue se deparar racionalmente com os problemas e resolve-los de forma racional. Os custos humanos e sociais do capital e suas crises são cada vez maiores.

A única preocupação do capital é a sua autorreprodução e sua expansão global. O interesse de uma produção social humanamente significativa e recompensadora não aparece no seu horizonte (Meszárós, 1989). O mundo das coisas se sobrepõe ao mundo humano e suas necessidades.

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomadas de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (Mészáros, 2011b, p. 96).

No tocante ao mundo do trabalho, é importante ter claro que a sua precarização implica na precarização da vida das pessoas que trabalham e, muitas vezes, de forma ainda mais intensa, das pessoas que são excluídas da possibilidade de trabalhar. A expansão do desemprego estrutural, do adoecimento e sofrimento, físico e mental, no nível atual, é produto, em grande medida, das transformações no mundo do trabalho e seus impactos sociais. A precarização da vida se expande nesse mesmo movimento.

A constituição de um mundo do trabalho que ao invés de contribuir com desenvolvimento humano contribui para a degradação humana não é um fenômeno novo. Como vimos, a sociedade da época de Marx e Engels conheceram também formas de trabalho que afetavam profundamente as condições de vida, para não falarmos da escravidão. E em verdade, nas periferias do capital, em grande medida, o trabalho sempre foi assim. A novidade é que hoje, mesmo no coração do capital (EUA, Europa e Japão), o mundo do trabalho tem assumido suas formas mais perversas, e não apenas

para uma pequena minoria de proletários, mas para uma vasta camada da população. Nesse capítulo procuraremos entender melhor o significado do que estamos chamando aqui de precarização da vida, dentro do atual contexto social e do trabalho em que vivemos.

A socióloga francesa, Daniele Linhart, tem se dedicado há décadas ao estudo do mundo do trabalho e tem constatado que o sofrimento no trabalho atinge hoje não apenas os trabalhadores precários, mas até mesmo os trabalhadores estáveis. Nem estes escapam aos efeitos da precarização, a qual Linhart tem chamado de “precariedade subjetiva”. Por “precariedade subjetiva”, ela entende a sensação de nunca estar protegido e seguro de poder conservar seu posto de trabalho. Mesmo que, em teoria, ter um trabalho estável seja um privilégio frente às condições instáveis de trabalho de outra parcela significativa da população, a precarização se expressa mesmo na suposta estabilidade (Linhart, 2014).

Para Linhart (2014) a precarização subjetiva se expressa de várias formas. Trata-se de um sentimento de não estar “em casa” no trabalho, não poder confiar nos saberes e habilidades acumuladas. O sentimento de não dominar o trabalho e precisar se esforçar permanentemente para se adaptar a ele, cumprir os objetivos e se proteger moral e fisicamente. É também o sentimento de não ter a quem recorrer em casos de problemas graves no trabalho, nem aos superiores hierárquicos nem aos coletivos de trabalho (que se dispersaram) estando-se, portanto, sozinhos e isolados. Envolve a perda da autoestima e o sentimento de não dominar o trabalho, que advém de imposição da gestão para que todos os assalariados administrem, em nome da autonomia e da responsabilização, as inúmeras disfunções da organização falha do trabalho e ainda intensifique enormemente os ritmos de trabalho (Linhart, 2014).

O assalariado é um indivíduo, uma pessoa sozinha, sem ajuda, confrontada com imposições e ideais não ajustados às realidades concretas do trabalho. É nisso que reside o que entendemos por “precariedade subjetiva”. A modernização plantou no próprio trabalho as sementes de uma insegurança generalizada e conseguiu desfazer tudo que foi construído para conter e dominar a difícil sorte dos assalariados inseridos na relação de subordinação jurídica que é constituída pelo contrato de trabalho. Todos os esforços realizados pelos sindicatos foram pelos ares. Agora, cada um negocia sozinho seu destino na empresa e, sobretudo, vê no outro uma ameaça ou um peso (Linhart, 2014, p. 52).

Linhart (2014) centrou sua análise na precarização subjetiva dos trabalhadores estáveis, exatamente onde era menos provável de se encontrar os efeitos da precarização estrutural do trabalho, mas que não escapa impunemente à desagregação dos coletivos de trabalho, à insegurança generalizada, ao medo do desemprego, às exigências desmedidas e continuas avaliações persecutórias. Quanto à precarização objetiva, seria aquela em razão do emprego instável, em tempo parcial, com duração determinada.

Partindo das noções de precarização subjetiva e objetiva de Linhart, Bernardo, Nogueira e Büll (2011) apresentaram duas pesquisas realizadas no Brasil onde procuraram discutir esses conceitos. A primeira pesquisa envolveu jovens trabalhadores (média 25 anos) de uma montadora de automóveis, contratados sem experiência prévia, que recebiam salários acima da média regional, com benefícios adicionais, tais como transporte da empresa, seguro saúde e cesta básica. No entanto, essa situação aparentemente privilegiada mostrava seu lado perverso na medida em que os

trabalhadores contavam o seu cotidiano de trabalho: “ritmo alucinante”, “trabalho incessante”, “loucura”, “desespero”, “estresse”, “depressão”.

Esses trabalhadores demonstram ter plena consciência de que as exigências, o ritmo e toda a estrutura à qual estão submetidos podem lhes causar vários danos à saúde. São flagrantes as alusões ao temor do desemprego e, assim, estar empregado, ainda que em uma função que exija esforços sobre-humanos, é apontado como preferível a emprego nenhum. Ou seja, eles estão inseridos em uma lógica em que a única alternativa ao trabalho penoso é o desemprego. Por isso, a necessidade de resistir ao extremo (Bernardo, Nogueira e Büll, 2011, p. 86-7).

Conforme Bernardo, Nogueira e Büll (2011), a pesquisa não tinha nenhuma indagação direta quanto à relação entre trabalho e adoecimento, mas mesmo assim os trabalhadores falaram sobre isso espontaneamente e com grande frequência e ênfase. Segundo os autores, os trabalhadores sentiram a necessidade de falar. A pesquisa identificou nessas condições a precarização subjetiva de que falava Linhart.

A segunda pesquisa, apresentada no mesmo artigo, foi realizada com moradores de rua e identificou nestes a precarização objetiva, com condições de trabalho extremamente penosas e instáveis, olhando carro, vendendo latinha, etc. Segundo os autores, os trabalhadores se identificavam como trabalhadores e se orgulhavam de seus trabalhos, mas sentiam constante o olhar de desconfiança e reprovação social, por exercer funções informais e precárias.

Segundo dados do Censo Nacional de Pessoas em Situação de Rua de 2008, 70,9% dos entrevistados declararam exercer algum tipo de atividade remunerada (destes 27,5% eram catadores de matérias recicláveis, 14,1% eram flanelinhas, 6,3%

trabalhavam na construção civil, 4.2% em atividade de limpeza e 3,1% como carregador/estivador), enquanto que apenas 15,7% declararam pedir dinheiro como principal meio de subsistência (Bernardo, Nogueira e Büll, 2011)

Também se observou que a precarização objetiva da situação atual dessas pessoas já estava presente nas vivências anteriores de trabalho delas e o alcoolismo foi identificado como a maior expressão de seu sofrimento (Bernardo, Nogueira e Büll, 2011).

No caso da população em situação de rua (...) observa-se com frequência a presença concomitante do desemprego – ou trabalho extremamente precário – e do uso abusivo do álcool. Provavelmente, seja simplista asseverar que o desemprego é causa direta do alcoolismo e da ida para a rua, mas parece também demasiado ingênua a concepção mais aceita socialmente que inverte essa causalidade, ou seja, atribui ao alcoolismo – que seria decorrente de ‘fraquezas’ individuais ou problemas familiares – a ‘causa’ do desemprego e/ou da ida para a rua (Bernardo, Nogueira e Büll, 2011, p. 90).

Para Bernardo, Nogueira e Büll (2011), os relatos dos entrevistados indicam que o uso do álcool pode ser uma forma de conviver com condições precárias de trabalho e de vida.

Na conclusão do artigo os autores constatarem que a questão do trabalho e do não trabalho evidenciam duas dimensões da precariedade social: a subjetiva, que atinge os trabalhadores das montadoras de automóveis, e a objetiva, que vitimiza os moradores de rua. Contudo, essa contraposição não deve ser vista de forma extremada, visto que os autores relatam que foi possível observar repercussões para o psiquismo em ambas às

situações, o que não nos permite pensar tão rigidamente a distinção entre uma forma de precarização que atuaria exclusivamente sobre a subjetividade, e outra sobre a objetividade. Essas dimensões se atravessam irremediavelmente (Bernardo, Nogueira e Büll, 2011).

Podemos observar isso acontecer também no estudo de Castro, Alvarez e Luz (2017) que, partindo de Linhart, ampliam a categoria de “precarização subjetiva” para os trabalhadores terceirizados.

Castro, Alvarez e Luz (2017), mostram como, além da precarização objetiva, as características da precarização subjetiva também se expressam no trabalho dos terceirizados: a fragmentação dos laços sociais, crescimento das relações de trabalho permeadas por assédio moral, medo da exclusão, extrema vigilância e falta de autonomia, individualismo competitivo e impotência. Os autores entendem a precariedade subjetiva como uma face da terceirização que deve ser entendida num processo histórico mais amplo de transformações no mundo do trabalho, como descentralização da produção e a flexibilização das legislações trabalhistas, que abriram a porta para que terceirização se espalhasse pelo globo, precarizando a objetividade e subjetividade do trabalho.

Nosso tempo histórico, desse modo, ao descentralizar a produção, ao flexibilizar a legislação trabalhista para viabilizar as formas de trabalho temporário, ao fortalecer o poder do livre mercado em detrimento das políticas sociais, ao desenvolver uma nova individualidade produtiva baseada na competitividade, no assalariamento variável e na excelência, faz com que o fenômeno da terceirização se caracterize por uma

precarização da vida. Precarização, por um lado, objetiva, dada sua função primordial em baixar os custos com mão de obra, contribuindo, assim, para a criação de condições sociais e materiais deterioradas no Brasil e no mundo, e, por outro lado, de uma precarização subjetiva, dada por fragmentação dos laços sociais, crescimento das relações de trabalho permeadas por assédio moral, medo da exclusão, extrema vigilância e falta de autonomia, individualismo competitivo e impotência (Castro, Alvarez, Luz, 2017, p. 53).

Nessa citação podemos ver como os autores caracterizam a terceirização como uma “precarização da vida”, que articula a precarização objetiva e subjetiva. Chegamos aqui a uma interessante concepção do que seria a “precarização da vida”, categoria que estamos buscando aprofundar aqui. Cabe lembrar que Linhart (2014) utiliza essa expressão no título de seu artigo sobre a precarização subjetiva. Também Antunes e Praum (2015) utilizam a mesma expressão no artigo “A sociedade do adoecimento no trabalho”¹².

Consonante essa noção de precarização da vida, Alves (2015b) tem trabalhado com a noção de precariedade existencial ou “precarização da existência” e “precarização da pessoa humana que trabalha”. Para ele o crescimento do sofrimento e do adoecimento no mundo social do trabalho de hoje é reflexo da nova dinâmica do mundo do trabalho reestruturado e das novas condições da vida social impostas pelo neoliberalismo global, o que ele chama modo de vida *just in time*.

¹² “A implantação de programas de qualidade total, dos sistemas just-in-time e kanban, além da introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (de que é exemplo o programa de participação nos lucros e resultados — PLR), sob uma pragmática que se adequava fortemente aos desígnios neoliberais, possibilitou a expansão intensificada da reestruturação produtiva, tendo como consequências a flexibilização, a informalidade e a profunda precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora brasileira.” (Antunes, Praun, 2015, p. 409).

O novo e precário mundo do trabalho tem implicado em mudanças sociais na organização da vida cotidiana para além do local de trabalho. O fenômeno da precarização existencial atinge o próprio mundo social do trabalho, fragilizando e corroendo os laços sociais por causa da concorrência, do medo, da manipulação e da nova precariedade salarial. O extremo produtivismo da lógica contemporânea tem por consequência o aumento do estresse e a redução do tempo de vida por tempo de trabalho em proporções cada vez maiores (Alves, 2015b).

Com Linhart (2014), Bernardo, Nogueira e Büll (2011), Castro, Alvarez e Luz (2017) e Alves (2015b), além de uma vasta gama de estudos que iluminam os mais diversos âmbitos do novo mundo do trabalho¹³, vemos que a precarização atravessa a classe trabalhadora de baixo a cima, desde os trabalhadores mais precários até aqueles mais estáveis. Extrapolando-se a dimensão do trabalho *stricto sensu* e soma-se a esta dimensão da vida social, tomando ambas como uma unidade, compreendendo o indivíduo concreto em sua totalidade, que abarca tanto o seu trabalho quanto a sua vida social geral, da qual o trabalho é parte integrante.

É nesse sentido que nos parece adequado reivindicar a noção de precarização da vida, entendendo-a como uma categoria ampla que abarca uma condição própria de nossos tempos, de intensa degradação das condições de trabalho e da vida social. Condição esta que tem expressão, de uma forma ou de outra, praticamente na totalidade da classe trabalhadora. Além do trabalho estável e precário, podemos integrar também nessa categoria os desempregados, que sofrem a precarização da vida de formas ainda mais radicais.

¹³ Encontramos um bom apanhado de estudos que contemplam uma variedade nos três volumes da coletânea organizada por Ricardo Antunes *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (Antunes, 2006, 2013a, 2014). Também nas coletâneas: *O avesso do trabalho* (Antunes e Silva, 2004), *O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador* (Lourenço, Navarro, Bertani, Silva e Sant'ana, 2010), *O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas* (Navarro e Lourenço, 2013) e *O avesso do trabalho IV: Terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho* (Navarro e Lourenço, 2017).

Pensar um trabalho que ao invés de desenvolver as potencialidades humanas a degrada, é pensar um trabalho invertido, ao avesso. O trabalho, através do qual a humanidade fez-se a si mesma humana, humanizou-se, ao se afastar de sua condição natural, pode animaliza-lo também, desefetivá-lo, adoecê-lo. Tal problemática nos remete a questão do trabalho alienado, inaugurada por Marx em 1844, em seus *Manuscritos econômico-filosóficos*.

Escrito em Paris, no ano de 1844, os *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx não foram publicados durante a vida do autor. O texto só viria à luz quase 90 anos depois, em 1932, e constituiria uma peça chave para compressão do pensamento marxiano, é nele que contem o debate sobre o trabalho alienado, que discutiremos a seguir.

O que Marx percebeu naquele momento é a miséria do trabalhador, que cai à condição de uma mercadoria. Perceber também que a miséria deles encontra-se em relação inversa ao poder e à grandeza daquilo que eles produzem, quanto mais riquezas produzem mais pobres ficam, enquanto que a riqueza se acumula nas mãos de poucos (Marx, 2017).

No trabalho, os seres humanos se objetivam. O produto do trabalho é, portanto, trabalho que se fixou em um objeto, isto é, a objetivação do trabalho. No entanto, Marx assinala que, na realidade, essa realização do trabalho tem se convertido na desrealização do trabalhador. A realização do trabalho aparece como privação, a tal ponto que o trabalhador chega a morrer de fome. Quanto mais objetos ele produz, tanto menos ele pode possuir (Marx, 2017).

(...) quanto mais o trabalhador desgasta-se trabalhando, tanto mais poderoso torna-se o mundo, estranho, objetivo, que ele cria diante de si; quanto mais pobre ele e seu mundo interior ficam,

tanto menos ele possui de si mesmo (...). O trabalhador coloca a sua vida no objeto; mas ela então não lhe pertence mais, e sim ao objeto. Logo, quanto maior é essa atividade, tanto mais o trabalhador fica sem objeto” (Marx, 2017, p. 193).

Marx identifica, então, quatro formas pelas quais a alienação do trabalho se expressa. Esta é a primeira das formas da alienação identificadas por Marx, a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho.

Contudo a alienação não se expressa apenas no resultado, mas também no ato da produção. Ao produzir um objeto que lhe estranho, o trabalho também é alienado, ele aliena a si próprio no ato da produção. Sendo o produto do trabalho a despossessão, a própria produção é despossessão ativa, a “despossessão da atividade” e a “atividade da despossessão” (Marx, 2017, p. 198).

A despossessão do trabalho significa que em vez de o trabalhador se afirmar no seu trabalho, ele se nega; não se sente bem, mas infeliz; não desenvolve suas energias físicas e mentais, mortifica seu físico e arruína o seu espírito; no trabalho sente-se fora de si e apenas fora do trabalho se sente em si mesmo; o trabalho em si não é mais a satisfação de uma necessidade, mas um meio para satisfazer outras necessidades. Desse trabalho, logo que não existe algum tipo de coerção, foge como de uma peste (Marx, 2017).

Naquilo em que há de mais humano, o trabalho, o ser humano sente-se como um animal, e apenas se sente livre em suas funções animais, como comer, beber, procriar, habitação. É verdade que comer, beber e procriar também são funções autenticamente humanas, mas quando abstraídas das demais atividades humanas e tornadas fins últimos e exclusivos, tornam-se animais. Dessa forma “O animal torna-se humano e o humano torna-se animal” (Marx, 2017, p. 197).

Além da alienação quanto ao produto do trabalho e quanto à própria atividade de trabalho, Marx trata ainda de mais duas formas de expressão da alienação. A terceira é a alienação do ser genérico (Marx, 2017).

Marx entende o trabalho como a atividade vital do ser humano e no modo da atividade vital se encontra todo o caráter de uma espécie, seu caráter genérico. O trabalho, enquanto atividade livre e consciente é o caráter genérico do ser humano. Este faz de sua atividade vital, objeto de sua vontade e consciência. Diferentemente de todos os outros animais, que produzem apenas o que necessitam de forma mais imediata, unilateralmente, o ser humano produz de forma livre e universal (Marx, 2017).

Quando Marx fala em ser genérico do homem, ele fala do ser humano enquanto parte do gênero humano. Ao mesmo tempo em que este é um indivíduo singular, ele faz parte do gênero humano, e só enquanto tal ele pode se universalizar, isto é, transmitir para os outros indivíduos do gênero o que ele objetiva, e se enriquecer ao se apropriar daquilo que outros indivíduos objetivam. Para Marx, a geração prática de um mundo objetivo, que pode ser compartilhado entre os indivíduos do gênero humano é a comprovação do ser genérico do homem, ou seja, a sua possibilidade de se relacionar com o gênero humano como com sua própria essência (Marx, 2017).

Portanto, exatamente na formação do mundo objetivo é que o homem revela-se realmente como ser genérico. Essa produção é sua vida genérica ativa (...). O objeto do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem; já que realmente duplica-se não apenas na consciência, intelectualmente, como também ativamente, e por isso se vê em um mundo criado por ele. Mas, na medida em que o trabalho alienado arrebatava o homem do

homem o objeto de seu trabalho, arrebatando-lhe sua vida genérica, sua verdadeira objetividade genérica (Marx, 2017, p. 201).

Quando o trabalho aparece como uma atividade não livre, cuja necessidade é apenas a de conservar a existência física, se dá a alienação do ser genérico do homem. O trabalho alienado transforma a sua atividade vital, sua essência, em um simples meio de existência. A própria consciência que ele tem de sua espécie transforma-se pela alienação. “O trabalho alienado rebaixa a autoatividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio da sua existência física” (Marx, 2017, p. 201-2).

A quarta última forma de alienação apontada por Marx é a da alienação do homem pelo homem. Esta é uma consequência imediata do fato do ser humano estar alienado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e do seu ser genérico (Marx, 2017).

Se o produto do trabalho é alheio àquele que o produz, isso significa que ele pertence à outra pessoa. Da mesma forma, se atividade não pertence àquele que trabalha, pertence a outrem. E a própria ideia de que um indivíduo está alienado do seu ser genérico, implica dizer que um indivíduo está alienado de outro, assim como cada um deles está alienado da essência humana. A atividade que é o tormento de um, se converte então no prazer de outro. Dessa forma um indivíduo se converte em meio para outro indivíduo satisfazer seus interesses particulares, explorando o trabalho do primeiro. (Marx, 2017).

A concepção de trabalho alienado formulada por Marx nos parece bastante fecunda para pensar o fenômeno da precarização da vida e de como ela atravessa o trabalho e a vida. Numa determinada passagem dos manuscritos, o próprio Marx estabelece uma equivalência entre o trabalho alienado, homem alienado e a vida

alienada. Como ele demonstra no livro, a relação entre a alienação do produto, do próprio trabalho, do homem em relação ao gênero e outros homens se atravessam, e constituem uma unidade. A alienação do trabalho é, portanto, ao mesmo tempo a alienação do homem, a alienação da vida (Marx, 2017).

O filósofo marxista, Georg Lukács, que foi um dos primeiros autores a reconhecer a importância dos *Manuscritos* no interior do pensamento marxiano, foi também responsável por expandir a categoria de alienação para além do trabalho alienado.

Lukács, retomando o debate da alienação numa entrevista realizada em 1968 pelos filósofos Holz, Kofler e Abenroth, afirma que o problema da alienação tinha assumido novas determinações desde que Marx o tinha descrito em 1844.

Segundo Lukács, com o desenvolvimento dos meios das grandes indústrias e o surgimento de produtos destinados para o consumo de grandes massas, tornou-se necessário desenvolver um aparato especial para difundir os produtos para uma quantidade imensa de consumidores. Então todo um sistema de manipulação é gestado para essa necessidade e posteriormente ele se estende também à sociedade e à política. Esse mecanismo passa então a dominar todas as expressões da vida social, do consumo de cigarros e de artes, às eleições presidenciais (Holz, Kofler e Abendroth, 1969).

Para Lukács, Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, trata da alienação do trabalho, que significava imediatamente o trabalho opressivo em nível quase animal. Por isso, a luta do movimento operário tinha como suas principais pautas as reivindicações sobre os salários e a redução do tempo de trabalho. O lema era "Oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de repouso" (Holz, Kofler e Abendroth, 1969).

Lukács comenta que naquele momento, em que se tinha uma semana de trabalho de cinco dias e um salário adequado, já poderiam existir as condições indispensáveis para que os trabalhadores pudessem levar uma vida rica de sentidos, mas que estes se deparavam com o problema da manipulação, que cria uma série de empecilhos para o seu livre desenvolvimento (Holz, Kofler e Abendroth, 1969).

[...] aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior do indivíduo entre a sua existência e uma vida rica de sentidos [...]. Por causa desta manipulação, o operário, um homem que trabalha, é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em otium, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância de vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho (Holz, Kofler e Abendroth, 1969, p. 53).

Conforme Lukács, diferente do que afirmam oficialmente, a manipulação da propaganda não tem como principal intuito informar exhaustivamente os consumidores, mas o controle da consciência. Ele nos dá o exemplo da propaganda de cigarros Gauloises, onde é apresentado um homem, de aspecto ativo e másculo, que se distingue por fumar os cigarros Gauloises; também comenta sobre fotos de publicidade de algum sabonete ou creme de barbear, onde um jovem é assediado por duas belas garotas por causa da atração erótica que o perfume do produto exerce sobre elas (Kofler, Abendroth e Holz, 1969).

Até mesmo o tempo livre do trabalhador é constantemente ameaçado pelo domínio da sociedade capitalista. Essa manipulação é uma necessidade do capital para

escoar as mercadorias, criando necessidades supérfluas. O tempo livre não se converte assim em tempo livre para o desenvolvimento humano, mas em tempo manipulado.

Como afirmar Netto (1987, p. 85-6):

Na idade avançada dos monopólios, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sociais particulares - é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio, etc.) convertem-se em limbos programáveis.

Se, por um lado, o que Lukács falava em relação à manipulação do tempo livre intensificou-se em nossa época com o desenvolvimento da propaganda e dos recursos digitais, de outro, ele não pôde prever as transformações pelas quais o mundo do trabalho passaria. Lukács morre em 1971, poucos anos mais tarde as condições de trabalho adequadas de que ele falava, estavam se tornando cada vez mais escassas. A precarização do trabalho se expandiria numa velocidade impressionante.

Ainda nessa mesma entrevista Lukács faz alguns comentários críticos a uma ciência do trabalho e a uma assistência psicológica do trabalho, da sua época. Difícil dizer exatamente de que ciência do trabalho Lukács tinha acesso na Hungria dos anos

1960, mas certamente sua crítica permanece válida na medida em que serve como princípio para qualquer psicologia do trabalho realmente comprometida com os trabalhadores e trabalhadoras (Kofler, Abendroth e Holz, 1969).

Hoje existe uma ciência do trabalho e uma assistência psicológica do trabalhador, mas elas têm como finalidade torná-lo aceitável por meio da manipulação, a tecnologia capitalista existente, e não servem para criar, ao contrário, uma tecnologia capaz e transformar o trabalho numa experiência digna de ser vivida pelo trabalhador (Holz, Kofler e Abendroth, 1969, p. 54).

A crítica de Lukács é a uma psicologia do trabalho que atue a serviço da manipulação, que assuma integralmente os interesses do capital em detrimento aos interesses do trabalho.

Sobre as estreitas relações entre psicologia do trabalho e manipulação, Braverman (1987) já havia denunciado o papel da Psicologia Industrial, que junto a Fisiologia Industrial, surgiram logo após Taylor, com propostas para o aperfeiçoamento nos métodos de seleção de pessoas, adestramento e motivação dos trabalhadores, enquanto ignoravam completamente as degradantes condições de trabalho. O papel da manipulação no trabalho e como ela se deu no taylorismo, fordismo e pós-fordismo, foi discutida por Heloani (2003) em um interessante livro: *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. E Alves (2011), mostrou como a manipulação se tornou um elemento chave para o toyotismo, e a captura da subjetividade dos trabalhadores, um elemento decisivo no processo de intensificação do trabalho e o adoecimento. A utilização da inteligência e a disposição do trabalhador tornaram-se decisivas para o crescimento da produção, foi necessário desenvolver formas de manipulação cada vez mais intensas,

para leva-lo a vestir a camisa de empresa, dedicar todas as suas energias e potenciais para ela, tornar-se déspota de si mesmo.

Retornando a Lukács, ele dá um tratamento maior ao tema da alienação no segundo volume de sua *Ontologia do ser social*. Retomando uma obra do Marx tardio, a "*Teorias da mais-valia*", Lukács resgata um momento em que Marx afirma que o desenvolvimento das forças produtivas implica também no desenvolvimento das forças produtivas humanas, isto é, o desenvolvimento da riqueza da natureza humana. No entanto, ele ressalva que isso costuma acontecer à custa da maioria dos indivíduos humanos e de certas classes. Trata-se, portanto, de um desenvolvimento social desigual e contraditório (Lukács, 2013).

O próprio fenômeno, claramente delineado por Marx nos anunciados citados por nós, pode ser assim formulado: o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo - e nesse ponto o problema do estranhamento¹⁴ vem concretamente à luz do dia -, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento das personalidades humanas. Pelo contrário: justamente por meio do incremento das capacidades singulares ele pode deformar, rebaixar etc. a personalidade humana (Lukács, 2013, p. 581).

O problema da alienação surge então dessa contradição. O desenvolvimento social da humanidade, como gênero, cria a possibilidade do desenvolvimento dos

¹⁴ Por estranhamento podemos entender alienação. Trata-se de uma polêmica quanto à tradução da expressão alemã "Entfremdung", que alguns autores optam pela tradução como alienação outros como estranhamento. Há um complexo debate filosófico por trás dessas traduções, mas para nós basta entender que por estranhamento devemos ler alienação.

indivíduos, da personalidade humana. No entanto essa possibilidade não se concretiza, o desenvolvimento social acaba, portanto, deformando e rebaixando a personalidade de toda uma classe de indivíduos, limitando as suas possibilidades de desenvolvimento. Esse fenômeno torna-se tanto mais cruel e contraditório em nossa época, em que o desenvolvimento das forças produtivas e da tecnologia poderia tornar menos desgastante e intenso o trabalho, e reduzir significativamente a duração da jornada, de forma que as pessoas tivessem mais tempo para desenvolver outras potencialidades. Contudo, o que efetivamente ocorre é justamente o contrário, a intensificação do trabalho e das jornadas, e redução do tempo dedicado ao desenvolvimento humano.

Como o tema dessa dissertação remete a arte podemos, para dar um exemplo, remeter a questão do direito humano à literatura (e todas as artes) levantado, de forma brilhante, por Antonio Candido (2011). Trata-se do problema da desigualdade social e econômica, que tolhe uma vasta camada da população humana do acesso à arte, negando-se a estes indivíduos a possibilidade de desenvolvimento omnilateral (o oposto do desenvolvimento unilateral) e do desfrute da arte.

Cândido cita um caso exemplar em que, tendo a possibilidade de escolher, os trabalhadores demonstram seu interesse em conhecer e apreender mais sobre arte e cultura:

Tempos atrás foi aprovada em Milão uma lei que assegura aos operários certo número de horas destinadas a aperfeiçoamento cultural em matérias escolhidas por eles próprios. A expectativa era que aproveitariam a oportunidade para melhorar o seu nível profissional por meio de novos conhecimentos técnicos ligados à atividade de cada um. Mas para surpresa geral, o que quiseram na grande maioria foi aprender bem a sua língua (muitos

estavam ainda ligados aos dialetos regionais) e conhecer a literatura italiana. Em segundo lugar, queriam aprender violino (Candido, 2011, p. 191-2).

Retornando à Lukács, ele deixa claro que cada trabalhador reage individualmente ao modo como as alienações retroagem sobre sua personalidade. Ele sempre vislumbra, tal como Marx, os indivíduos singulares, que é um dos polos reais de todo e qualquer processo social. O outro polo é a sociedade. Não existe aqui qualquer contraposição entre os indivíduos concretos e a sociedade. "O homem fora da sociedade, a sociedade à parte do homem são abstrações vazias" (Lukács, 2013, p. 587). Para Lukács (2013), mesmo as decisões mais puramente pessoais são respostas que emergem das condições sociais, ele considera que o homem é um animal que dá resposta. O importante de frisar é que, ainda que a alienação se expresse de forma individual, trata-se de um fenômeno social.

A alienação, o aviltamento da personalidade humana, se manifestam hoje tanto no trabalho quando fora dele, afetando de diversas formas a vida das pessoas. Por isso o debate da alienação nos parece fundamental para entender o significado da precarização da vida.

Atualmente, vemos uma expansão da condição de precarização da vida. Se antes ela se restringia, em grande parte, às camadas mais pobres da classe trabalhadora, aquela que sempre sofre as consequências mais radicais do desenvolvimento do capitalismo, hoje essa condição atinge vastas camadas sociais.

Há algumas décadas atrás se falava bastante sobre o fim da classe trabalhadora, e em contraponto a estas especulações Antunes (2009, 2011) defendia, e defende ainda, que o que, de fato ocorreu, foi uma expansão da classe trabalhadora, daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho (a classe-que-vive-do-trabalho, conforma o

termo que ele cunhou). Dessa forma classe trabalhadora não se restringiria ao trabalhador manual direto, mas incorporaria a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo. Podemos, portanto, incluir tanto o trabalhador produtivo, que produz diretamente a mais valia e participa também diretamente do processo de valorização – e que por isso mantem um papel central no interior da classe trabalhadora –, quanto o trabalhador improdutivo, cuja forma de trabalho é usada como serviço (Antunes, 2009).

Netto (1987, p. 87), consonante com Antunes, acrescenta:

Sob o salariato não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens; a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades, "produtivas" e "improdutivas"; a disciplina burocrática transcende o domínio o trabalho (labour) para regular a vida inteira de quase todos os homens.

Talvez se possa questionar o fato de que a precarização da vida seja uma categoria demasiadamente ampla e pouco precisa, de fato o é. Mas a sua força consiste exatamente em tentar capturar o espírito de uma época de declínio social, e o seu significado em termos dos custos humanos.

A investigação do mundo do trabalho se revela como uma chave privilegiada para entender esse novo tempo, de precariedade social e precarização da vida. É possível que seja isso que a arte, de um tempo pra cá, tenha compreendido e que por isso o cinema pôs suas lentes sobre o mundo o trabalho. O resultado foi que pondo suas lentes sobre o trabalho, o cinema também pôde capturar diversas dimensões dessa categoria ampla e difusa que é a precarização da vida. Ao filmar os conflitos, lutas, angústias e dilemas dos indivíduos frente ao trabalho, o cinema parece ter conseguido

capturar, nas últimas décadas, aquilo que talvez seja essência do novo e precário mundo do trabalho, a precarização da vida.

No entanto antes de partimos para a análise dos filmes precisamos ainda tratar da questão da arte como forma de conhecimento, tal como foi tratada por Lukács, assim como suas ideias sobre o cinema, em sua obra estética.

Capítulo III

A ARTE COMO FORMA DE CONHECIMENTO EM LUKÁCS

Nesse capítulo procuraremos introduzir o problema da relação entre arte e conhecimento, questão central para que possamos avançar em nosso estudo. Portanto, antes de partir para o método que utilizaremos para a análise dos filmes se faz necessário trazer algumas considerações acerca da arte como uma forma de conhecimento da realidade social. Para isso recorreremos às formulações estéticas do filósofo húngaro Georg Lukács sobre a arte como forma de conhecimento e na sequência trataremos também das ideias do filósofo sobre o cinema.

Aquilo que entendemos por arte constitui um conjunto de atividades humanas bastante diversificadas. Frente a isso Konder (2000) levanta um intrigante questionamento. O que nos permitiria abranger numa mesma categoria - como arte - coisas tão distintas? Como poderia essa mesma categoria englobar os animais pintados ainda na pré-história na caverna de Lascaux, os quartetos de Beethoven, o balé Russo, os romances de Balzac, as tragédias de Sófocles na Grécia Antiga, os filmes de Chaplin e os poemas de Carlos Drummond de Andrade?

Konder (2000) vai buscar uma resposta para essa questão no pensamento estético de Georg Lukács que afirma que a arte, em suas expressões mais bem sucedidas, proporciona aos seres humanos um conhecimento sensível precioso e insubstituível da condição humana.

Contudo, nem sempre o campo aberto de diálogos entre distintas formas de conhecimento da realidade é visto com bons olhos. Conforme Ianni (2011), a clara demarcação das fronteiras entre ciência, filosofia e arte tem sido uma das características marcantes da história do pensamento moderno. Em escala crescente e de forma cada vez mais intensa essas distinções têm assumido contornos que as distinguem radicalmente.

A partir de Bacon, Galileu, Maquiavel, Descartes, Spinoza, entre outros, desenvolveram-se metodologias e epistemologias que buscavam codificar os procedimentos científicos e filosóficos, demarcando assim orientações que seriam cada vez mais adotadas e generalizadas. É nessa esteira que o experimentalismo instaura-se como um emblema da maioria do pensamento científico (Ianni, 2011).

Se para as ciências da natureza o experimentalismo contribuiu indelevelmente para significativos avanços dos conhecimentos humanos acerca do mundo natural, o mesmo não pode ser dito quanto a sua transposição para as ciências sociais. Os cientistas sociais, ao se entusiasmarem com a experimentação, indução quantitativa, a busca da neutralidade, o ideal da ciência rigorosa e dura, acabaram perdendo de vista que as esferas da arte, da cultura, da filosofia, ciência, da história, etc, articulam-se constantemente (Ianni, 2011).

As rígidas demarcações de aspectos da realidade tem sido uma tendência e mesmo uma obsessão. É daí que nasce a crescente e generalizada subdivisão de áreas, setores, campos, especializações. Tanto nas ciências sociais, quanto da natureza e mesmo na filosofia multiplicam-se as especialidades e os especialistas, de tal modo que se formam intelectuais extremamente parcializados, competentes em apenas algum fragmento da realidade. A crescente institucionalização das atividades de ensino e pesquisa à influência do positivismo e às induções do mercado tem levado a

pulverização da filosofia, das ciências naturais, sociais e da arte, no curso do século XX e no início do século XXI (Ianni, 2011).

Essas multiplicações de especialidades, áreas, setores, campos e disciplinas criam sérios problemas para apreensão do real em sua complexidade, em sua totalidade. É por isso que esses tipos de demarcações sempre inquietaram grandes pensadores ao longo da modernidade. Contudo, a força das instituições, da divisão do trabalho intelectual, dos aparatos tecnológicos e dos vultosos recursos financeiros oriundos de agências governamentais e privadas, alimentam a indiferença ou mesmo a hostilidade com relação aos debates fundamentais, de cunho ontológico e epistemológico, recaindo num empirismo brutal (Ianni, 2011).

O que se ignora com o estreitamento e a compartimentalização do conhecimento da realidade é justamente a potencialidade das análises que buscam apreender o real em sua totalidade, não abrindo mão da fecundidade das relações entre arte, filosofia e ciência.

A gênese e os desenvolvimentos da modernidade, por exemplo, somente se esclarecem quando se examinam, combinadamente, criações artísticas, filosóficas e científicas. Habitualmente se afirma que a modernidade se inicia com a Renascença, a descoberta do novo mundo, a Reforma Protestante e a invenção da imprensa. Essa época em que as narrativas, as ideias e as novas formulações científicas, filosóficas e artísticas de Thomas Morus, Erasmo de Rotterdam, Maquiavel, Cervantes, Shakespeare, Camões, Galileu, Copérnico, Kepler, Giordano Bruno, Leonardo da Vinci, Hieronimus Bosch e outros estão

surpreendendo e desafiando pensadores de diferentes orientações, bem como indivíduos e coletividades. (Ianni, p. 162, 2011).

E em seguida acrescenta:

Essa é a época em que Camões escreve *Os Lusíadas*, um poema épico que pode ser visto como o *primeiro hino à ocidentalização do mundo, na esteira do mercantilismo*. Sem esquecer que as tragédias históricas de Shakespeare contêm todo um “tratado” de ciência política, contemporâneo de *O Príncipe* de Maquiavel; e contribuindo para revelar que a “política” passava a desempenhar, nos tempos modernos, o mesmo papel que o “destino” havia desempenhado na tragédia grega (Ianni, p. 162, 2011).

É por isso que, a despeito da crescente distinção entre ciências sociais, ciências naturais, filosofia e arte, e da divisão do trabalho intelectual, são frequentes os diálogos, abertos ou velados, entre essas esferas da cultura, do pensamento e do esclarecimento, o que em geral enriquece todas elas (Ianni, 2011).

Partamos agora para as ideias de Lukács acerca da questão da arte e do conhecimento. Georg Lukács (1885-1971), um dos filósofos mais importantes do século XX, dedicou mais de 50 anos de sua vida ao estudo dos problemas da estética e em 1963, em plena maturidade teórica, publica o primeiro volume de uma monumental e inacabada estética. Entre os diversos e ricos aspectos abordados por Lukács nessa obra vamos nos dedicar principalmente a questão da arte como forma de conhecimento da condição humana

Como afirma Konder (2000), inspirado na *Estética* de Lukács, a arte é absolutamente indispensável para a humanidade enquanto uma forma de se conhecer a realidade.

Os sujeitos humanos existem agindo sobre o mundo, transformando a realidade e se transformando a si mesmos. Para alcançar os objetivos de suas ações, elaboram e reelaboram projetos, observam as condições em que atuam, refletem, constroem interpretações e teorias, desenvolvem o pensamento abstrato, as ciências, a filosofia, os conceitos. Nunca, porém, podem prescindir da apreensão da realidade através da sensibilidade. Nunca deixam de perceber as coisas sensorialmente, nunca deixam de intuir aspectos ainda não explicados de uma realidade que, por ser inesgotável, sempre lhe escapa, quer dizer, jamais se deixará enquadrar definitivamente na área dominada pelo conhecimento científico. (Konder, 2000, pp. 36-7).

O pensamento estético de Lukács é legatário de uma tradição que remonta a Aristóteles, para a qual a arte é uma forma de apropriação do mundo pelos homens, por isso mimeses, mimética (imitação). Para Aristóteles, no entanto, essa imitação não seria uma mera cópia do real, mas produtos do fazer humano (práxis) que reproduz e recria numa realidade – a obra de arte - as essências universais, substratos de tudo que existe. Dessa forma, enquanto a história se limitaria ao simples relatar dos fatos tal como ocorreram, o poeta diz aquilo que poderia suceder, conforme o que seria possível segundo a verossimilhança (Bastos, 1987).

[...] entendida como tendência natural à imitação, a arte é um momento específico da vida e do conhecimento humano, diverso tanto da religião quanto da ciência. Embora explicando biologicamente e não histórico-socialmente a gênese do estético, Aristóteles foi o primeiro a determinar a característica essencial da arte, a de ser ela uma forma específica do conhecimento e reflexo da realidade humana. Enquanto a ciência se ocupa com o verdadeiro, com o existente, a poesia “imita” não a realidade imediata, mas a possibilidade concreta (no sentido hegeliano), aquilo que pode existir, que é verossímil. (Coutinho, 1967, p. 90).

Segundo Lukács, tanto a arte como a ciência são miméticas porque refletem a realidade, e reproduzem sempre a mesma realidade objetiva já que esta é única e unitária. Essas distintas formas de reflexo foram criadas pela humanidade no decurso do processo histórico como uma forma de se apropriar da realidade à sua volta. Elas nasceram e se desenvolveram a partir das necessidades postas pela vida social, na medida em que era preciso dar respostas aos problemas que surgiam na vida cotidiana (Lukács, 1966).

Para poderem dar respostas efetivas e concretas a essas demandas, a humanidade precisou se afastar do modo de pensar próprio da vida cotidiana, caracterizado pela imediatividade. Para Lukács, o comportamento cotidiano é o começo e, ao mesmo tempo, o fim de toda atividade humana. Ele se refere à cotidianidade, metaforicamente, como um grande rio, do qual se desprendem a arte e a ciência como formas superiores de recepção e reprodução da realidade. Nesse processo arte e ciência se diferenciam entre si e se constituem a partir de suas finalidades específicas, alcançando sua forma

pura nessa especificidade. Desse modo, elas partem das necessidades da vida social para posteriormente desembocar novamente na correnteza do rio da cotidianidade. Esta, por sua vez, se enriquece com os resultados obtidos pela ciência e pela arte e os assimila às suas necessidades sociais (Lukács, 1966).

Para tentar simplificar tomaremos exemplos concretos nas esferas da ciência e da arte. Começemos pela ciência, no caso com a matemática. Ela é uma forma espontânea de pensamento, própria da vida cotidiana, mas um modo lógico e abstrato de tomar a realidade que foi desenvolvida pela humanidade. Trata-se de uma verdadeira conquista da humanidade que permitiu a esta lidar e resolver problemas concretos.

O registro mais antigo que se tem da escrita dos números data de 4.000 anos antes de Cristo na Baixa Mesopotâmia (atual Iraque) e sua invenção está relacionada à necessidade de registrar quantidades de rebanhos, insumos relacionados à sobrevivência e, sobretudo, à organização da sociedade. No Egito, cujos registros dos números datam do final do quarto milênio antes de Cristo, a matemática estava voltada às necessidades administrativas, registravam-se nomes de pessoas, de lugares, de bens materiais e de quantidades (Roque, 2012).

O sucessivo evoluir da matemática possibilitou o desenvolvimento da geometria, que trouxe consigo novas possibilidades para a vida cotidiana como a capacidade de medir áreas e volumes com bastante precisão, o que contribuiu para o desenvolvimento da arquitetura e da agrimensura (a medição de campos e terras). Sem a matemática as grandes pirâmides seriam impossíveis de serem construídas (Taylor, 1944).

Tomemos agora um exemplo da arte. Na Grécia antiga o teatro (drama) tinha impacto imediato no público, pois suas obras eram realizadas para serem representadas

para a polis (cidade-Estado grega). Ésquilo, um dos mais importantes dramaturgos da antiguidade, em sua peça *Os Persas* conta a história de como Xerxes, o rei persa, por sua arrogância desmedida de conquistar a Grécia, foi derrotado pelo exército adversário. Partindo dessa peça, Schüller (2011) mostrar a função social que a arte dramática grega cumpre ao fazer com que a polis se depare e reflita sobre importantes questões.

Universalizando o acontecimento histórico na força do mito, o espetáculo adverte o perigo do orgulho ateniense criado pelo desempenho esplendente de seus exércitos e pela consequente hegemonia da cidade. O que poderia ter sido festa nacionalista prova reflexão detida sobre a existência e os limites da grandeza. Está aí o trunfo da arte sobre a perecível gratuidade do panfleto. No auge do esplendor, Atenas se julga a si mesma através do espetáculo teatral, distanciando criticamente da beleza e das realizações do poder. A tragédia não permite que os atenienses se acomodem na confortável posição de espectador de conflitos alheios. Ultrapassando a provisória camada nacional, questiona a situação humana subtraída ao tempo [...]. No colapso do esplendor persa, investigam-se os frágeis fundamentos em que se apoiam todas as aristocracias endinheiradas (Schüller, 2011, p. 13 e 14).

Como já havíamos indicado, os reflexos da realidade não são iguais e se distinguem pela função social específica que cumprem. O reflexo científico é necessariamente desantropomorfizador, isto é, nele os seres humanos não devem projetar a si mesmos no objeto que estudam já que a realidade que a ciência reflete é completamente autônoma ao pesquisador. Por outro lado, reflexo artístico é

necessariamente antropomorfizador, isto é, ele só existe enquanto objetivação humana e é inseparável do ser humano que a criou (Lukács, 1966).

No entanto, faz-se necessário ressaltar que antropomorfização não significa tendenciosidade, que é o que ocorre quando o autor se intromete de forma indevida a ponto de desfigurar a realidade na obra, adotando uma posição subjetivista frente a realidade. O reflexo artístico busca apreender a objetividade do mundo, as suas principais tendências e possibilidades inscritas na própria realidade (Frederico, 2013).

Sobre a relação entre arte e religião é importante demarcar as proximidades e, sobretudo, os distanciamentos. Os reflexos artístico e religioso se aproximam por seu caráter antropomorfizador, o que significa que eles satisfazem necessidades de natureza análoga: “a figuração de um mundo adequado ao homem, subjetiva e objetivamente, no mais alto sentido” (Lukács, 1966, p.114). No entanto existe uma diferença central nesses dois reflexos. Enquanto a religião oculta a sua verdadeira natureza - o fato de ser um reflexo da realidade - e se apresenta como uma realidade absoluta, a arte se apresenta tal como ela é, ou seja, uma refiguração antropomórfica e antropocêntrica do mundo. É por isso que é possível a arte refletir objetivamente a realidade, recusando toda transcendência. É aqui que a arte e a ciência se aproximam e se distanciam da religião (Lukács, 1966).

A eficácia do reflexo artístico da realidade se deve, entre outras coisas, a construção de um “mundo homogêneo” depurado das “impurezas” e da heterogeneidade da vida cotidiana. Nas grandes obras de arte esse reflexo nos possibilita entrar em contato com a própria essência da realidade, superando assim a aparência da cotidianidade. Dessa forma, a finalidade desse reflexo não é, ao contrário do que possa parecer, uma fuga da vida cotidiana ou um alheamento da realidade. O que ocorre é que

a fruição da obra de arte produz nos indivíduos uma “elevação da vida cotidiana”, mas de modo tal que o retorno à cotidianidade seja enriquecido pela experiência que foi vivenciada. “A arte, portanto, educa o homem fazendo-o transcender a fragmentação produzida pelo fetichismo da sociedade mercantil.” (Frederico, 2013, p. 135).

Netto (1972, p. 107) demarca bem a forma pela qual, por meio da arte, se dá o desvelamento do real:

O "mundo" configurado na obra apresenta características tais, oriundas do seu método criativo, que o fruidor identifica nele forças, tendências, conflitos que estão na base de sua existência cotidiana, mas que, pelo caráter imediato desta, ele só pode vivenciar conscientemente após a experiência estética. Em suma: a vivência da obra capacita o fruidor a um conhecimento crítico da cotidianidade. Um tal conhecimento só pode processar-se na medida em que a obra, refigurando o cotidiano, retira-lhe seu caráter imediato passível de ser controlado pela manipulação de suas variáveis; esta possibilidade de um desnudamento do cotidiano só se realiza pela sua inserção num devenir histórico, que revele sua gênese e essência, que suas aparências empíricas imediatas, simultaneamente, ocultam e denunciam.

Para Lukács, na medida em que a literatura é verdadeiramente profunda e realista, ela pode nos fornecer um profundo conhecimento das relações sociais. Isto se dá porque na literatura o ser humano surge "sem mediações", isto é, aparece "em toda a riqueza da sua vida interior e exterior" e isto “num nível de concretude que não pode ser

encontrado em nenhuma outra modalidade de reflexo da realidade objetiva". Dessa forma, a literatura (e o mesmo nos parece válido para o cinema) pode "representar os contrastes, as lutas e os conflitos da vida social tal como eles se manifestam no espírito, na vida do homem real" (Lukacs, 2010, p. 80).

Como já comentamos antes, no primeiro capítulo, para Marx a essência não se confunde com a aparência da realidade. O objetivo da ciência é justamente o de superar a imediatez por meio da qual os fenômenos se apresentam e atingir a própria essência da realidade. Se ela se limita a descrever os fenômenos tal como eles aparecem imediatamente, ela se torna completamente supérflua. A crítica de Lukács ao naturalista consiste no fato deste movimento literário, que teve Émile Zola como seu principal expoente, se limitar à mera descrição do real, não ultrapassando, dessa forma, a singularidade das formas fenomênicas imediatas. Essa indistinção entre essência e aparência consiste num limite para Lukács (2010).

Contudo, é importante esclarecer que essa relação entre essência e aparência se dá de forma distinta na ciência e na arte. Enquanto na ciência a essência pode ser apresentada de forma autônoma e separada de sua expressão fenomênica, através de conceitos, na arte não pode existir tal separação. Nela, a essência se dissolve completamente no fenômeno. Na arte a estrutura da realidade aparece conservada na sua impressão imediata e a essência está contida e imersa no fenômeno, tal como na realidade. Nesse sentido a arte se revela mais próxima da vida do que a ciência (Lukács, 1978).

Para Lukács, uma das mais importantes funções da arte é a descoberta e a determinação imediata do que foi produzido de novo pelo processo do desenvolvimento histórico-social, o desenvolvimento da vida social. Ele defende que a originalidade da arte implica em sua possibilidade de captar a essência de um novo fenômeno e que isso

deve ser feito de acordo com o caráter específico do reflexo estético, isto é, representando o destino particular de homens particulares, refletindo situações e eventos do mundo objetivo (Lukács, 1978).

É em decorrência disso que está no centro da criação artística os momentos de transformação social como o nascimento do novo, a morte do velho, as causas e as consequências das modificações estruturais da sociedade nas relações recíprocas entre os homens, etc. Por isso, para Lukács, um critério decisivo de julgamento da arte é o da profundidade, da justeza, da compreensividade e riqueza, com a qual ela consegue refletir a realidade (Lukács, 1978).

Partindo de uma indicação de Engels de um elemento definitivo para o realismo na arte é a representação de caracteres típicos em situações típicas (Marx e Engels, 2012), Lukács defende que no processo de criação de uma obra artística, para que um autor consiga encarnar concretamente em destinos humanos as contradições fundamentais da sociedade, torna-se necessária a criação de personagens típicos e situações típicas. Dessa forma, as forças sociais apreendidas pelo artista, ao figurar seu caráter contraditório, aparecem como traços característicos dos personagens representados, e ao mesmo tempo, devem se manifestar como características individuais de um indivíduo concreto (Lukács, 2011).

O personagem é típico não porque é a média estatística das propriedades individuais de um certo estrato de pessoas, mas porque nele – em seu caráter e em seu destino – manifestam-se as características objetivas, historicamente típicas de sua classe; e tais características se expressam, ao mesmo tempo, como forças objetivas e como seu próprio destino individual (Lukács, p. 211, 2011).

O personagem típico a que Lukács se refere não deve ser confundido com a média estatística das propriedades individuais de um certo estrato de pessoas. O típico é aquele em quem se manifesta, em seu caráter e destino, as características objetivas historicamente típicas de sua classe. Tais características se expressam, ao mesmo tempo, como forças objetivas e como seu próprio destino individual (Lukács, 2011).

A grande arte sempre proporciona uma grande experiência de elevação dos indivíduos que entram em contato com o conhecimento que elas trazem. Por meio delas o indivíduo

experimenta realidades que, de outro modo, na plenitude oferecida pela época, ser-lhe-iam inacessíveis; suas concepções sobre o homem, sobre suas possibilidades reais positivas ou negativas, ampliam-se em proporções inesperadas; mundos que lhe são distantes no espaço e no tempo, na história e nas relações de classe, revelam-se a ele na dialética interna daquelas forças cujo jogo exterior lhe oferece a experiência de algo que lhe é bastante estranho, mas que ao mesmo tempo pode ser posto em relação com a sua própria vida pessoal, com a sua própria intimidade." (Lukács, p. 291, 1978).

Para Lukács (1978) esse enriquecimento obtido através da arte é o enriquecimento da personalidade dos indivíduos. Ele não recebe aquilo que a arte lhe dá como uma tabula rasa, ele não se torna diretamente outra pessoa através do contato com a obra estética. O que ocorre é que o sujeito receptor coloca em confronto a realidade refletida pela arte e as suas próprias experiências precedentes.

A eficácia da grande arte consiste precisamente no fato de que o novo, o original, o significativo, obtém a vitória sobre as velhas

experiências do sujeito receptivo. Justamente aqui se manifesta aquela ampliação e aquele aprofundamento das experiências que é causado pelo mundo representado na obra. (Lukács, p. 293, 1978).

Uma das grandes questões levantadas por Marx (2011) em relação à estética foi a de entender como as obras de arte continuam a nos proporcionar prazer estético ao longo dos séculos. Para Lukács (1978), a resposta para essa questão se encontra no fato de que a arte desperta e eleva a autoconsciência humana, o que significa que o sujeito receptor da arte não se sente separado de uma maneira hostil do mundo externo, mas se percebe em uma relação mais rica e profunda com ele. O indivíduo se sente enquanto membro da sociedade, da classe, da nação, se vê enquanto “um microcosmo autoconsciente no macrocosmo do desenvolvimento da humanidade” (Lukács, p. 296, 1978). Dessa forma arte é sempre também uma forma autoconhecimento, pois por meio dela o ser humano se reconhece enquanto parte do processo histórico do desenvolvimento da humanidade.

Como Lukács demonstra, a relação entre arte e conhecimento é bem mais ampla e profunda do que se costuma pensar. Após ter apresentado suas principais ideias sobre a arte como forma de conhecimento, podemos passar para a sua concepção acerca do cinema.

Lukács não costuma ser um autor muito reivindicado quanto se trata da crítica cinematográfica, o que se explica pelo fato de que a literatura é que foi a arte pela qual ele dedicou a maior parte de seus livros e ensaios. Se não se pode afirmar que o filósofo húngaro calou sobre o cinema, o certo é que ele dedicou poucas páginas a essa questão, o próprio crítico reconhecia isso. No entanto, essas poucas páginas não são de forma

alguma desinteressantes, muito pelo contrário. Situando-as dentro de sua concepção estética maior essas páginas revelam sua verdadeira importância.

A primeira vez que Lukács travou o debate com o cinema foi em 1911 num artigo intitulado “Reflexões para uma estética do cinema”, escrito originalmente em húngaro. Em 1913 foi ampliado e publicado em alemão. É importante situar que nesse momento o cinema ainda dava seus primeiros passos¹⁵ e não era visto com muita empolgação por boa parte dos intelectuais da época. Ao cinema era negado o estatuto de arte. O jovem Lukács, na contracorrente, apreende essa nova arte com entusiasmo¹⁶ apesar de centrar suas análises nas limitações do cinema frente ao drama, o teatro (Cotrim, 2013).

Como já indicamos, o cinema que Lukács conhece em 1913 é ainda muito jovem. A data considerada oficial do nascimento do cinema é 1895 e o primeiro longa-metragem (com 70 minutos de duração) foi rodado em 1906. Em 1913 Chaplin ainda não tinha realizado o seu primeiro filme, o faria em 1914. Outro marco na história do cinema, *O nascimento de uma nação*, de W. D. Griffith viria a luz no ano seguinte, 1915. E apenas na década de 1920 é que se desenvolveriam o cinema soviético, o cinema impressionista francês, o expressionismo alemão e o surrealismo de Buñuel (Cotrim, 2013).

Na medida em que o próprio objeto ao qual Lukács se debruçava (o cinema) ainda não tinha se desenvolvido plenamente, a sua apreensão sobre ele é datada, marcada pelas características do objeto naquele momento, quando ainda pouco se sabia o quanto ele iria se desenvolver. Por exemplo, nesse texto de 1913 Lukács acredita que

¹⁵ Cabe lembrar que o nascimento do cinema data de 1895 (Costa, 2006).

¹⁶ Lukács inicia o artigo *Reflexões para uma estética do cinema* da seguinte forma: “Em nossos dias nasceu algo de novo e de belo, e em vez de apreendê-lo no seu modo peculiar, faz-se de tudo para compreendê-lo com a ajuda de categorias velhas e inadequadas, subtraindo-lhe assim o seu significado e seu valor autênticos” (Lukács apud Oldrini, 2017)

a característica de ser mudo era uma necessidade da própria forma cinematográfica, não uma limitação da técnica até então (Cotrim, 2013).

Para além do ainda parco desenvolvimento do seu objeto, Lukács, nesses anos anteriores a Primeira Guerra (1914-1918), ainda era fortemente influenciado pela filosofia Kantiana. O seu pensamento era, então, marcado por uma tensão entre a vida cotidiana, considerada como “não autêntica”, e a vida essencial, sendo a vida autêntica incorporada no absoluto das formas artísticas (Tertulian, 2008).

Para Lukács o teatro - que era até então a arte que ocupava lugar central nas suas análises – era a arte essencial e autêntica. A presença viva do ator na encenação e a centralidade que a palavra possui no texto tornava o teatro (o drama) a arte da edificação e elevação. Segundo Lukács aquilo que há de mais interior na alma só poderia ser expresso através das palavras. Dessa forma, a vida autêntica pulsava no teatro, enquanto que o cinema seria o oposto disso, a arte da vida não autêntica. A ausência da presencialidade do ator e voz, palavras, expressava uma vida sem alma. O cinema encontraria então sua vivacidade à custa da alma, tratar-se-ia de uma arte do corpo, do cotidiano, do divertimento, de uma poesia espontânea (Cotrim, 2013).

Quando Lukács volta a tratar mais seriamente do cinema, em sua *Estética*, ou seja, quase cinquenta anos depois, o tratamento que ele vai dar ao cinema é de outra ordem. Tanto o seu objeto, o cinema, não é o mesmo dos primeiros anos, quanto o próprio Lukács está no auge da sua maturidade, desenvolvendo uma rica e fecunda teoria estética marxista.

Algumas das principais ideias da *Estética* de Lukács já foram comentadas no início do capítulo. Partiremos para as análises do Lukács maduro acerca do cinema filme, que se encontra no quarto volume da *Estética*.

Para Lukács a técnica cinematográfica constitui um reflexo da realidade, o que implica que o seu produto é sempre uma refiguração da realidade, mas não a realidade em si. O cinema supera o caráter desantropomorfizador da fotografia e aproxima o refigurado à visualidade da vida cotidiana. Mas isso, por si só, não contém nada de estético ainda, já que se parasse por aqui não passaria de um mero reflexo da realidade imediatamente dada. E mesmo quando nos seus primórdios, quando os filmes reproduziam uma representação teatral, ainda que o objeto fosse de caráter estético, a sua reprodução fílmica carecia de princípios estéticos autônomos, que só seriam adquiridos no seu desenvolvimento histórico (Lukács, 1967).

Por isso Lukács afirma que o filme possui um duplo reflexo, ou dupla mimese. Enquanto a maioria das formas artísticas constituem-se como mimese direta da realidade objetiva, outras só o conseguem por meio de uma outra mimese, uma dupla mimese. É o caso do filme, que depende do reflexo desantropomorfizado da câmera para refletir o reflexo propriamente estético da realidade objetiva criado pela atuação dos atores/atrizes, o reflexo antropomorfizado (Lukács, 1967).

Mas para que se possa pensar nesse passo para o reflexo estético, a técnica precisa alcançar um determinado nível avançado. O cinema possui o traço específico de que a técnica que o constitui só pôde se desenvolver sobre a base de um capitalismo altamente desenvolvido. Essa é a razão pela qual, no cinema mais que em outras artes, a influência da evolução técnica sobre a artística tem se manifestado de forma tão intensa. Quanto a isso Lukács lembra que, com a invenção do cinema sonoro, adveio uma profunda crise estética e uma séria recaída da produção cinematográfica que durou anos (Lukács, 1967).

A difusão e generalização da produção capitalista influem decisivamente nas condições vitais de todas as artes, mas no caso do cinema essa vinculação é ainda mais

forte. A produção de um filme supõe um custo muito maior do que todas as demais artes, com exceção da arquitetura. Por isso Lukács argumenta que o cinema é desde o primeiro momento, intelectual e tecnicamente, um produto do capitalismo (Lukács, 1967).

No cinema, a forma tecnológica primária, ainda não estética, não é mais que um reflexo visual da realidade. A duplicação da mimese e seu passo para o estético tem lugar sobre essa base primária, mas não se desenvolvem simples e obviamente das possibilidades técnicas, tem que ser produzida conscientemente. Só aí se produz o meio homogêneo, a linguagem artística do cinema. Isso faz de D. W. Griffith o primeiro iniciador deste tipo de representação (Lukács, 1967).

O teórico de cinema húngaro Béla Balázs havia detalhado os meios técnicos por meio dos quais se produzia no cinema um novo mundo da visualidade, como, por exemplo, a continua alteração da distância entre o espectador e a imagem (enquanto que no teatro é sempre igual), a mudança de perspectiva entre o todo e os detalhes, o corte, a montagem, etc. Mas para Lukács, o ponto central de sua análise não são as diversas questões técnicas, mas o fato de que por essa via se produza um mundo *sui generis*, visível, sensível e significativo, cujas leis estéticas próprias para o reflexo da realidade têm que ser distinguidas e discutidas (Lukács, 1967).

O Lukács maduro retoma a questão da distinção entre o trabalho do ator no teatro e no cinema, mas agora em outra chave analítica, pois ele se volta para um debate com as considerações de Walter Benjamin em seu célebre ensaio *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (Benjamin, 2014).

Lukács parte das considerações de Benjamin de que enquanto no teatro o ator se apresenta por ele mesmo em pessoa, fazendo com que o seu contato com o público se dê de forma direta na representação, no caso do ator de cinema, pela intervenção da

maquinaria fílmica, perde-se o contato direto entre ator e público. Em decorrência disso, o trabalho do ator não é obrigado a respeitar a atuação em sua totalidade. No cinema existe a possibilidade da seleção de cenas, repetições. Como diz Benjamin, a representação do ator é submetida a uma série de testes ópticos diante de um aparelho e de grêmio de especialistas: produtor, diretor, operador, engenheiro de som, etc. (Lukács, 1967; Benjamin, 2012).

Quanto a essa questão Lukács faz duas observações. A primeira é a de que a seleção e o arranjo que se faz do trabalho do ator não se caracteriza simplesmente pelo uso de uma maquinaria. No filme verdadeiramente artístico os recursos da filmagem são manejados em um concreto sentido estético e do ponto de vista de um novo meio homogêneo, por obra do diretor, do operador, etc. Trata-se de um trabalho coletivo, feito em conjunto. Isso não significa dizer que o rendimento individual do ator diminui, pelo contrário pode ser intensificado dentro dessa coletividade. Na medida em que o trabalho do ator assume outras características, visto que não pode se apoiar na continuidade do diálogo (como ocorre no teatro), produz-se uma nova expressividade visual que pode intensificar-se por via da fotografia do cinema, da montagem, etc., para conseguir maior força. Desde o primeiro momento estas possibilidades estão condicionadas por uma estilização, cuja realização se consegue por meio da maquinaria (Lukács, 1967).

Em segundo lugar, quanto a ausência de contato direto entre o ator e o público, Lukács considera que isso cria a possibilidade de uma relação complementemente nova com o público. O ator cinematográfico não é uma realidade humana imediatamente presente, como é o caso do ator de teatro, com contatos humanos imediatos possíveis entre pessoas no cenário e na sala. Ele é uma figura mimética, a refiguração artística de um ser humano em ação. O mesmo ocorre com o homem na pintura e na escultura. A falta

de contatos humanos imediatos, quando se trata de uma arte autêntica, não significa em nenhum momento falta de evocação estética (Lukács, 1967).

Recordemos que para Lukács a arte tem a capacidade de, momentaneamente, nos elevar da vida cotidiana. Os procedimentos estéticos de organização e ordenação utilizados pelo cinema, ainda que em seu efeito total eleve em muitos pontos a cotidianidade imediata, não suprime a refiguração fotográfica da realidade. No entanto, os põem em conexões completamente novas por meio da seleção dos momentos, sua organização, seu tempo e seu ritmo, o tipo de encadeamento, etc. A autenticidade do real tem que se conservar e constituir um elemento essencial do meio homogêneo da arte cinematográfica (Lukács, 1967).

É aí que se encontra uma das principais particularidades do cinema que o contrapõe as outras formas artísticas, a sua profunda e inescapável afinidade com a cotidianidade. Essa proximidade com a cotidianidade tem que ver com o fato de que o mundo visual do filme, em contraposição com todas as demais formas de artes visuais, não é estático, mas está em permanente movimento (Lukács, 1967).

Lukács aponta que outra particularidade do cinema em relação às outras artes visuais se dá pelo fato do filme faltar necessariamente aquilo que para Lessing constitui o momento fecundo a propósito das artes plásticas. Trata-se do seguinte: quando a refiguração visível da realidade se fixa de um modo estático e estável, o momento presente que, imediatamente, é o único representável, tem que ser tal que nele se faça visível o presente inteiro como transição vivenciável do passado ao futuro. Tal necessidade obriga o artista a representar o presente de um modo tão intensivamente concentrado que a realidade fixada na obra é sempre distinta da vida cotidiana (Lukács, 1967).

No cinema ocorre o contrário, o momento do presente é um momento real de transição entre o passado e o futuro, tal como se dá no decurso temporal real. Dessa forma a realidade do filme coincide com a realidade da vida cotidiana. Ele não possui uma realidade concentrada como na pintura ou na escultura. No caso do filme, é a sua vinculação de conteúdo e, conseqüentemente, de forma que pode dar a essa realidade fílmica uma significação superior a da cotidianidade (Lukács, 1967).

Conforme Lukács, algumas formas de arte como a pintura e a música não podem representar a interioridade humana, a subjetividade, de forma determinada, mas o fazem por meio de uma “objetividade indeterminada”. Outras formas artísticas, como a literatura, podem apresentar essa interioridade como uma “objetividade determinada”, por meio das palavras poeticamente fundidas. Lukács defende a ideia de que a expressão da mais elevada vida espiritual humana só seria possível por meio dessa objetividade indeterminada ou determinada (Lukács, 1967).

O cinema, enquanto arte visual, só pode dar forma ao exterior do ser humano e suas relações. A sua afinidade com o cotidiano o impede de exprimir o mundo interior, a subjetividade humana, sob a forma de uma “objetividade indeterminada”. Sua própria proximidade com a vida produz a tendência a minimizar a indeterminação e promover modos heterogêneos de captação e representação visual da realidade (Lukács, 1967).

A conquista técnica do som possibilitou a reprodução de ruídos produzidos no curso da ação que, por sua vez, garantiu que a realidade refigurada na arte pudesse se expressar de forma muito mais clara e rica que antes. Mas Lukács deixa claro que apesar da importância que o som adquire no cinema, ele permanece sendo essencialmente um acompanhamento. Pode até ter momentos em que os ruídos tenham funções decisivas mas, em geral, a orientação estética da ação e das emoções por ela

desencadeada será sempre tarefa da composição visual. Por isso o cinema também não pode atingir a objetividade determinada (Lukács, 1967).

Apesar disso, e diferentemente de suas antigas posições, Lukács considera que o cinema pode representar a interioridade humana, mas devido a sua demasiada proximidade da vida cotidiana ele não pode exprimir as formas mais elevadas da vida espiritual humana. Essa seria a sua principal limitação. Contudo, em tal afirmação não parece haver um juízo de valor. Em nenhum momento Lukács considera o cinema, por isso, uma arte menor. Na verdade é graças a isso que ele considera que o cinema pode alcançar a condição de uma grande arte popular (Lukács, 1967).

Para Lukács o cinema carrega em si a possibilidade de chegar a ser uma grande e autêntica arte popular, que pode se converter em uma expressão avassaladora de sentimentos populares e gerais de uma forma compressível para amplas massas. Lukács lembra aqui dos filmes dos diretores russos Eisenstein e Pudovkin, que intensificaram os grandes acontecimentos da revolução do povo, de 1917 (a Revolução Russa), convertendo-os assim em potentes símbolos de questões decisivas. Outro exemplo é o de Chaplin, que conseguiu expressar em Carlito, com grande humor e beleza, o sentimento de estar perdido, próprio do homem comum, diante da agitação do capitalismo moderno. Com Carlito, Chaplin dá dignidade à figura do vagabundo. É verdade que exemplos como esses são certamente exceções, mas dão uma clara amostra das altas possibilidades que o cinema pode atingir.

O filme pode abarcar o que Lukács chama de uma universalidade extensiva da vida e dessa forma pode buscar um conteúdo vital e profundo nessa universalidade, descobrir nela algo humanamente novo. O cinema é capaz de encontrar, em momentos muitos simples e cotidianos da vida, uma poesia profunda, uma autêntica humanidade, uma riqueza de emoções, desde a opressão da tristeza até o riso libertador. Para

exemplificar Lukács faz alusão ao filme italiano *Ladrões de bicicleta*, de Vittorio De Sica, que certamente é um belo exemplo que sintetiza essa profunda poesia cotidiana (Lukács, 1967).

Anos depois, mais precisamente em maio de 1968, Lukács voltou a tratar do cinema, mas dessa vez em uma entrevista realizada por uma revista húngara, a Film Kúltura. Para a entrevista, Lukács assistiu alguns filmes húngaros da época que foram apontados como os mais representativos da moderna cinematografia do país. Os filmes assistidos foram de diretores como Miklos Jancsó (*Os vermelhos e os brancos*; *Os sem esperanças*; *O silêncio e o grito*; *Meu caminho*), András Kovács (*Os intratáveis*; *Dias frios*; *Os muros*), Istvan Szabó (*O pai*), Zoltan Fábri (*Vinte horas*) e Ferenc Kósa (*Dez mil sóis*). Além do interesse artístico, o conjunto dessas obras possui interesse também pelas importantes questões da sociedade húngara que elas levantam (Holz, Kofler e Abendroth, 1969).

Se no capítulo sobre o cinema, na *Estética*, Lukács se detém mais às questões estéticas acerca do filme que na análise de obras cinematográficas, aqui ocorre o contrário. Na análise concreta dos filmes dos jovens diretores de vanguarda húngaros Lukács reconhece a relevância dessas obras e de suas contribuições. Segundo ele, uma das maiores virtudes dessas obras é que elas avançam na crítica da história húngara onde mesmo os grandes escritores do passado não ousaram avançar. Trata-se da crítica ao atraso da Hungria e o papel desse atraso no desenvolvimento do fascismo no país (Holz, Kofler e Abendroth, 1969).

O desenvolvimento do capitalismo na Hungria se deu em 1867, mas ocorreu de tal forma que não tocou nas estruturas do feudalismo provinciano e agrário. O fato da Hungria não ter sabido liquidar as suas heranças feudais contribuiu para que o país conservasse uma estrutura social bastante atrasada, o que acabou contribuindo para a

ascensão do fascismo. Enquanto literatura da época foi totalmente apologética a esse processo de desenvolvimento do capitalismo no país, o jovem diretor Kovács em seu filme, *Dias Frios*, mostrou como homens de uma banalíssima mediocridade podem se transformar em delinquentes fascistas. Lukács lembra ainda que na literatura húngara o tema dos homens medíocres sempre foi secundário, apenas com o cinema é que essa temática pôde ser devidamente explorada (Holz, Kofler e Abendroth, 1969).

Para Lukács o novo cinema húngaro estava se ocupando de elementos inéditos, como novos sentimentos humanos, e dos modos de exprimir com eficácia as relações humanas, relacionando os novos meios de expressão com os problemas reais da sociedade húngara da época. Dessa forma foi possível a Kovács, em seu filme, dar um novo significado a um período histórico (Holz, Kofler e Abendroth, 1969).

Essa compreensão de Lukács quanto ao papel da arte no debate social nos é bastante cara. Como veremos nos filmes que pretendemos analisar, também se encontram inseridos no debate contemporâneo, refletindo e se posicionando frente à sociedade e o novo mundo do trabalho. Apreender as questões levantadas por esses filmes é uma de nossas pretensões.

Como afirma Lukács o papel da arte é mais levantar as importantes questões do seu tempo do que apresentar as respostas, visto que essas estão além da arte, depende da história e desenvolvimento social.

Não creio que uma obra de arte, e em particular um filme, deva necessariamente responder às questões que são colocadas. Continuo a achar válida a posição de dois dos maiores artistas de minha juventude, Ibsen e Tchekov, que sustentavam que a tarefa do escritor é propor questões: as respostas serão dadas pela história e pelo desenvolvimento social. (...) Se, então, o filme

como obra de arte consegue fazer com que as pessoas reflitam seriamente sobre uma situação do passado ou do presente, levando-as a compará-la com a própria, terá atingido o objetivo que se propôs (Holz, Kofler e Abendroth, p. 212, 1969).

E acrescenta, reforçando a importância do cinema como arte popular, que ele pode contribuir para levar as grandes questões para os homens e mulheres comuns do dia a dia:

“O filme (...) tem como tarefa reapresentar os aspectos positivos e negativos da sociedade e, como neste âmbito pode assumir um papel essencial, deve induzir à atenção e à reflexão o homem da rua, que frequentemente vive os fatos reagindo apenas no nível sentimental, sem refletir (Holz, Kofler e Abendroth, p. 213, 1969).

Por fim, Lukács é indagado sobre sua afirmação na *Estética* de que o cinema não poderia exprimir, através da sua forma, os problemas intelectuais. Ele responde que continua acreditando que está fora de discussão o fato de que a literatura e principalmente o drama são, do ponto de vista formal, os meios mais adequados para a representação dos problemas intelectuais. Quanto a isso não haveria dúvidas, mas não significava que os problemas intelectuais não pudessem aparecer em outros lugares, de um modo ou de outro, como “objetividade indeterminada”, tal como ele explicitou na sua *Estética* (Holz, Kofler e Abendroth, 1969).

Tomando o exemplo da pintura, ele diz estar convencido de que um problema intelectual não pode ser expresso por meio da pintura, mas reconhece que em um pintor como Rembrandt é possível estabelecer a fisionomia intelectual do indivíduo, assim como seus problemas intelectuais. O mesmo acontecia com a música, onde em grandes

músicos como Bach, Handel, Beethoven e Bartók encontram-se referências a toda uma série de problemas ideológicos. Mas ainda assim não se pode exprimir musicalmente um problema intelectual (Holz, Kofler e Abendroth, 1969).

No caso do cinema, Lukács acredita que a situação não é tão extrema como no da música ou da pintura, mas que ele ainda não conseguiu encontrar o meio para obter uma verdadeira fisionomia intelectual. A grande questão está no uso da palavra. No cinema, ela é ora expressão do significado, ora rumor para criar uma atmosfera ou para mediatizá-la. Nesse sentido, o filme não pode atingir a mesma eficácia do drama, onde a palavra é o próprio núcleo central.

No cinema

[...] não se pode transpor para a tela a cena que começa quando Iago desperta as suspeitas de Otelo e prossegue quando Otelo fica sozinho e diz aquele maravilhoso monólogo contemplativo: “... e agora, adeus armas” etc. Seria uma cena cinematograficamente vazia, mesmo se fosse interpretada pelo melhor ator. Existem, ao contrário, marcações dramáticas através das quais são criadas situações tensas, e este é um caminho que também o cinema pode percorrer. Acredito que, do ponto de vista do conteúdo, os problemas intelectuais são naturalmente indispensáveis no filme, mas é preciso determinar os meios adequados de exprimi-los. Parece-me que eles não foram ainda inteiramente encontrados (Holz, Kofler e Abendroth, p. 214, 1969).

Ainda que a posição de Lukács frente ao cinema possa ter um caráter polêmico, ela possuiu uma coerência dentro de suas ideias estéticas mais gerais, o que dá a ela, no

nosso modo de ver, grande potencialidade analítica para se pensar o filme enquanto obra de arte e para a análise concreta dos filmes.

CAPÍTULO IV

MÉTODO

Tendo em conta que o objeto de estudo dessa dissertação são obras cinematográficas, e, portanto, obras de arte, a sua análise impunha um método em que não se perdessem as particularidades estéticas dos objetos. Para isso recorreremos ao método crítico desenvolvido pelo crítico literário Antonio Candido.

Para Candido, a narrativa literária se constitui partindo de elementos a priori não artísticos, mas manipulados a fim de tomarem o aspecto de uma organização estética regida por suas próprias leis, e não as leis da natureza ou da sociedade ou do ser. No entanto, natureza, sociedade e ser aparecem presentes em cada página e o “leitor tem a impressão de estar em contato com realidades vitais” (Candido, 1993, p. 9).

Para Candido a tarefa do crítico é então a de mostrar de que forma:

[...] o recado do escritor se constrói a partir do mundo, mas gera um mundo novo, cujas leis fazem sentir melhor a realidade originária. Se conseguir realizar esta ambição, ele poderá superar o valo entre “social” e “estético”, ou entre “psicológico” e “estético” (Candido, 1993, p. 10).

A esse processo, por meio do qual a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária, Candido (1993) chamou de “redução estrutural”.

Na crítica, tal como concebida por Candido, os elementos analisados têm que estar sugeridos na própria composição, tanto do todo como das partes da obra, isto é, em seu próprio interior.

Se, por exemplo, falamos que uma determinada obra fílmica trata do novo mundo do trabalho e da precarização da vida, faz-se necessário constatar que o filme é, de fato, ordenado em torno dessas questões, que elas estejam transpostas no plano da estrutura fílmica. Não basta que ela seja afirmada abstratamente pelo diretor (quando este revela suas intenções na elaboração da obra, ainda que estas não sejam de todo desinteressantes), nem meramente ilustradas com exemplos, ela precisa ser “sugerida na própria composição do todo e das partes, na maneira por que organiza a matéria, a fim de lhe dar uma certa expressividade (Candido, 2014, p.16).

Dessa forma, é a estrutura da obra que constitui o aspecto privilegiado e o ponto de referência para o trabalho analítico. O método de análise, neste caso, é imanente à obra, ela não pode, portanto, partir de qualquer elemento que seja externo a esta (Candido, 2014).

Contudo, é importante destacar que a preocupação com a integridade e a autonomia da obra não deve se exacerbar a ponto de ignorar os aspectos históricos e sociais, sem os quais não se pode apreender adequadamente o sentido da obra estudada. O externo (o mundo social) se torna interno na obra, existindo, portanto, uma dialética entre o interno e o externo (Candido, 2014).

No entanto, não se pode deixar de se considerar que Antonio Candido desenvolveu uma “crítica literária”, e não ignoramos que a literatura e o cinema são formas artísticas distintas, que não possuem as mesmas possibilidades de elaboração do conteúdo estético. Contudo, acreditamos que, com os devidos cuidados, o método crítico de Candido pode ser transporte para a crítica do objeto fílmico. Basta lembrar que o próprio Candido (1980) possui um ensaio, intitulado *A verdade da repressão*, em que nos mostra como o verdadeiro papel da polícia e da repressão foram revelados em obras de escritores como Balzac, Dostoiévski, Kafka, e conclui com uma análise do

filme *Inquérito sobre um cidadão acima de qualquer suspeitas*, de Elio Petri, apresentado sua contribuição ao debate.

Num mesmo ensaio, então, e para uma mesma finalidade de investigação – a verdade da repressão –, da mesma forma que Candido extrai proveito das contribuições da literatura, investigado determinados autores e obras, o faz também com uma obra fílmica, sem maiores distinções.

Partindo do método crítico de Antônio Cândido e das considerações de Lukács acerca da arte como forma de conhecimento, pontuada no capítulo anterior, é que pretendemos analisar três filmes:

- 1- *Segunda-Feira ao Sol (Los Lunes al Sol)*, 2002, dirigido por Fernando León de Aranoa. Espanha.
- 2- *Dois Dias, Uma Noite (Deux Jours, Une Nuit)*, 2014, dirigido por Jean-Pierre Dardenne e Luc Dardenne. França.
- 3- *Eu, Daniel Blake (I, Daniel Blake)*, 2016, dirigido por Ken Loach. Inglaterra.

Tendo em vista a categoria da precarização da vida, tomada em sentido lato, tal como foi analisada no terceiro capítulo dessa dissertação, nossa hipótese de trabalho é a de que algumas obras cinematográficas contemporâneas, ao investigar o novo mundo do trabalho, têm chegado a uma noção de precarização da vida. Nosso intuito aqui é elaborar uma análise imanente dos três filmes, procurando investigar o que elas revelam e se, de alguma forma, a precarização da vida está presente nelas.

Por tratar-se de um estudo que se situa dentro do campo da psicologia social, daremos ênfase, nas análises fílmicas, à trama das ações dos destinos dos personagens, isto é, às ações dos indivíduos, postos em conflito com as mais diversas dimensões do mundo do trabalho.

Acreditamos que, nessas obras, talvez seja possível identificar determinados aspectos que sejam reveladores e possam nos ajudar a pensar e entender o fenômeno da precarização da vida, se for esse o caso.

Quanto aos critérios escolhidos para a escolha dos filmes a serem analisados, em primeiro lugar elencamos uma lista de obras recentes que abordassem as questões do novo mundo do trabalho. Os filmes foram os seguintes:

- 1- *Rosetta (Rosetta)*, 1999, dirigido por Jean-Pierre Dardenne e Luc Dardenne. França.
- 2- *Pão e Rosas (Bread and Roses)*, 2000, dirigido por Ken Loach. Inglaterra.
- 3- *Segunda-Feira ao Sol (Los Lunes al Sol)*, 2002, dirigido por Fernando León de Aranoa. Espanha.
- 4- *O corte (Le Couperet)*, 2005, dirigido por Costa-Gavras. França.
- 5- *O que você faria? (El metodo)*, 2005, dirigido por Marcelo Piñeyro. Espanha.
- 6- *O Mundo (Shijie)*, 2005, dirigido por Jia Zhang-Ke. China.
- 7- *Princesas (Princesas)*, 2005, dirigido por Fernando Leon de Aranoa. Espanha.
- 8- *Terra Fria (North Country)*, 2005, dirigido por Niki Caro. Estados Unidos da América.
- 9- *Sonata de Tokyo (Tokyo Sonata)*, 2008, dirigido por Kiyoshi Kurosawa. Japão.
- 10- *O Pai das Minhas Filhas (Le père de mes enfants)*, 2009, dirigido por Mia Hansen-Løve. França.
- 11- *As Neves do Kilimanjaro (Les Neiges du Kilimandjaro)*, 2011, dirigido por Robert Guédiguian. França.

- 12- *Dois Dias, Uma Noite (Deux Jours, Une Nuit)*, 2014, dirigido por Jean-Pierre Dardenne e Luc Dardenne. França.
- 13- *99 Casas (99 Homes)*, 2014, dirigido por Ramin Bahrani. Estados Unidos América.
- 14- *O Valor de Um Homem (La Loi du Marché)*, 2015, dirigido por Stéphane Brizé. França.
- 15- *Eu, Daniel Blake (I, Daniel Blake)*, 2016, dirigido por Ken Loach. Inglaterra.
- 16- *Arábia (Arábia)*, 2017, dirigido por Affonso Uchoa e João Dumans. Brasil.
- 17- *Corpo Elétrico (Corpo Elétrico)*, 2017, dirigido por Marcelo Caetano. Brasil.
- 18- *Pela Janela (Pela Janela)*, 2018, dirigido por Caroline Leone. Brasil.
- 19- *Sorry To Brother You*, 2018, dirigido por Boots Riley. Estados Unidos da América.

A lista não se pretende a ser exaustiva uma vez que a quantidade de filmes que tem abordado as questões do novo mundo do trabalho é imensa, e grande parte deles sequer são lançados no Brasil, mas nos serve como uma amostra.

Em seguida, assistimos a todos os filmes dessa lista, e selecionamos aqueles que possibilitariam maiores possibilidades de debate, isto é, que não repetissem entre si as questões abordadas, mas que ao mesmo tempo tivessem pontos de convergências. Também optamos por aqueles que nos pareceram expressar dimensões da precarização da vida.

Optamos posteriormente por reduzir a amostra para os filmes europeus, que são maioria na lista, visto que a Europa possui certa tradição nesse tipo de cinema, o que por si só indica a sua importância no debate sobre o mundo do trabalho. Além disso, o contexto do mundo do trabalho europeu é paradigmático no contexto de estudos do

trabalho já que lá foi onde se vivenciou o auge do Estado de bem-estar social, logo sua decadência é percebida com maior intensidade.

Os filmes europeus da lista estão distribuídos em três países: França, Espanha e Inglaterra, de forma que escolhemos um de cada país. Contudo, esse critério de contemplar as distintas nacionalidades não foi o predominante, mas o fato de que em cada um desses países havia pelo menos um filme (em geral vários) de grande importância e reconhecido pela crítica do cinema do trabalho, como “Segunda-feira ao Sol”, que foi analisado por Alves (2006), Torres (2008), Gurgel (2007), Holzman (2012), Moura (2006), Basoli (2006) e Seni (2006). Quanto a “Dois dias, uma noite”, foi analisado por Alves (2015a), Chapadeiro (2015) e Gawryszewski (2015). Já “Eu, Daniel Blake”, que é o mais recente deles, ainda não foi alvo de maiores análises, mas se justifica a entrar na lista pelo fato do seu diretor, Ken Loach, ser uma das figuras mais importantes dentro do cinema do trabalho e o filme ter sido muito bem recebido, por crítica e público, inclusive vencendo a palma de ouro do festival de Cannes em 2016.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DAS OBRAS

É sempre um desafio, mesmo para um grande artista, refigurar os aspectos essenciais da realidade humana e social em uma obra artística, sobretudo em tempos tão confusos quanto o que vivemos, em que não raramente o acessório e banal nos é apresentado com tamanha intensidade.

Contudo, isso não impediu que nas últimas décadas surgisse um cinema cujas lentes tenham se voltado para os problemas do novo mundo do trabalho, buscado refletir os novos conflitos e dilemas humanos que emergiram em meio às transformações do capitalismo no século XXI.

Foi nessa esteira que Ricardo Antunes (2018) iniciou o seu mais recente livro (*O privilégio da Servidão*) com um capítulo dedicado a uma breve análise de cinco filmes e documentários sobre o mundo do trabalho apresentados no 6ª Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental. Conforme o sociólogo do trabalho, eles desmoronam os mitos de que o mundo do labor enfim estava superando sua dimensão de sofrimento e revelam uma fotografia sem retoques do trabalho global que nos ajuda a pensar a realidade, inclusive fazendo aparecer o real. Dessa forma, eles apresentam um “mosaico do mundo do trabalho real que hoje se expande em escala planetária.” (Antunes, 2018, p. 19).

Também não escapou às observações de Chistopher Dejours a importância desse cinema inquiridor do trabalho. Num de seus artigos ele ressalta o importante papel dos artistas (cineastas, artistas plásticos e escritores) na denúncia contra as injustiças do novo mundo do trabalho num momento em que boa parte da intelectualidade silenciava.

[...] e vimos, no período recente, quando o desemprego atingiu seu nível mais alto, quando martelavam o tema do fim do trabalho e da guerra econômica, quando todo o mundo se calava na sociedade civil, quando somente os artistas, em particular os cineastas, os artistas plásticos e alguns escritores, mas não os universitários nem os cientistas, ergueram a voz contra a injustiça e deram apoio aos desempregados, e acolhida aos imigrantes. O silêncio dos universitários, dos cientistas e dos intelectuais é, na sombra, um acontecimento. (Dejours, 2013).

Dessa forma, a apreensão das determinações do novo mundo do trabalho não passa apenas pelas reflexões científicas e filosóficas. A arte, e mais especificamente o cinema, também podem contribuir para enriquecer a nossa compreensão da realidade social.

Assim como para Lukács (1978), também para Ianni (2011) os cientistas, os filósofos e os artistas, cada um a seu modo, buscam precisamente descobrir o que há de novo e singular na realidade. Trata-se de formas de conhecimento distintas, que se encontram e fertilizam-se mutuamente.

Ao se resgatar as criações artísticas de determinadas épocas históricas como o Renascimento e o Iluminismo, por exemplo, encontramos obras filosóficas, artísticas e científicas notáveis pela originalidade e audácia e todas elas impregnadas por um mesmo “clima da ocasião” ou “espírito da época” (Ianni, 2011).

Também se destacam casos em que há evidente contemporaneidade de temas e inquietações, onde artistas, filósofos e cientistas dialogam e desafiam-se uns aos outros. Exemplos notáveis são alguns contrapontos existentes no pensamento político de Maquiavel e nas obras tragipolíticas de Shakespeare; os diálogos presentes nas obras de

Hegel, Goethe e Beethoven; na forma como a anatomia da sociedade burguesa é desvendada tanto por Marx quanto por Balzac; e na descoberta da alienação individual e coletiva que aparecem nas obras de Kafka e Weber em suas reflexões sobre a racionalização do mundo (Ianni, 2011).

No que diz respeito aos estudos do mundo do trabalho podemos falar, sem exagero, de certo clima de ocasião ou espírito da época que se faz presente em importantes obras científicas, filosóficas e artísticas, bem como da presença de constantes diálogos e contrapontos entre elas. Com maior ou menor consciência, está subjacente a elas uma compreensão de que o mundo do trabalho no século XXI não é mais o mesmo do século XX, pois emergem novas problemáticas como o suicídio, a precarização, a crise dos sindicatos, a solidão dos trabalhadores, etc.

Que a ciências e a filosofia se debrucem sobre essas questões não causa espanto, mas que a arte possa ter algo a contribuir pode gerar alguma desconfiança. Para Lukács (1978) uma das tarefas de maior importância da arte é precisamente a descoberta e a determinação imediata do que foi produzido de novo pelo processo de desenvolvimento histórico-social, o desenvolvimento da vida social. As grandes obras de arte são aquelas que têm os olhos voltados para a apreensão do novo.

É partindo desses referenciais que procuramos entender esse novo cinema do trabalho e quais suas contribuições para a investigação do tempo presente, das transformações na sociedade e no trabalho e, sobretudo, de suas consequências para a vida dos indivíduos. Seriam essas obras capazes de desvendar aspectos verdadeiramente essenciais do novo mundo trabalho?

Mas antes de entrar propriamente na análise das obras fílmicas – Segunda-feira ao Sol (Fernando León de Aranoa); Dois dias, uma noite (irmãos Dardenne) e Eu,

Daniel Blake (Ken Loach) -, temos que pontuar algumas características que elas possuem em comum.

O primeiro aspecto é o realismo, no sentido apontado por Lukács, para quem toda grande arte é realista. Não se trata, contudo, do realismo enquanto estilo, mas enquanto ângulo de visão da realidade, tomada de posição diante dela, busca de refletir o real. Por isso mesmo uma obra fantástica pode ser realista (Holz, Kofler e Abendroth, 1969). Do ponto de vista cinematográfico, percebe-se nos diretores uma forte influência do Neorrealismo italiano, que surgiu no pós guerras na Itália com a inovadora proposta de filmar o povo comum, os trabalhadores pobres da Itália. Apesar dessa forte influência, cada diretor possui sua própria concepção de cinema, mas em todos eles o compromisso com o real é uma marca decisiva.

Um segundo aspecto comum às três obras é o humanismo, a defesa da integralidade humana. Para Lukács (2012), toda grande arte autêntica é marcada não só pelo estudo apaixonado da substância humana, sua verdadeira essência, mas também pela defesa da integralidade humana contra todas as tendências que a atacam, envilecem e adulteram. Nesse sentido, os filmes analisados não se limitam a uma abordagem contemplativa, eles tomam posição na defesa contra a resignação e a covardia.

O terceiro ponto comum é que os filmes assumem o ponto de vista da classe trabalhadora. Os personagens principais são homens e mulheres comuns, lutando pela sobrevivência diária. Dessa forma a preocupação fundamental dos diretores é colocar em cena os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores no início do século XXI.

Um quarto aspecto em comum que podemos apontar é o fato de todos eles conseguirem captar precisamente o mal-estar e a hostilidade do novo mundo do trabalho, que se expressa na precarização da vida dos personagens. Estes vivem uma

constante tensão entre a solidão, em que vive a classe trabalhadora hoje, e a luta pela solidariedade de classe, sem a qual as condições de vida tendem a se fragilizar.

1.1 Segunda-feira ao Sol

Segundo Rivaya (2008), *Segunda-feira ao Sol* é a grande obra do “cinema do trabalho” espanhol, cujo mérito foi mostrar, de forma genial e com todo seu dramatismo, a vida dos desempregados: a desesperança, os problemas afetivos, a depressão, o suicídio, mas também a rebeldia.

Segunda-feira ao Sol é um filme espanhol dirigido por Fernando León de Aranoa. O nome foi inspirado em um movimento de desempregados na França - *Lé Lundi au Soleil* -, que no final do século passado começou a organizar atividades e jornadas de lutas contra o desemprego e a precarização do trabalho (Torres, 2008). No filme, o título faz referência à realidade vivida pelos trabalhadores em decorrência das transformações no mundo do trabalho e do crescente desemprego. Sem emprego, os desempregados ficam expostos ao sol em plenas segundas-feiras, assim como nos demais dias da semana.

A ideia do filme surgiu do contato do diretor com a experiência e vivência dos trabalhadores do norte da península. Em 2000 ele acompanhou os trabalhadores da empresa Naval Gijón, que se trancaram durante mais de um mês para evitar a demissão de noventa companheiros. Essa experiência radical de solidariedade, onde os trabalhadores arriscaram com sua ação os seus postos de trabalho e, dessa forma, suas casas, estabilidade familiar e vida, causou forte impressão em Aranoa (Torres, 2008).

Embebido dessa experiência, o diretor procurou fazer um filme não apenas sobre as lutas, que ele viu de perto, mas sobre um momento posterior a sua derrota, sobre os seus despojos, sobre os desempregados. Conforme o próprio diretor, citado por Torres (2008), ele procurou, no filme, contar a história de uma coletividade, dos desempregados, uma história sobre todos eles e sobre nenhum deles.

Esse dado é importante para se observar que o que se entende por realismo na obra não é a transposição, o mais fiel possível, daquilo que o diretor viu enquanto acompanhava o movimento dos trabalhadores, num registro quase documental dos acontecimentos. O contato com os trabalhadores e a luta, na verdade, servem como fonte de inspiração e matéria prima. Não se trata, portanto, do diretor registrar o que ele observou, de forma mais neutra possível, mas de mobilizar sua atividade criativa para compor um universo fílmico, onde é retratada a vida dos trabalhadores após a derrota de uma importante luta que ele viu de perto. Somente na medida em que o diretor, ao criar esse universo e refletir nele as questões centrais do seu tempo, é que a sua obra pode ser considerada realista.

Apesar da tristeza da dura condição dos desempregados, Aranoa também consegue capturar em sua obra a resistência, a esperança e a solidariedade que viu entre os trabalhadores, essa uma marca essencial do filme. Segundo lembra Javier Bardem, um dos atores, o diretor entregou junto ao roteiro um poema de Claudio Rodríguez¹⁷, que traduz o sentimento de estar derrotado, mas, ainda assim, nunca domado, que é uma fórmula que traduz exemplarmente o personagem interpretado pelo ator, Santa (Torres, 2008).

O filme se inicia com imagens reais do confronto entre os trabalhadores e as forças policiais. Primeiro vemos os estaleiros em marcha, empilhando pneus e colocando fogo neles para servir de barricadas, em seguida vemos a dura repressão da polícia com seus cassetetes e armas de fogo, enquanto os trabalhadores resistem, bravamente. Tudo isso enquanto uma bela e comovente composição de Lucio Godoy, toca ao fundo.

¹⁷ Pero tú oye, déjame/decirte que, a pesar/de tanta vida deplorable, sí,/a pesar y aun ahora/ que estamos en derrota, nunca en doma,/el dolor es la nube,/la alegría, el espacio;/el dolor es el huésped,/la alegría, la casa. (Rodríguez, apud Torres, 2008, p. 330).

Essas cenas de abertura situam a luta dos trabalhadores do estaleiro, que foi derrotada e acabou com a demissão de duzentos trabalhadores. Os quatro personagens centrais da trama (Santa, Lino, Jose, Amador), representam esses trabalhadores que participaram dessa luta, que ocorreu três anos antes, e que agora estavam desempregados. O estaleiro naval foi vendido para empresários coreanos, que pretendiam construir um hotel de luxo no lugar.

Dessa forma a obra reflete um momento de transição, apresenta-nos a situação da classe trabalhadora após a sua derrota histórica no final do século XX. As grandes lutas operárias de outrora ficaram no passado e são sucedidas por uma profunda crise nos sindicatos e, conseqüentemente, da capacidade de reação da classe trabalhadora. O que fica depois dessa derrota? Na trajetória dos personagens o filme nos dá algumas pistas para responder essa pergunta.

Na elaboração do filme, o fato da trama não se centrar em um único personagem, mas se diluir em vários, possibilita que se apresente, ao mesmo tempo, a diversidade e a unidade, isto é, a unidade na diversidade. No filme, cada personagem é uma singularidade complexa e diversa entre si, ainda que todos sejam marcados pela mesma condição de desemprego, da mesma forma cada um deles é universal, tipificam a condição de desempregado, construindo assim uma variedade de tipos numa única obra. A opção da trama em girar em torno do coletivo, possibilita apresentar a multiplicidade dessa condição.

Em nossa análise, procuraremos enfatizar as trajetórias individuais dos principais personagens, buscando identificar as particularidades de cada um deles e os conflitos que os tipificam.

Começemos por Lino, que é um dos mais velhos e o único que ainda tem a perspectiva de conseguir um emprego. Essa é a razão pela qual ele passa boa parte do

seu tempo procurando anúncios de emprego no jornal, indo fazer entrevistas e esperando uma ligação dizendo que está contratado. Mas Lino está numa idade em que se é considerado velho demais para ser empregado, com os cabelos brancos denunciando a sua idade. Num cenário em que as empresas privilegiam contratar trabalhadores mais jovens, ele não se apresenta como uma opção viável. Geralmente, nas entrevistas, enquanto espera ser chamado, ele costuma observar os seus concorrentes, sempre muito mais jovens e com maiores chances de conseguir o emprego que ele.

Além da idade, outras exigências se tornam um empecilho para Lino conseguir o tão sonhado emprego. Em um dos anúncios exigia-se um carro próprio, que ele não tinha, muito menos podia comprá-lo, por estar desempregado. Também se exigia conhecimentos em informática, que ele também não possuía, além da idade, entre 25 e 35 anos. As vagas definitivamente não são abertas para um homem com as características de Lino.

Mas as constantes negativas não são o suficiente para fazê-lo desistir. Num determinado momento do filme, para participar de uma entrevista, ele resolve pegar escondido uma camisa do filho e pintar o cabelo de preto, para parecer mais jovem. Ou seja, para conseguir um emprego, Lino tem que ser outra pessoa, negar a si próprio, sua realidade, sua real condição.

Lino vive em uma perpétua angústia pela sua condição de desempregado. A todo o momento aparenta estar preocupado, sempre suando muito, principalmente enquanto espera para ser chamado para uma entrevista. O drama de Lino é carregar constantemente o peso de ser um desempregado e não conseguir um emprego por mais que ele se esforce e tente.

A cada nova entrevista é uma nova expectativa que não se concretiza, até que, num determinado momento, enquanto espera por outra entrevista, Lino, por acaso, acaba se deparando com a sua própria figura num espelho que estava à sua frente. Ao se deparar com a sua própria imagem, ele parece, enfim, dar-se conta de quem realmente é e de sua condição. Se fosse um romance, aqui certamente teríamos alguma bela descrição do que se passava na mente de Lino, mas a imagem exterior que figura na expressão do ator é o bastante para constatar que, naquele momento, ele faz uma profunda reflexão sobre si.

Nesse momento Lino desiste da entrevista, levanta-se e vai embora. Não como um homem abatido, mas com alguma dignidade, parecendo estar livre agora do peso daquela angústia. É importante destacar que esse momento se dá pouco depois da morte de Amador, que tem um papel decisivo em todos os outros personagens, como veremos mais a frente.

Jose é outro dos personagens centrais, ele é casado com Ana, que é quem trabalha e garante o sustento da casa. Jose se sente incomodado e impotente por não trabalhar e Ana assumir o papel de provedora do lar.

Ana tem um trabalho precário, numa indústria de conserva de atum. Trabalha no turno da noite (se queixa do fato da gerência trocar os turnos dos funcionários quando bem entende fazê-lo). O fato dela ter que trabalhar oito horas seguidas em pé faz com que tenha fortes dores na perna, mas não encontra tempo para ir ao médico. Além disso, o cheiro de peixe a incomoda profundamente, ela o sente impregnado no seu corpo. Pouco a pouco o trabalho vai exaurindo a vitalidade de Ana

Diferente de Lino, para quem o desemprego não parece afetar negativamente a vivência familiar, que se mostra harmoniosa no filme, Jose e Ana estão em crise. O desemprego dele e o trabalho precário dela afetam profundamente o relacionamento do

casal e corrói a convivência familiar. A fisionomia de ambos revela um cansaço, que contribui para o distanciamento dos dois, mostrando que por vezes nem mesmo o amor resiste à precarização da vida.

Um dos momentos cruciais do casal, que intensifica a crise que vivem, é quando eles decidem fazer um empréstimo no banco. A insegurança de Jose e o fato dele ter sido praticamente ignorado no banco por não ter um emprego, faz com que ele se irrite e estrague tudo. Jose também tinha bebido antes de ir ao banco, o que parece ter influenciado no seu comportamento, na sua insegurança por não corresponder às exigências sociais esperadas do “homem da casa”. Jose sente sua própria masculinidade ser atingida. Ana fica extremamente decepcionada por Jose ter desperdiçado uma boa chance do casal se reestruturar. Depois de uma briga, ela deixa de falar com ele, mesmo morando sob o mesmo teto. Sem se comunicarem, o casal vai se distanciando ainda mais, até a situação ficar insustentável.

A certa altura do filme, Ana estava pronta para abandonar Jose, mas muda de ideia na última hora. Jose tinha acabado de contar as circunstâncias da morte de Amador, que tinha sido abandonado pela esposa e vivia no bar porque não tinha ninguém esperando por ele em casa. Nesse momento, ela começa a chorar ao se dar conta de que o destino de Jose seria provavelmente muito semelhante ao de Amador, caso ela o abandonasse. Ao perceber que poderia perder Jose para sempre caso fosse embora naquele momento, ela entende que o que ainda sente por ele e decide volta atrás e ficar.

No fim, ainda que as dificuldades enfrentadas quase tenham sido suficientes para separar o casal, eles conseguem permanecer unidos para poderem enfrentar essas dificuldades juntos.

Como vimos até então, a morte de Amador tem um importante papel no desenrolar da trama dos outros personagens. Vamos comentar a sua trajetória agora.

De todos, Amador é aquele que sofre mais duramente os impactos do desemprego e o que menos teve condições de reagir. É uma figura solitária, o que menos interage nas conversas e não costuma encontrar os outros companheiros fora do bar. Ele está sempre no bar. Quando Jose o questiona sobre isso, ele sagazmente responde que se Jose notou é porque ele também está sempre por ali.

Logo pelo inicio do filme, ficamos sabendo que a esposa de Amador está visitando a sua mãe e por isso ele vai ficar sozinho em casa por um tempo. Notando a constante presença de Amador no bar, seus companheiros, de vez em quando, perguntam sobre o retorno de sua mulher, mas ele sempre evita a questão.

Amador é um personagem enigmático, fala de uma forma que os outros personagens não entendem claramente o que ele quer dizer. Em um determinado momento ele especula sobre Deus e diz que a questão não é se acreditamos em Deus ou não, mas se Deus acredita em nós. Ele está convencido de que Deus não acredita nele, nem em Santa, mas diz em Jose talvez acredite um pouco. O que importa aqui não é a questão teológica, mas o sentimento de abandono de Amador (abandonado pela mulher e abandonado por Deus), que os outros ainda não sabem. De toda forma, Santa tenta aliviar o clima retrucando que eles, seus companheiros, acreditam nele, e que é isso que importa.

Outra formulação enigmática de Amador é sobre a questão dos gêmeos siameses, que ele conta a Santa, num momento em que está muito embagado. Ele conta então sobre os siameses de Sião que, por medo de nascer, se abraçam e não conseguem mais se separar. Quando um empurra o outro, que cai, o primeiro se põe a rir, até que percebe que está caindo também. Os dois caem juntos porque estão colados. Talvez

Amador tenha em mente um casal unido que, quando se separam, ambos caem, mas essa metáfora também pode ser lida num sentido mais amplo (como Santa o faz mais tarde) traduzindo um grande dilema enfrentado pela classe trabalhadora em nossa época. Quando ela abandona a solidariedade de classe e se volta contra si mesma tentando se salvar individualmente, todos caem. Uma simples metáfora que sintetiza uma grande contradição de um momento histórico, no qual o trabalhador se encontra imerso em sua própria solidão, esvaziado de sua real força enquanto classe.

Assim como para os outros personagens, para nós espectadores Amador também é um personagem misterioso durante boa parte do filme. Só percebemos com clareza a sua verdadeira condição quando Santa entra no seu apartamento, porque ele estava muito bêbado para conseguir subir sozinho. No interior da casa, podemos ver o interior do homem, um homem em ruínas, abandonado por sua esposa e por si mesmo. A geladeira praticamente vazia, sem água nas torneiras, lixo espalhado por todos os lados. Em Amador, a precarização da vida se expressa em sua forma mais devastadora, e seu fim é o suicídio, que reflete o desespero de um homem para qual a vida perde o sentido de ser vivida.

O último personagem central a ser analisado é Santa. Na época do trabalho no estaleiro, ele era soldador e, ao que tudo indica, foi uma importante liderança sindical. De todos, ele é o que tem maior clareza sobre a sua própria condição, mas mesmo assim em quase nenhum momento perde o bom humor. Santa está sempre subvertendo a ordem das coisas, ele é um daqueles personagens para quem mesmo a dureza do cotidiano não lhe tira a capacidade de sonhar e sua dignidade.

Um dos principais conflitos de Santa tem origem a partir de um processo pelo qual ele está sendo julgado por ter quebrado uma lâmpada durante os conflitos contra a polícia, na época das lutas no estaleiro. Ele foi condenado a pagar oito mil pesetas (ou

40 dólares) e pode ser preso caso não pague. Mas, para ele, não é uma questão tão simples, trata-se de uma questão moral. O problema não é o preço da multa, o problema é aceitar o fato de ser demitido e ainda ter que pagar para aqueles que o demitiram. Para ele é inaceitável. Até um determinado momento do filme, Santa não sabe exatamente o que vai fazer, se vai pagar ou não, e a conclusão a que ele chega diz muito da sua personalidade.

Se Santa fosse um personagem de uma narrativa mais clássica e heroica, talvez ele até pudesse aceitar o duro fardo de pagar o preço de ser preso em nome de uma escolha ética, da defesa dos seus ideais. Mas Santa não é exatamente esse tipo de herói. Não há dúvidas quanto ao fato de que ele seja um homem integro e de convicções, mas as suas convicções éticas não estão atreladas à moral da ordem social vigente. Dessa forma ele não se sente culpado por, por exemplo, entrar na balsa sem pagar o bilhete ou comer um salgadinho no supermercado sem pagar, ou mesmo roubar uma coroa de flores de outro velório desconhecido para dedica-la a Amador, no funeral do amigo. As transgressões de Santa podem ser vistas como uma forma de fazer justiça frente às injustiças postas e legitimadas socialmente, nunca para se aproveitar ou explorar outrem.

É por isso que Santa resolve o seu conflito pagando pela lâmpada no tribunal, para evitar a prisão, mas imediatamente após, dirige-se até o estaleiro apenas para poder quebrar outra lâmpada e assim compensar a que teve que pagar, ficando assim com a sua consciência tranquila.

Outro momento importante de mencionar na trajetória de Santa é quando ele vai trabalhar de babá. Ele e a filha de Rico (o dono do bar que os personagens frequentam e que também trabalhou com eles no estaleiro), Natalia, fazem um acordo. Ela é contratada por uma família para cuidar de uma criança de quatro anos enquanto o casal

sai à noite. Santa assume então a tarefa de cuidar da criança, enquanto Natalia sai com um namorado, e no fim dividem o dinheiro. Na hora de colocar o menino para dormir Santa lê para ele a conhecida fábula da cigarra e a formiga, e fica absolutamente indignado frente à moral da história: quem se esforça e trabalha, passa bem o inverno, como a formiga, e quem não trabalha, morre no inverno, como a cigarra. E fica ainda pior quando a cigarra faminta e com frio pede abrigo à formiga, que se nega a ajudar. Para Santa, essa é a gota d'água que transborda o copo, fazendo com que ele denuncie então para o jovem garoto de quatro anos, que a formiga é uma especuladora e a história não conta porque uns nascem formigas e outros cigarras.

Essa cena é importante porque, com bom humor, ela desvela a moral duvidosa de uma fábula muito popular que, costumeiramente, lemos para nossas crianças, ensinando-as a acumular, a não serem solidárias com os necessitados, e que quem não trabalha é um vagabundo e deve pagar por isso. A fábula acaba caindo como uma luva para desvelar a lógica do ideário neoliberal contemporâneo. Para um desempregado inconformista como Santa, essa pequena fábula é uma afronta.

Mas sem dúvida umas das cenas mais importantes do filme é a da discussão entre Santa e Reina, no bar de Rico. Reina é um amigo mais distante dos protagonistas, ele não é um desempregado, trabalha como técnico de segurança numa construção. Estando na condição de um trabalhador empregado, Reina aparece como um contraponto aos personagens desempregados, seu ângulo de visão da realidade está em outro polo. Ele, por exemplo, se ressentido do fato de ter que trabalhar duro e pagar impostos para “sustentar vagabundos”. Segundo ele, é muito fácil se fazer de vítima, mas quem quer trabalhar, sempre encontra trabalho.

A discussão mencionada é em relação ao fechamento do estaleiro. Reina assume e defende a perspectiva da empresa, acha que ela fez o que tinha fazer para se manter

competitiva, afinal era mais barato fazer os barcos fora do país (provavelmente em países periféricos, onde há menos direitos e o trabalho é mais intensificado). Para ele não há porque julgar ou condenar a empresa. Santa, por sua vez, representa o lado dos trabalhadores do estaleiro, que não aceitaram que se fechasse a empresa, “pois é nosso trabalho e com nosso trabalho não se brinca”. Santa lembra que naquele momento os trabalhadores estavam todos unidos, temporários e fixos, 200 trabalhadores.

Segundo Reina, a luta não serviu para nada, eles não conseguiram nada com aquilo e todo mundo já tinha se esquecido. Santa pensa diferente, diz que conseguiram expor a situação e conseguiram permanecer unidos “disso não me esqueço”, ele diz. Santa compreende muito bem a situação, ele percebe que a derrota se deu quando os trabalhadores se dividiram. Alguns trabalhadores fixos, como Rico, assinaram um acordo, o que levou à demissão de oitenta trabalhadores temporários e um ano depois foi a vez dos fixos. Rico se defende dizendo que assinaram porque não tinham outra alternativa. Então Santa pergunta: “e que alternativa há agora?”.

O que Santa aponta é que eles foram derrotados por não estarem mais unidos, conseguiram fazer com que se separassem entre eles, entre temporários e fixos. E para ele, o pior foi que, com isso, eles assinaram a demissão dos próprios filhos, de toda uma geração que veio depois da deles. Trata-se, portanto, de algo maior do que apenas perder o próprio emprego, trata-se de pensar no futuro da sociedade em geral, nos destinos de uma juventude sem qualquer perspectiva de futuro.

Ao longo de todo o filme, Santa e Reina estão sempre entrando em atrito, eles são personagens antagônicos. Como denuncia Alves (2006), Reina sintetiza o ideal neoliberal, que culpabiliza os próprios desempregados e que assume o ponto de vista dos patrões. Ele representa a fragmentação da classe trabalhadora, que não se reconhece em si, que se volta contra ela própria, enquanto classe, ao pensar apenas enquanto

indivíduo. Santa representa a coletividade, a defesa da união da classe trabalhadora, que sua força está nessa união.

O filme assume claramente a defesa da posição de Santa, da coletividade contra o individualismo. Na obra como um todo, ao mostrar a realidade dos desempregados, o filme depõe contra as posições de Reina, que se revelam mesquinhas e limitadas.

Tendo passado pela trajetória dos principais personagens podemos comentar algo sobre a precarização da vida. Por precarização da vida entendemos a vida que se torna precária ao enfrentar uma série de constrangimentos e limitações para o seu desenvolvimento. Sendo assim é um fenômeno que só pode se expressar em individualidades concretas, de forma singular, onde cada indivíduo, ao ser posto em conflito com as determinações da sociedade do trabalho, enfrenta essa condição de formas distintas, particulares. É importante demarcar que os indivíduos não enfrentam essa condição passivamente, mas respondem a ela, buscam alternativas, com maior ou menor sucesso.

Mas ao menos tempo em que a precarização da vida é um fenômeno que se expressa singularmente nos indivíduos, suas determinações são sociais, são postas socialmente. No filme, é a situação do desemprego que representa as determinações da precarização da vida, precarizando a relação do indivíduo consigo mesmo, com seus familiares, etc. A sua intensidade também se distingue e depende da maior ou menor capacidade que os indivíduos tem de reação. Ela pode ser de tal forma devastadora que o indivíduo não encontra forças para reagir e prefere acabar com a própria vida, com o intuito de se livrar da miserabilidade da própria existência, como ocorre com Amador. Em Santa, Lino e Jose, ela está presente, mas em formas menos acentuadas.

Apesar de apresentar de forma concreta a situação dos desempregados e a precarização da vida o final do filme acaba sendo otimista, apostando no futuro e na

união dos trabalhadores. O suicídio de Amador acaba servindo como um catalisador para despertar os outros personagens para as suas próprias vidas, para tomarem seus destinos em suas mãos, resolverem seus conflitos e fortalecerem a sua união. Mesmo sem apresentar uma solução para o desemprego, individualmente os personagens terminam fortalecidos. Nota-se que a trama é centrada no drama humano dos personagens e nos acontecimentos cotidianos. Os grandes acontecimentos, no entanto, ficam de fora da trama, eles já ocorreram, antes do início do filme. No presente fílmico, a impressão que temos é que ninguém está esperando que algo vá acontecer. O futuro está momentaneamente interditado, mas o filme tem o mérito de indicar tanto as causas da derrota no passado, quanto colocar o desafio da solidariedade para o futuro.

Octávio Ianni (2011) lembra que no início do século XX junto ao cinema surgia também uma figura como a de Carlito de Charles Chaplin, um lúmpen, solitário e triste, vagando perdido em meio à cidade, um farrapo coberto de farrapos.

Essa é uma das mais extremas e cruéis sátiras sobre o mundo moderno. Carlitos revela a poética da vida e do mundo a partir da visão paródica do lúmpen que olha a vida e o mundo a partir dos farrapos, da extrema carência, de baixo para cima, de ponta-cabeça (Ianni, 2011, p. 28).

Dessa forma Chaplin revela as contradições inerentes à sociedade moderna, para a qual o desenvolvimento material não se converteu em desenvolvimento social e espiritual, e o indivíduo autônomo e livre não passou de uma ilusão (2011).

Segunda-feira ao Sol, ao nos mostrar um reflexo da sociedade, a partir da visão do lúmpen do início do século XXI, revela que as mesmas contradições permaneceram e se intensificaram. Talvez seja exatamente por isso que o cinema tem costumeiramente representado esse novo mundo do trabalho de forma mais trágica, do que sátira.

1.2 Dois Dias, Uma Noite

Os irmãos belgas Luc e Jean-Pierre Dardenne são reconhecidos por um cinema marcadamente realista e humanista, onde as questões éticas ocupam um lugar central, mas sem desvincilhá-las dos problemas sociais e políticos contemporâneos.

O problema central do filme “Dois dias, uma noite” é o da solidariedade, mais especificamente a solidariedade na classe trabalhadora. Os diretores se empenham em construir uma história onde uma problemática histórico-social de nosso tempo é encarnada, com vivacidade, em personagens e situações concretas.

O filme se estrutura de forma a envolver todo um coletivo de trabalho e trata de mostrar a crise da solidariedade dentro dessa coletividade. Se em uma narrativa do “velho mundo do trabalho fordista” os conflitos se davam fundamentalmente entre a classe trabalhadora e os capitalistas, em *Dois dias, uma noite* o conflito central se desenrola internamente à classe trabalhadora, pois ela aparece fragmentada em seu interior. As figuras representantes do patronato atuam sempre no sentido de fomentar essa fragmentação, dividindo os trabalhadores.

Nessa forma de elaboração narrativa, os irmãos Dardenne conseguiram sintetizar em sua obra uma questão decisiva do novo mundo do trabalho, a corrosão dos laços de solidariedade da classe trabalhadora.

Nas palavras dos próprios diretores:

Ser solidário sempre foi nas greves, nos grandes movimentos sociais, um gesto moral. A classe operária foi uma experiência do universal. Através de reuniões, discussões sindicais, houve a ideia de uma solidariedade, ou seja, do bem comum, em vista do qual eu sacrifico um bem pessoal. Este é um grande discurso!

Mas havia esta experiência, esta reivindicação, da emancipação de todos, independentemente das diferenças (Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/531804-recrutar-a-solidariedade-em-uma-sociedade-em-que-reina-o-medo-entrevista-com-os-irmaos-dardenne> acessado em 30 de janeiro de 2019).

Ainda na infância, os diretores foram fortemente marcados pelas grandes lutas operárias da Bélgica, no inverno de 1960-1961. Seus primeiros documentários, realizados em fins dos anos 1970, foram sobre a memória dessas lutas, baseando-se em depoimentos dos trabalhadores que participaram delas, o que possibilitou um contato ainda mais profundo com a importância e o significado das lutas da classe trabalhadora (Bones, 2011).

Em *Dois dias, uma noite* os diretores buscam refletir e investigar, por meio do cinema, a crise de valores como a solidariedade, que sempre estiveram na base das lutas da classe trabalhadora pela emancipação humana e agora se encontram enfraquecidos. Na história de Sandra, a protagonista do filme, uma constante tensão entre a solidão e a solidariedade atravessa todo filme de forma dramática.

O filme já se inicia com Sandra sendo acordada por uma ligação de Juliette com uma notícia que lhe desestruturaria por inteiro. Ela estava a algum tempo afastada do trabalho por causa de um quadro de depressão. Agora, recuperada, preparava-se para voltar ao trabalho quando descobre, por meio da ligação de Juliette, que iria perder o seu emprego.

Sandra trabalhava em uma fábrica de painéis solares chamada Solwal. O seu patrão, Dumont, alegando que a situação financeira da fábrica estava ficando difícil com a intensa concorrência, propôs aos trabalhadores que escolhessem entre o retorno de

Sandra ao seu posto de trabalho ou um bônus de mil euros anuais para cada um. Dos 16 trabalhadores, 14 votaram pelos bônus e apenas dois pela permanência de Sandra.

Mas nem tudo está perdido ainda. Com a ajuda de Juliette, Sandra consegue fazer com que uma nova votação fosse realizada. Elas alegaram para Dumont que o supervisor da fábrica, Jean-Marc, tinha intimidado alguns trabalhadores para votarem contra Sandra dizendo que Dumont pretendia demitir alguém de qualquer forma, se não fosse Sandra seria outra pessoa. A partir daí Sandra tem dois dias e uma noite para convencer a maioria dos trabalhadores da sua equipe a desistir do bônus e votar por sua permanência.

Temos aqui o alicerce sob o qual a trama do filme se desenrolará. Trata-se, portanto, de uma trama condensada, como o título do filme já anuncia. Sandra tem que correr contra o relógio para garantir o seu emprego, cada voto contra ela é um duro golpe em sua autoestima, mas cada voto em seu favor realimenta suas esperanças de vencer essa batalha.

O filme se estrutura de tal forma a permitir que o coletivo de trabalho tenha uma importância definitiva na trama. Não há dúvidas quanto ao fato de que Sandra é a personagem principal e que a trama gira em torno de sua figura, mas isso não impede que cada trabalhador do coletivo tenha sua própria complexidade e motivações concretas. O encontro de Sandra com cada trabalhador possibilita que as diversas perspectivas, posições e singularidades deles se expressem com bastante coerência ao longo do filme.

Cada personagem que forma essa coletividade será indagado sobre a solidariedade. Cada um vai ter que fazer uma escolha essencial, que não podem adiar ou se omitir. Cada um vai ter que fazer uma escolha entre uma companheira de trabalho ou um bônus de 1000 euros. Sandra é a portadora dessa questão, é ela que vai colocar cada

companheiro contra a parede, em busca de uma resposta e de tentar convencê-los a votar pela sua permanência.

A seguir vamos comentar sobre as motivações de alguns dos principais personagens que Sandra encontra no fim de semana. Buscaremos evidenciar nesses diálogos as motivações, dilemas e conflitos dos personagens.

Willy é um dos colegas que Sandra vai até a casa dele para confrontá-lo. Ela o encontra no quintal da casa, pois nos fins de semana ele trabalha com marcenaria para conseguir um dinheiro extra e assim completar as despesas da casa. Willy explica que votou pelo bônus porque precisa desse dinheiro, que lhe ajudaria a pagar a faculdade de sua filha, que custa 500 euros.

Mas ver Sandra ali na sua frente lutando pelo seu emprego faz com que Willy fique comovido e indeciso, diz então que vai pensar em votar por Sandra. Contudo, sua esposa intervém, falando que eles já pensaram bastante sobre isso e que não podem abrir mão do bônus. Ela própria estava desempregada já há algum tempo.

Ainda que Willy se veja tentado a rever o seu voto, essa decisão não é apenas individual. Essa decisão tem forte impacto na sua família, cujas necessidades pesam para que ele vote pelo bônus. Outra questão que se evidencia nessa situação é a de como o desemprego social generalizado tem dificultado a solidariedade entre os trabalhadores.

A próxima colega de trabalho que Sandra vai indagar é Mireille. No início ela tenta evitar falar com Sandra dizendo estar ocupada, mas como esta insiste ela acaba cedendo um tempo para ouvi-la. Mireille está bem menos disposta que Willy a voltar atrás na sua decisão. Ela se justifica explicando que acabou de se divorciar e está começando uma vida nova como o namorado. Por isso precisa do dinheiro para comprar “coisas” como móveis, TV, máquina de lavar louças, etc.

Mireille não apresenta nenhuma espécie de vacilação quanto a sua decisão. Entre as “coisas” que precisa comprar ou o emprego de uma colega de trabalho, ela parece não ter nenhuma dúvida quanto fato de que as “coisas” são mais essenciais.

Nadine é a próxima companheira que Sandra visita, mas não consegue falar diretamente com ela. Fala pelo interfone com a sua filha, que diz que mãe não está em casa. Contudo, Sandra escuta a voz de Nadine pelo interfone e ao tentar convence-la a conversarem pessoalmente, Nadine simplesmente a ignora completamente.

Para Sandra, o mais duro é fato de que com Nadine ela sempre se deu muito bem no trabalho, provavelmente a considerava uma amiga. Talvez por isso mesmo Nadine tenha evitado um contato direto, provavelmente por vergonha de ter que dizer cara a cara para a amiga que vai escolher o bônus a ela. Mas não fica claro quais são as motivações de Nadine para essa escolha.

Essas negativas seguidas afetam bastante as esperanças de Sandra, principalmente a de Nadine. Nesse momento ela quase desiste de tudo, mas Manu está presente para fazê-la continuar. Manu é um personagem importante para manter Sandra firme em sua luta. Sem o apoio dele, ela provavelmente não conseguiria persistir até o final. Ainda assim, percebemos que o casal passa por algumas crises. Desde a depressão não fazem sexo e Sandra acha que por isso ele não a ama mais e vai abandoná-la, o que na verdade é mais uma expressão de suas dúvidas sobre si mesma. Apesar de qualquer crise, o fato do casal permanecer unido contribui para que Sandra persista em sua luta.

Timo é o próximo companheiro de trabalho que ela procura. Nos fins de semana ele está trabalhando como treinador de um time de futebol infantil, por isso ela vai encontrá-lo no campo. Ao indagá-lo, Sandra se surpreende com a reação de Timo. Ele chora e diz que votará pela permanência da companheira.

Desde a noite anterior ele estava arrependido por ter escolhido o bônus em vez de Sandra. Envergonhava-se, sobretudo, por ter se esquecido de como Sandra já o tinha ajudado no passado. E nessa votação em vez de retribuir, ele tinha traído a confiança dela.

Ele relembra que quando ainda era novato na fábrica, quebrou uma célula e Sandra assumiu a culpa para que ele não tivesse problemas. Ela recorda que nesse momento Jean-Marc a tinha censurado por não ser um bom exemplo para os novatos. O que ele não sabia era que na verdade Sandra estava dando um grande exemplo de solidariedade para Timo, acolhendo e protegendo um novato.

Essa conversa nos remete a imagem da convivência cotidiana entre os trabalhadores. É nela, no dia-a-dia, nas conversas, nos gestos como o de Sandra, no fato de um ir ajudando o outro que se forjam os afetos e a solidariedade entre eles. A votação pôs em cheque o coletivo, colocou os trabalhadores contra Sandra. Confundiu Timo, que no calor do momento da votação pensou no bônus, que acabou se sobrepondo à pessoa humana de Sandra. A segunda votação, contudo, possibilitaria que ele pudesse se redimir.

O encontro com Timo acabou por fortalecer Sandra. Se no começo do filme ela estava convencida de que era normal o fato dos seus companheiros de trabalho terem escolhido o bônus em vez dela, agora parece já não ter mais tanta certeza disso. O filme nos faz pensar que há alguma coisa errada no fato de ser tomar isso como algo normal. Este é por si só um indicativo de que aquela coletividade já estava comprometida de alguma forma.

Hicham é o próximo companheiro de trabalho que Sandra encontra. Ele está trabalhando numa loja de frutas e legumes, nos fins de semana, de forma clandestina pelo fato de ser um imigrante indiano. Ele explica que precisa do dinheiro do bônus para

sustentar a sua família, os mil euros garantem um ano pago de luz e gás. Vemos que a situação dos imigrantes é sempre mais precária. Enquanto os outros trabalhadores pensam em usar o bônus para pagar os estudos da filha, ou comprar móveis e eletrodomésticos, Hicham pensa nele como uma forma de garantir o suprimento de necessidades básicas como luz e gás.

Hicham aproveita para contar que Jean-Marc ligou para ele (e provavelmente para outros também), falando que ele não deveria mudar o voto porque Sandra, por ter estado adoecida, não voltaria com o mesmo afinco para o trabalho, seria um peso para os outros. Trata-se de outra estratégia para fragmentar o coletivo, colocando o estigma de alguém adoecido e ineficiente para o trabalho em Sandra. No entanto essa argumentação não convence Hicham, ele mesmo já sofreu um acidente de trabalho e lembra que não ficou menos eficiente depois disso, na verdade ele diz ter ficado mais motivado.

No seguinte, ela encontra dois trabalhadores juntos: Yvon, o mais velho, e Jérôme, que é bem mais jovem. Enquanto Yvon é receptivo para com Sandra e tenta ouvi-la, Jérôme se mostra bastante hostil, diz que o bônus é para premiar o trabalho deles e não o dariam para ela. Jérôme acusa Sandra de querer roubar o dinheiro que pertence a eles. Por pertencer a uma geração jovem podemos entender tal reação, pois ele cresceu no período de intensificação neoliberal e, portanto, já distante de um referencial concreto de solidariedade e união entre os trabalhadores. Os ideais que Jérôme defende são a meritocracia e o individualismo.

Yvon, ao tenta defender Sandra da hostilidade de Jérôme, acaba levando um soco do jovem, que vai embora em seguida. Logo que Yvon se recupera do golpe ele diz que votará por Sandra. É provável que o contato com a explosão violenta do ato de Jérôme tenha contribuído para que Yvon percebesse também a violência da lógica de

seu pensamento, expressa nesse individualismo atroz que carrega em si uma hostilidade para com próximo, sempre visto como um concorrente. Dessa forma, a coletividade e a solidariedade se tornam algo impossível. É também contra isso que ele vota por Sandra

O próximo da lista é Julien, que não se comove com a situação de Sandra e nem está disposto a perder o bônus. Ele conta para Sandra que Dumont percebeu com a saída dela que poderia diminuir um trabalhador sem perder a produtividade, dessa forma a demissão aumentaria seu lucro. Ele fala da perspectiva do patrão, não dos trabalhadores. Sandra responde que Juliette lhe disse que com um trabalhador a menos os outros tinham que trabalhar 3 horas a mais por semana, o bônus seria praticamente pelas horas extras. Se para Dumont a perda de um trabalhador representa apenas mais lucro, para os trabalhadores significa que vão ter que trabalhar mais horas por semana. Contudo, Julien não se importa, pois considera justo que se trabalhe mais para ganhar mais. A sua principal preocupação era ganhar mais dinheiro, independentemente dele e de seus colegas de trabalho terem que trabalhar mais por isso e de Sandra ter que perder o emprego.

Anne é a próxima trabalhadora com quem Sandra fala. Ela estava indecisa, pois embora quisesse ajudar Sandra o seu marido estava pressionando-a para que ficasse com o bônus e assim pudessem reformar o terraço da casa. A conversa é abruptamente interrompida pelo marido de Anne, que aparece irritado e impõe sua vontade pela força. Puxa sua esposa pelo braço para dentro de casa e expulsa Sandra de lá.

Esse momento do filme é o ápice do desespero de Sandra, pois é quando ela desiste completamente de continuar sua batalha e decide se suicidar. A precarização da vida de Sandra atinge um nível tal que ela considera insuportável continuar. Ela toma todos os comprimidos de uma caixa de xanax e espera morrer de overdose, mas antes

que os comprimidos façam efeito ela é surpreendida pela visita de Anne, que conta que resolveu enfrentar o seu marido e ajudar a companheira a não perder o emprego.

Temos aqui um importante aspecto da emancipação feminina. A reivindicação de sua autonomia de fazer suas próprias escolhas, e não se limitar às imposições das vontades do marido. A figura agressiva do marido de Anne dá indícios de uma relação familiar opressora, onde aquele sempre impõe suas vontades sobre as dela. Quando ela conta para Sandra que decidiu deixar o marido ela diz: "É a primeira vez na minha vida que decido alguma coisa".

Historicamente, a força social do patriarcado sempre esteve fortemente vinculada à exclusão das mulheres do espaço social, relegando-as à vida privada. Excluindo-as do mundo do trabalho, elas se tornavam totalmente dependentes economicamente dos homens. O novo mundo do trabalho é marcado por uma crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, ainda que essa entrada seja muito marcada pelos trabalhos mais precários. Trata-se, portanto, de um processo contraditório que ao mesmo tempo que oferece possibilidades emancipatórias, oferece também a subordinação aos trabalhos precários.

Em Anne vemos que essa autonomia assume a forma de uma força emancipadora, mas que só se expressa completamente quando ela entra em contato com o conflito de Sandra. É só quando ela se depara com um dilema pelo qual tem que fazer uma escolha essencial, e é impedida de fazê-la pelo marido. Daí ela encontra forças para lutar e fazer valer sua decisão, aquela que ela acha certa.

A força da solidariedade feminina pode ser vista nessa relação que é estabelecida entre Anne e Sandra, onde ambas saem fortalecidas, e também na relação de Sandra com Juliette, figura da maior importância, apesar da breve participação, para que Sandra leve à frente sua batalha.

Além da questão de gênero, o filme também faz alusão à questão da raça, na figura dos imigrantes negros como Hicham e Alphonse, que é o último dos trabalhadores com quem Sandra conversa antes da votação. Alphonse revela que ele e outros trabalhadores estão com medo de Jean-Marc, que foi por isso que ele não votou nela na primeira votação. Não foi pelo bônus, como ele é novo no trabalho só receberia 150 euros.

Alphonse, diferente dos outros trabalhadores, possui um contrato de trabalho por tempo determinado. Portanto, se ele não fizer exatamente o que Jean-Marc quer, o seu contrato pode não ser renovado. Alphonse tem medo de Jean-Marc porque pode perder o seu emprego. Pela sua condição precária, a escolha que ele tem que fazer não se situa no mesmo plano que a dos outros, a sua questão não é escolher entre Sandra ou um bônus, sua escolha é entre obedecer a Jean-Marc ou não, com todas as implicações que isso significa. Quando Sandra sai de lá, não sabe exatamente qual vai ser o voto de Alphonse.

Em Dois dias, uma noite os personagens não são caricaturas, cada um deles possui alguma motivação convincente, ainda que possamos concordar ou não com ela. No cinema dos Dardenne o critério de julgamento é sempre ético. Mas a finalidade da obra certamente não é a simples condenação dos que escolhem o bônus, mas apresentar uma variedade de motivações, frente a uma determinada situação, que nos ajuda a entender a crise da solidariedade entre os trabalhadores, a tensão entre a solidão e a solidariedade no seio da classe trabalhadora.

Enfim, na segunda-feira, o dia da votação, é a primeira vez que vemos todos os trabalhadores uniformizados reunidos na fábrica para votar. Como não poderia deixar de ser, a tensão ronda o ambiente. Dessa vez a votação empata, mas para permanecer no emprego Sandra precisava da maioria dos votos, o empate não é suficiente.

Antes de Sandra ir embora, Dumont a chama para o seu escritório para lhe fazer uma proposta. Ele a parabeniza por ter convencido oito trabalhadores a desistirem do bônus e diz que, por isso, decidiu manter o bônus e reintegrá-la na equipe. Mas não é tão simples assim. Ela seria reintegrada após encerramento do contrato de um trabalhador com contrato por tempo determinado que terminaria em breve, trata-se de Alphonse.

Se, ao longo de todo o filme, Sandra era a pessoa que indagava e questionava as outras sobre a solidariedade, agora é ela que está contra a parede, é ela que tem que tomar uma decisão. O preço do seu emprego, pelo qual ela lutou durante todo o filme, é a demissão de um companheiro. Depois de acompanhar a sua jornada sabemos que sua resposta não poderia ser outra: "Não posso tomar o lugar de alguém que vai ser demitido."

Sandra não é mais a mesma do início do filme, sequer pensa duas vezes antes de tomar essa decisão, simplesmente se levanta e vai embora. Ela aprendeu, através de uma dura lição, a importância da solidariedade entre os trabalhadores. E não se trata de uma escolha simples e sem graves consequências. Sandra conhece bem o preço de sua escolha: talvez amargar um bom tempo desempregada e voltar a morar na moradia popular. De qualquer forma aceitar o emprego seria inadmissível para ela, significaria trair Alphonse e a si mesma.

As nuances da precarização da vida também se fazem presentes no filme, como é apontada nos artigos de Alves (2016), Gaweyszawski (2016), e Chapadeiro (2016), seja como precarização subjetiva, ou precariedade existencial. No começo do filme, Sandra estava afastada do trabalho por causa de um quadro de depressão e durante praticamente todo o filme, é notório o aspecto fragilizado de Sandra, principalmente

naqueles momentos em que ela, angustiada, sente falta de ar, ou na cena da tentativa de suicídio, o ápice da precarização da vida.

Além de Sandra, a precarização da vida atinge também alguns outros personagens, como o imigrante Hicham, que tem que trabalhar de forma clandestina numa loja para garantir as necessidades básicas da família. Outros personagens também se encontram na situação de ter trabalhar num segundo emprego nos fins de semana, tendo que sacrificar o tempo livre, cada vez mais reduzido.

Apesar de no final Sandra ter sido derrotada na votação, pode-se dizer que o filme termina de forma otimista. Isso se dá por causa do aprendizado de Sandra ao longo da sua jornada. Ao final, ela está nitidamente mais fortalecida do que no início, com a confiança em si revigorada. É a autoconsciência de si e da importância da solidariedade, que ela aprende ao longo do filme, que possibilita que faça ao final uma escolha ética e de consciência tranquila. Essa condição é indispensável para que se possa assumir a escolha que Sandra faz. No desespero, o medo toma conta e a solidariedade tende a se dissipar. A história de Sandra nos ensina que é preciso ter coragem para fazer uma escolha ética e apostar na solidariedade. Como lembra Heller (2007), existem épocas em que a mera decência requer heroísmo. É nesse sentido que podemos entender o ato de Sandra como um ato heroico.

Por fim, no filme *Dois dias, uma noite*, os Dardenne conseguem criar uma situação concreta de um coletivo de trabalho na qual se expressam questões decisivas do novo mundo do trabalho, possibilitando-nos visualizar, num plano concreto, a crise da solidariedade e a luta por sua efetivação. Por isso, *Dois dias, uma noite* é um filme indispensável para a compressão do novo mundo do trabalho.

1.3 Eu, Daniel Blake

Ken Loach é um diretor cuja preocupação sempre foi marcadamente por um cinema social e crítico. Filho de operários de Nuneaton, no Reino Unido, pequena cidade próxima de Coventry, conheceu desde cedo e de perto as lutas da classe trabalhadora. Autodeclarado socialista, Loach sempre dedicou o seu cinema à apreensão da realidade da vida cotidiana dos de baixo, dos mais pobres. Sua preocupação enquanto artista sempre foi a de representar nos filmes as problemáticas vitais da classe trabalhadora.

Com um profundo senso de realidade, Loach tem uma clara autoconsciência quanto ao lado em que atua. Em 2016, ao receber a premiação mais importante da noite no 69º festival de Cannes, ele terminou o seu veemente discurso da seguinte forma:

Na luta que se aproxima entre, por um lado, os ricos e poderosos, as grandes empresas e os políticos que falam por elas e, do outro lado, o resto de nós, quem faz filmes sabe de que lado está. Apesar do brilho e do glamour de cerimônias como estas, estamos com o povo. Obrigado (disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/ken-loach-vence-bafta-e-critica-brutalidade-do-governo-sobre-os-pobres/46977> acessado em 31 de janeiro de 2019).

Por tudo isso Ken Loach é um diretor indispensável para o estudo da relação entre mundo do trabalho e cinema. Muitos dos seus filmes trazem contribuições fundamentais para pensar os conflitos enfrentados pela classe trabalhadora como *Cathy come home* (1966), *Riff raff* (1991), *Pão e rosas* (2000), *Os navegadores* (2001), *O espirito de 45* (2013), *Eu, Daniel Blake* (2016), entre outros.

Em um artigo intitulado "Los derechos flexibles. A propósito de *La cuadrilla*, de Ken Loach", Roger Campione, a partir do filme *Os navegadores* (*La cuadrilla* na tradução em espanhol), discute a privatização dos serviços estatais na Inglaterra e a precarização do trabalho que se seguiu com a redução dos direitos trabalhistas e da segurança no trabalho (Campione, 2008).

A ideia deste filme nasceu quando Ken Loach recebeu um roteiro escrito por Rod Dawber, um sindicalista que havia trabalhado por 18 anos como ferroviário e havia sentido na pele as devastadoras consequências do processo de privatização da empresa estatal inglesa British Rail. Rob Dawber morreu pouco depois que filme foi terminando, devido a um câncer contraído pelo contato com amianto enquanto trabalhava na ferroviária (Campione, 2008).

O filme retrata a vida de um grupo de trabalhadores da British Rail encarregados da manutenção da infraestrutura das ferrovias que, após a privatização da empresa, veem suas condições de trabalho se deteriorarem gradualmente. Eles passam a ser pagos por trabalho realizado, perdem direitos como o de férias remuneradas e seguro desemprego, etc. Para os trabalhadores não há muitas opções: ou aceitam as novas condições ou se demitem e recebem uma indenização (Campione, 2008).

O novo mundo do trabalho que aparece no filme é o da insegurança no emprego, dos contratos em tempo parcial, do fim das férias remuneradas, da suspensão da baixa por enfermidade e dos riscos provocados pela redução dos custos com a segurança. Diante disso, os sindicatos se veem enfraquecidos e impossibilitados de oferecer alguma resposta efetiva às ofensivas do capital contra os direitos dos trabalhadores (Campione, 2008).

Como bem percebeu Diaz (2008), os trabalhadores dos filmes de Ken Loach, desde *Riff Raff* (1991), pouco lembram os trabalhadores conscientes de Eisenstein ou

de Bertolucci. Eles não pretendem mudar o mundo, nem correm com bandeiras vermelhas para apoiar os companheiros da fábrica em greve. Alguns de seus personagens não têm sequer emprego, cuidam apenas de tentar sobreviver. A influência dos sindicatos é mínima contra a desregulação dos direitos trabalhistas. Porém, ainda que não exista uma forte consciência de classe há uma resistência visceral e quase instintiva aos patrões (Diaz, 2008).

En Riff Raff los obreros prenden fuego a la obra en que trabajan como venganza por la muerte de un compañero en accidente laboral, en Lloviendo piedras uno de los parados se baja los pantalones para mostrar el culo al helicóptero de la policía que sobrevuela su barrio mientras grita a sus ocupantes «¡Lo que queréis es una jodida revolución! (Diaz, 2008, p. 291).

Os filmes de Ken Loach na década de 1980 costumavam trazer uma classe trabalhadora organizada em sindicatos, mas a partir dos anos 1990, com a ofensiva do neoliberalismo, a crise do movimento operário e das greves massivas, o cinema de Loach também se transforma. Movido por um forte senso de realidade, Loach percebe que para ser coerente com a nova realidade social, mostrava-se impossível fazer o velho cinema político. A classe trabalhadora havia regredido décadas no que se refere à organização, consciência, direitos sociais e trabalhistas (Diaz, 2008).

Em 2000, com o filme *Pão e Rosas*, Ken Loach volta a filmar os trabalhadores em luta coletiva e organizada por seus direitos. Nesse filme vemos as duras condições de trabalho dos trabalhadores imigrantes no EUA, cujo trabalho é sempre o mais precário. Partindo de uma perspectiva demasiadamente otimista, o filme mostra um crescente processo de conscientização e organização dos trabalhadores por meio de um sindicato renovado que busca superar o enrijecimento e a burocracia do velho

sindicalismo fordista. O filme tem o mérito de apontar algumas instigantes reflexões, como a necessidade de repensar a atuação dos sindicatos para enfrentar os desafios do novo mundo do trabalho, a importância da organização dos trabalhadores precarizados como os imigrantes e o papel das mulheres no novo sindicalismo. No entanto, a fidelidade ao real, típica de Ken Loach, não permite que esse tipo de vitória seja comum no seu cinema:

Bem, você não pode fazer todo filme com uma espécie de falso otimismo. É necessário tentar descrever o mundo como ele é, e não como gostaria que ele fosse. Nós fizemos um filme em Los Angeles, que foi sobre uma vitória sindical [Pão e Rosas, 2000]. Mas não há muitas vitórias, entende? E você não pode fingir que há vitórias quando não há. E também às vezes o fato de que há um mau resultado pode fazer com que o público se sinta enraivecido e isso o motive a fazer algo a respeito. Acho que no fim das contas você deve ser fiel ao assunto. (Disponível em: <http://cinemametropolis.com/index.php/pt/revistas/2015/k2-categories/sport/item/1900-ken-loach-entrevista-exclusiva-eu-daniel-blake> acessado em 31 de janeiro de 2019)

O cinema de Ken Loach é, portanto, pautado em um realismo que pretende captar precisamente a essência da realidade cotidiana da classe trabalhadora e refleti-la por intermédio da arte, buscando e discutindo as questões que são postas historicamente. Nesse processo Loach distingue claramente o seu desejo subjetivo de como gostaria que o mundo fosse de sua análise objetiva de como o mundo é. É por isso que no evoluir das obras do diretor podemos observar as transformações que se gestam no mundo trabalho.

No seu último filme realizado, *Eu, Daniel Blake*, Ken Loach toma como problemática central a crise do Estado de bem-estar social na Inglaterra e como essa crise afeta diretamente a vida dos trabalhadores que depende em grande medida da seguridade social. Trata-se, portanto, de uma denúncia ao processo de desmonte das antigas conquistas da classe trabalhadora inglesa que garantiam um pouco de dignidade aos mais pobres.

De certa forma, com esse filme, Ken Loach dá continuidade a um projeto anterior, o documentário “O espírito de 45”, de 2013, onde ele passa a limpo a história da conquista dos direitos sociais na Inglaterra ao longo do século XX.

O documentário retrata o espírito combativo e solidário da classe trabalhadora inglesa no pós-guerra (1945), momento de reconstrução do país que culmina numa série de garantias de direitos para os trabalhadores. Em seguida retrata também o processo de desmonte dessas conquistas, que teve início já no final da década de 1970. A partir de vários registros de imagens históricas e depoimentos de pessoas que eram crianças na época, Loach reconstrói uma parte da história da Inglaterra no século XX.

Como vemos no documentário, os anos que cobrem a primeira metade do século XX foram muito duros para o povo pobre inglês, principalmente por causa da miséria e do desemprego em massa no período entre guerras. Depois de 1945, o Partido Trabalhista conseguiu se eleger com um ideal social democrata e um programa que procurava garantir uma vida digna para a classe trabalhadora. Primeiro as minas foram nacionalizadas, depois os portos, as ferrovias e o gás. Moradias populares também são construídas. O Serviço Nacional de Saúde foi implementado nesse momento garantindo, pela primeira vez na Inglaterra, o acesso universal à saúde. Trata-se de um momento histórico de profundas transformações e consolidação do Estado de bem-estar social.

Após o apogeu, o documentário mostra a queda. O processo de desmonte teve início em fins da década de 1970 em decorrência da crise de 1973, da reestruturação produtiva do capital, do enfraquecimento do Partido Trabalhista e da vitória de Margaret Thatcher e seu projeto neoliberal. Foi o fim de um ciclo e o início de uma era de privatizações, demissões em massa, enfraquecimentos dos sindicatos, redução de salários e repressão policial.

A própria forma do documentário possibilita que Loach se detenha numa abordagem universal da classe trabalhadora enquanto gênero, centrada nos acontecimentos históricos. Por outro lado, em *Eu, Daniel Blake*, ele parte de uma perspectiva individual para refletir de que forma o desmonte do Estado de bem-estar social afeta a vida dos trabalhadores. Contudo, não se pode esquecer que na arte essa individualidade se dá de tal modo que o geral e o singular se fundem de modo peculiar. Isto é, nos conflitos enfrentados pelos personagens do filme estão sintetizados os desafios históricos enfrentados pela classe trabalhadora do atual momento histórico.

Daniel Blake é um personagem que tipifica e sintetiza os conflitos da classe trabalhadora em nossa época, onde a ameaça aos direitos sociais precariza as próprias condições de vida. Desde o início do filme já somos apresentado ao conflito Blake. Ele é um marceneiro de 59 anos que sofreu um acidente de trabalho, teve um infarto enquanto trabalhava e quase caía do andaime. Pelo laudo médico o coração de Blake ainda está fragilizado, portanto ele não pode voltar a trabalhar de imediato. Contudo, para o serviço de assistência social, responsável por fornecer o auxílio doença, Blake não preenche todos os requisitos necessários para o recebimento do auxílio. É nesse limbo que começa a jornada de Blake.

O serviço de assistência social opera de tal forma que não funciona adequadamente. A sua finalidade de garantia de direitos torna-se secundária frente à

burocracia e ao enrijecimento da lógica do sistema. Preocupando-se exclusivamente com as regras e critérios dos questionários, o serviço torna-se cego às reais necessidades das pessoas, levando Blake, por exemplo, a uma situação completamente insustentável.

O mesmo ocorre com as sanções e punições, que são aplicadas sob a pena fria das regras, chegando ao ponto de punir uma mãe (Katie) e suas crianças pelo simples fato de terem se atrasado alguns minutos para chegar ao serviço. Como o filme nos mostra, por trás da rigidez burocrática e das alegações de que se está apenas aplicado regras e seguindo ordens se escondem grandes injustiças e arbitrariedades.

A burocracia também cria empecilhos que transforma questões simples em problemas extremamente complexos de serem resolvidos. Para entrar em contato com o serviço, Blake precisa esperar horas no telefone, sendo passado de linha em linha sem que os atendentes consigam resolver o seu problema. Quando é necessário preencher formulários pela internet os obstáculos se tornam ainda maiores para Blake, que não tem nenhuma intimidade com computadores. Como denuncia um dos personagens, China, as dificuldades são postas de forma que muitos desistem de tentar pelo meio do caminho.

Esse modo de funcionamento degradado do serviço está de tal modo enraizado que, mesmo quando uma funcionária realmente preocupada em fazer bem o seu trabalho e atender as pessoas, como Ann, que tenta driblar a burocracia é rapidamente censurada pelos seus superiores. Ann representa uma profissional que ainda se preocupa com as pessoas que atende. Ela vê os seres humanos não como números, vê o homem Blake, não uma ficha. Não obstante, em meio à rigidez burocrática do sistema, não há muito espaço para esse tipo de atitude.

O clima hostil do serviço revela sua face mais crua nas punições e ameaças, que são as principais formas de manter os usuários indefesos frente às arbitrariedades que

lhes são impostas. É por tentar resistir a essas arbitrariedades e constrangimentos que Blake é constantemente um alvo, contudo sem se dobrar.

O limbo ao qual Blake é submetido, impedindo-o de ter acesso ao auxílio doença, acaba levando-o a ter que solicitar o auxílio desemprego para não ficar completamente desprotegido. Mas para receber esse auxílio existe a obrigatoriedade de estar constantemente à procura emprego, entregar currículos em empresas e participar de um enfadante workshop sobre como fazer um currículo.

A circunstância absurda de ter que procurar emprego, mas não poder aceitar nenhum sob o risco de ter outro infarto leva Blake à constrangedora situação de ser chamado para trabalhar e não poder aceitar o emprego, o que o leva a ser mal interpretado como alguém que prefere viver do auxílio desemprego para não ter que trabalhar.

Esse é o estopim para que Blake decida lutar pelo seu direito de receber o auxílio doença, visto estar impossibilitado de trabalhar e não achar justo ter que submeter a ficar procurando empregos que sequer pode aceitar. Ele decide fazer um protesto em frente ao serviço de assistência social, exigindo o recurso para o seu direito de receber o auxílio doença. Ele pixa no muro "Eu, Daniel Blake exijo a data do recurso antes que morra de fome". Blake é ovacionado na rua, como uma espécie de herói popular, que se recusa a submeter às arbitrariedades do Estado, mas acaba preso.

No fim, Blake consegue levar sua causa para o tribunal, mas infelizmente todo esse processo atribulado é demais para o seu coração. Pouco antes do julgamento, Blake tem um infarto e morre vítima de toda uma lógica cruel e absurda de negação de direitos, burocracias intermináveis e punições mesquinhas.

Entendendo que o contexto atual tem um caráter eminentemente trágico, Ken Loach reserva um destino trágico para Blake. Contudo, pode-se dizer que Blake morreu

de pé, sem se curvar. Ao decidir não abrir mão da sua dignidade e levar até o fim a luta pelos seus direitos, Blake demonstra a sua coragem, típica de um autêntico trabalhador.

Loach também tem a intenção de gerar desconforto e incômodo em quem assiste ao filme. Ao mesmo tempo em que nos comovermos, nos revoltamos contra as injustiças perpetradas contra Blake.

Conforme o próprio Loach:

Há quem acredite que o cinema é um lugar de anestesia, de sonho. Cinema para mim é o lugar da iluminação, do levante, do incômodo. Só assim pode haver reação. É assustador perceber que chegamos a somar 4 milhões de desempregados no Reino Unido. Escolhi fazer este filme em Newcastle, uma cidadezinha a 450 Km ao norte de Londres, pela tradição local de lutas sindicais, a fim de gerar uma reflexão sobre a continuidade dessa prática de exclusão a pessoas à procura de emprego. Eu não quero apenas emocionar com este filme: quero deixar o público com raiva (Disponível em: <http://cinemametropolis.com/index.php/pt/revistas/2015/k2-categories/sport/item/1900-ken-loach-entrevista-exclusiva-eu-daniel-blake> acessado em 31 de janeiro de 2019).

Com a história de Blake, Loach desvela a lógica perversa do neoliberalismo e do desmonte do Estado de bem-estar social, que contribuem decisivamente com a precarização da vida dos mais pobres. No caso de Blake, essa precarização leva a sua morte.

Uma crítica contundente à lógica neoliberal se faz presente na cena em que Blake tem que participar do workshop sobre como fazer um currículo. Nela o professor

anuncia os seguintes fatos: para empregos de baixa qualificação existem 60 candidatos para cada vaga; para qualificações superiores a esses números são de 20 candidatos para cada vaga; e comenta ainda que, em uma determinada empresa, anunciou oito vagas de emprego e 1300 candidatos se inscreveram.

Quando ele pergunta para a turma o significado desses fatos Blake oferece uma resposta genial: “Se você sabe contar é óbvio . Não há trabalho suficiente. É fato”. Dentro dos limites da sua ideologia neoliberal, o professor não consegue enxergar o real significado dessa discrepância entre o número de empregos disponíveis e o de pessoas à procura de trabalho. A resposta que ele oferece à turma é que eles precisam se destacar na multidão para conseguir o emprego, mas ele não tem nada a oferecer ao resto dos trabalhadores que não conseguem as poucas vagas disponíveis. Eis a crítica de Loach e sua reivindicação por uma resposta que dê conta também daqueles que não conseguem as vagas.

Além de Blake, o filme nos coloca em contato com dois outros personagens que representam, em contraponto a Blake, uma face mais jovem da classe trabalhadora. São Katie e China.

Katie é uma mãe solteira de duas crianças pequenas que depende do serviço de assistência social, que lhe garante uma moradia e vale alimentação. Ela é originariamente de Londres, mas como era difícil conseguir uma moradia por lá ela acabou conseguindo uma casa em Newcastle (uma pequena cidade a 450 Km ao norte de Londres), longe do apoio de sua família. Seu sonho é conseguir um emprego de meio período e poder voltar a estudar, mas acaba enfrentando várias dificuldades. Ela não encontra emprego em lugar nenhum, nem consegue voltar a estudar.

Com Katie o filme adentra a questão de gênero, da situação de uma jovem mãe pobre, que além de si tem também os filhos para cuidar. Katie é uma abnegada mãe, que

se sacrifica pelo bem estar dos filhos, deixando inclusive de se alimentar para que não falte comida para eles. A fome de Katie se mostra em toda sua força na cena que ela está num banco de alimento e desesperadamente abre uma lata de conserva e começa a devorá-la na mesma hora, até se dar conta do próprio desespero. No início dessa cena, a enorme fila para entrar no banco de alimentos é por si só reveladora de que o caso de Katie não é um ponto fora da curva.

É o desespero de Katie que a motiva a abrir mão da própria dignidade e entrar na prostituição para garantir o sustento dos filhos. A condição de ser uma jovem mãe pobre deixa Katie vulnerável à exploração do seu trabalho sexual. Ela é aliciada por um segurança de uma loja que a flagra furtando alguns itens de higiene pessoal no local. Ele se aproveita então do desespero da moça e oferece uma oportunidade de emprego.

Já China é um jovem negro que, tentando escapar do trabalho precário, decide vender alguns tênis que ele compra diretamente de um trabalhador de uma fábrica em Guangzhou, na China. Dessa forma ele pode vender por um preço mais barato, já que se livra dos impostos. Em compensação ele corre o risco de acabar sendo preso.

China denuncia para Blake as condições de trabalho que lhe são impostas e sonha em se livrar delas com a venda dos tênis. Ele diz: “Sem mais trabalhos ruins. Sem mais porcarias no depósito. Sabe o que os sacanas fizeram esta manhã? Nos chamaram às 5:30 da manhã para descarregar um caminhão. Sabe quanto tempo durou? 45 minutos. Pagaram 3,79 libras. Está pior do que na China”

É evidente que Blake é o personagem central e que a trama gira em torno de sua figura. Katie e China, assim como as questões de gênero e raciais se materializam de forma lateral, mas nem por isso são um mero adereço. Os personagens são bem construídos e estabelecem significativas relações com Blake, cumprindo o seu papel no desenvolvimento da trama.

O tema da solidariedade de classe é central no filme de Loach. Abandonados pelo Estado, na figura do serviço de assistência social, os trabalhadores só podem contar uns com outros, o que acontece, por exemplo, na relação de Blake e Katie. Blake solidariza-se pela situação de Katie e decide ajuda-la de várias formas, seja na reforma da casa, seja no cuidado das crianças, etc., e também a ajuda a sair da prostituição. Em contrapartida, quando Blake está quase desistindo de persistir na luta por seus direitos, Katie e as crianças o ajudam a continuar. A solidariedade também se faz presente na relação entre Blake e China. China ajuda Blake com os formulários da internet e Blake ajuda China recebendo em seu endereço uma das caixas de tênis enviadas para o amigo. Para não chamar atenção, as caixas são enviadas para vários endereços distintos.

No filme, a solidariedade cumpre um papel essencial, sem ela os trabalhadores não poderiam viver. Apesar da ausência da força coletiva do sindicato, como é comum no cinema que reflete o novo mundo do trabalho, sem a ajuda solidária, uns e outros pereceriam. Dessa forma o filme reivindica o importante valor da solidariedade.

Para concluir, em *Eu, Daniel Blake*, Ken Loach apreende a realidade concreta do desmonte do Estado de bem-estar social e as suas consequências para a vida da classe trabalhadora, especialmente a precarização da vida dos indivíduos. Mas esse processo não se dá passivamente, pois os personagens resistem das formas que se mostram possíveis. Na figura de Blake, essa resistência assume um caráter heroico, de recusa a resignar-se frente às arbitrariedades. Blake simboliza a coragem que esse tempo histórico exige de nós.

No funeral de Blake, Katie lê um pequeno discurso que o amigo tinha escrito para ler na audiência do recurso, mas não teve chance. Nele, Blake sintetiza sua luta e convicções:

Não me curvo a ninguém, olho meus vizinhos nos olhos e ajudo-os se puder. Eu não aceito ou procuro caridade. Meu nome é Daniel Blake. Eu sou um homem, não um cão. Portanto, exijo meus direitos. Exijo que me tratem com respeito. Eu, Daniel Blake, sou um cidadão, nem mais e nem menos.

A reivindicação de Blake, no fundo, é uma crítica radical a toda uma ordem social que precariza e oblitera a vida humana em nome do capital. É contra essa lógica e em defesa da dignidade humana que ecoam as palavras finais de Daniel Blake.

1.4 Convergências e divergências

Após a análise dos filmes individualmente podemos traçar alguns pontos de convergência e divergências entre eles.

Sendo todos eles filmes europeus, podemos perceber a forte presença de problemáticas próprias ao contexto do continente como a importância do Estado de bem-estar social, seja em sua presença ainda atuante, principalmente se comparado com os contextos dos EUA ou do Brasil; seja em sua crise, que é central na trama de *Eu, Daniel Blake*.

A ausência dos sindicatos e a solidão em que vive a classe trabalhadora do século XXI estão presentes em todos os filmes, mas com uma importante diferença temporal. Em *Segunda-feira ao Sol*, que foi lançado dez anos antes dos demais, podemos ver ainda a presença e força dos sindicatos, pelos menos enquanto memória já que no presente fílmico a sua crise já está consolidada. Por outro lado, nos outros dois filmes não existem mais qualquer referência ou memória da presença dos sindicatos, que se faz completamente ausente do horizonte dos personagens.

Essa distância temporal parece também se fazer presente no fato de que em *Segunda-feira ao sol* a trama é completamente voltada para a perspectiva masculina, como era comum na representação do “mundo do trabalho fordista”. No filme, os personagens centrais são figuras masculinas, do velho mundo fordista, que se encontram desempregados, enquanto as mulheres ocupam um lugar de menor expressividade. Isso não implica dizer elas estejam completamente fora da trama. Ana, por exemplo, é uma trabalhadora precária, do novo mundo do trabalho, e é uma personagem bem construída, mas ainda assim a sua presença esta fortemente vinculada a Jose.

Por outro lado, nos outros dois filmes, a questão das mulheres é tratada com maior cuidado. Nos mais de dez anos que separam essas obras foi bastante nítido um expressivo crescimento do feminismo na vida social e isso não ficou de fora dos filmes. Em *Dois dias, uma noite*, a protagonista da trama é uma mulher o que, contudo, não significa que a trama central do filme seja a questão de gênero. O problema da solidariedade, tal como aparece no filme, está para além da questão de gênero, mas não deixa de ser estar atravessada por ela. E como já vimos, a questão das mulheres se faz marcadamente presente no filme. Quanto a *Eu, Daniel Blake*, o personagem central é um homem, o próprio Daniel Blake, mas na figura de Katie, a jovem mãe desempregada, o filme apresenta conflitos próprios a condição feminina, como a exploração do trabalho sexual, por meio da prostituição.

Além da questão de gênero, a questão racial, que também está ausente no filme de Aranoa, se faz presente nos outros dois. Em *Dois dias, uma noite* a questão se expressa nas precárias condições de vida e trabalho dos trabalhadores imigrantes, que são perceptivelmente mais difíceis que a dos outros trabalhadores. Já em *Eu, Daniel Blake* aparece mais timidamente no personagem China, o jovem trabalhador negro que assume o risco de um trabalho ilegal para escapar do trabalho precário.

Se, durante muito tempo, as especificidades da questão de gênero e racial tiveram sua importância subestimada pelas organizações da classe trabalhadora e pelo cinema do trabalho, hoje essas questões se tornam incontornáveis.

Mas a questão decisiva que pretendemos evidenciar nesse trabalho é a da precarização da vida. Os diretores demonstram possuírem um profundo senso de realidade ao se debruçarem, através do cinema, nas novas determinações sociais e do trabalho, e extraírem daí uma percepção viva acerca da precarização da vida.

Aranoa, em *Segunda-feira ao sol*, coloca em cena a precarização da vida dos desempregados, que se sentem impotentes, com baixa autoestima, em conflito com a família, suscetíveis ao abuso de álcool etc. Cada personagem vivencia essa condição de forma muito singular, com maior ou menor intensidade. Em seu nível mais extremado, desencadeia o suicídio de Amador. Mas não existe qualquer espécie de fatalismo em que a precarização das condições de vida levam necessariamente a completa derrocada dos sujeitos. O diretor se recusa a dar um final trágico a seus personagens, mas tampouco poderia se satisfazer com um final feliz em que todos conseguiriam um emprego no final, o que seria completamente absurdo. A sua aposta é na solidariedade e união entre os trabalhadores como a única forma de protegê-los de um fim trágico.

Em *Dois dias, uma noite* temos a precarização da vida dos trabalhadores assalariados. No caso de Sandra essa precarização se dá principalmente pelo risco do desemprego, mas sua expressão mais extremada se dá na sua tentativa de suicídio. Os outros personagens do filme apesar de terem um emprego não recebem o suficiente para garantirem suas condições de vida, o que se percebe pelo desespero com que se agarram ao bônus ou pelo fato de alguns deles terem um segundo emprego nos fins de semana, para completar a renda, obrigando-os a abdicar do tempo livre. No caso dos trabalhadores imigrantes a precarização dos vínculos empregatícios e da vida se apresenta de forma ainda mais acentuada.

A crise da solidariedade faz com que cada trabalhador tenha que enfrentar a precarização da vida de forma solitária. Os laços que outrora uniram a classe trabalhadora se mostram fragilizados. A luta de Sandra é para reatar esses laços mas, apesar dos seus esforços, ela não consegue reverter os votos suficientes para permanecer no emprego, como se poderia esperar de um *happy end* típico. Dessa forma, os irmãos Dardenne indicam que o problema que eles estão tratando não é de simples resolução,

tem bases profundas. Ainda assim, é a força da solidariedade que Sandra encontra na sua jornada que lhe dá forças para se recompor e sair vitoriosa por ter lutado bem a sua batalha.

Em *Eu, Daniel Blake*, de Ken Loach, a precarização da vida pode ser vista principalmente em Blake e em Katie. No caso de Blake, a crise do Estado de bem-estar social acaba colocando-o numa absurda situação (Kafkiana) na qual após sofrer um acidente de trabalho fica impossibilitada de trabalhar, mas não pode receber o auxílio doença por não atingir a pontuação necessária. No fim, a situação acaba levando-o à morte. No caso de Katie, uma jovem mãe desempregada que sonha em conseguir um emprego e em voltar a estudar, acaba entrando na prostituição para garantir a subsistência de suas crianças e a sua própria.

A união e solidariedade que se estabelece entre Blake e Katie são decisivas para que ambos possam seguir em frente. Enquanto ele a ajuda a sair da prostituição, ela o ajuda a levar a frente o seu caso para o tribunal.

No que se refere propriamente à relação da psicologia com a análise dos filmes, uma questão chave é a da dialética singular-particular-universal. Conforme Pasqualini e Martins (2015), essa dialética tem importantes implicações para a psicologia. As autoras vão encontrar uma fundamentação para esse estudo justamente na obra de Lukács, mais especificamente em *Introdução a uma estética marxista* (de 1978).

Apesar do título do livro, Pasqualini e Martins (2015) não estão interessadas propriamente na questão estética. Eles recorrem ao livro porque nele, antes de entrar na problemática da estética marxista, Lukács faz um denso estudo acerca da categoria da particularidade passando por Kant, Schelling, Hegel, Marx e Goethe e delineia a complexa questão da dialética do singular-particular-universal.

É importante fazer essa distinção porque para Lukács a dialética do singular-particular-universal não se dá da mesma forma na ciência e na arte. No que se refere à ciência, o reflexo da realidade culmina na universalidade ou na singularidade, enquanto que na estética esse reflexo assume a forma da particularidade, onde a essência é expressa de forma inseparável de sua expressão fenomênica (Lukács, 1978).

Para Pasqualini e Martins (2015), a particularidade vai ser uma categoria chave para resolver a questão acerca da relação entre o indivíduo e sociedade. Na medida em que se busca superar a oposição em que a psicologia se viu presa entre indivíduo e sociedade, a grande questão que se impõe é a de desvendar a forma pela qual se dá essa articulação indissociável. A importância para a psicologia é a da compreensão de como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade tendo a particularidade como mediação.

As autoras fazem referência às críticas de Vigotski à psicologia tradicional, que procurava pensar os indivíduos isoladamente das relações que o constituíam. Também fazem referência a Silva Lane, que inspirada em Vigotski e em oposição à psicologia social hegemônica, buscava compreender concretamente o contexto latino americano, captar na análise psicológica as determinações particulares e universais que incidem sobre os indivíduos, condicionando sua existência singular. Isso implica a capacidade de decodificar, na singularidade do indivíduo, aspectos sociais de seu tempo histórico e de suas condições objetivas de vida. E como enfatiza Oliveira (2001), não é tarefa simples identificar as mediações sociais que constituem o particular, e muito menos perceber as conexões entre elas, mas sem isso não é possível apreender adequadamente o indivíduo concreto. (Pasqualini & Martins, 2015).

Olhando para a história e para as proposições da Psicologia tradicional, perceberemos justamente que tal ciência aponta inúmeros limites para apreender o indivíduo em sua concretude, ficando limitada a uma pseudoconcreticidade: pautada em uma dicotomia entre indivíduo e sociedade, a Psicologia tradicional não é capaz de ir além da singularidade imediata e aparente. Com isso acaba incorrendo em uma fetichização da individualidade singular. Essa Psicologia lida com o indivíduo em si mesmo, como uma mônada, como se a individualidade se explicasse por si mesma. (Pasqualini & Martins, 2015, p. 369).

Seguindo essas indicações é que defendemos as contribuições do estudo do cinema para psicologia. Como procuramos demonstrar nas análises, os filmes ajudam a tornar concreto o modo pelo qual se dá a efetivação da precarização da vida. Trata-se de um processo universal que assume, pela particularidade das condições sociais e de trabalho, formas singulares nos personagens. É na singularidade das trajetórias que podemos visualizá-la com máxima clareza, bem como a forma pela qual os personagens resistem ou sucumbem a ela.

Se tomarmos *Segunda-feira ao Sol* como exemplo, veremos que as consequências do desemprego nos indivíduos aparecem de forma singular nos personagens. Cada um deles enfrenta essa condição, que é universal, singularmente. A particularidade é exatamente o meio social em que eles estão inseridos, por exemplo a Espanha do começo do século XXI que está passando por um profundo processo de precarização do trabalho. Também podemos tomar a precarização das condições de vida como uma universalidade que se expressa singularmente, em suas múltiplas formas nas trajetórias pessoais.

O mesmo pode ser observado em *Dois dias, uma noite* e em *Eu, Daniel Blake*. Em ambos a precarização da vida se expressa singularmente nos diversos personagens e vemos como essa precarização está relacionada às determinações do novo mundo do trabalho. Cada singularidade é uma individualidade concreta, que se forja dentro de uma universalidade também concreta.

É nesse sentido que defendemos que o cinema pode trazer importantes contribuições para pensar uma psicologia que se propõe a pensar indivíduos concretos, que se constituem em sociedade, em relações sociais concretas. Dessa forma, a arte pode enriquecer o nosso conhecimento profundo acerca de problemas humanos específicos de um determinado momento histórico em um determinado contexto sócio-político. No caso do novo cinema do trabalho, as contribuições são fartas dentro de uma vasta filmografia.

Em suma, o que essas três obras conseguem captar com precisão é a situação da classe trabalhadora europeia no século XXI, que está à deriva num novo mundo do trabalho hostil e precário. É na medida em que elas apreendem as principais tendências do desenvolvimento social, que conseguem expressar, em suas determinações concretas, a precarização da vida e a tensão entre a solidão e a solidariedade.

Quando à precarização da vida, ao colocar os personagens em conflitos com os dilemas do novo mundo do trabalho, esta aparece naturalmente. O desemprego, a miséria, a solidão, são alguns dos principais desafios enfrentados, e não raramente o suicídio, tanto nas obras como na vida, aparece como última e desesperada alternativa.

Já em relação à tensão entre solidão e solidariedade, trata-se de uma das questões mais decisivas para classe trabalhadora hoje. A solidão é a condição fundamental em que vive a classe trabalhadora hoje, tanto pelo enfraquecimento dos sindicatos quanto pela atomização dos indivíduos na dinâmica vida social, e é dessa

forma que os personagens se encontram ao ter que enfrentar as vicissitudes do novo mundo do trabalho. Contudo, ainda que a força coletiva do sindicato esteja completamente ausente, os personagens lutam por um algum tipo de união e solidariedade. É essa solidariedade que permite que os personagens não se resignem ante as pressões da realidade. Sandra termina desempregada, mas com a consciência limpa e pronta para os novos desafios. Em *Segunda-feira ao sol*, todos terminam desempregados, mas conscientes da necessidade de permanecer unidos. E em *Eu, Daniel Blake*, ainda que Blake termine o filme morto, pode-se dizer que ele morreu de pé, sem se curvar. O seu discurso, lido por Katie em seu velório, traduz em palavras simples a dignidade de um homem.

Esses pontos em comum entre os filmes não se devem ao fato deles fazerem algum tipo de referencia entre si, mas de que todos eles tomam como referência a própria dinâmica da sociedade, apreendendo assim as tendências inscritas na realidade social. A precarização da vida e a tensão entre a solidão e a solidariedade não aparecem nas obras como mera criação subjetiva dos diretores, mas enquanto uma tendência objetiva da realidade captada por eles e transpostas para o plano estético por intermédio da atividade criativa.

Essa apreensão sensível e intuitiva do real, própria à arte, nos parece ser indispensável para ampliar a nossa compreensão acerca das novas determinações do capitalismo, do novo mundo do trabalho e de seus impactos sobre a vida dos indivíduos concretos. Por distintos caminhos, a ciência, a filosofia e a arte contribuem para desvelamento dos enigmas da realidade. O novo cinema do trabalho é hoje uma das expressões mais vivas das contribuições que arte pode nos oferecer.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Nesta dissertação, partimos da compressão de que a arte é uma forma de conhecimento da realidade social. Assim sendo, buscamos investigar, por meio do cinema, o que ele nos revelava sobre a condição dos indivíduos frente às novas determinações do mundo do trabalho.

Contudo, uma investigação dessa natureza requeria um estudo preliminar acerca das transformações sofridas na totalidade social em decorrência da crise da sociedade do capital, que teve início nos anos 1970 e vem sendo amplamente estudado por uma rica literatura das ciências sociais.

Dessa forma essa dissertação se distingue em dois momentos, mas que possuem um diálogo direto. No primeiro momento chegamos, por meio de uma investigação teórica, à categoria de “precarização da vida”. O segundo momento consistiu numa investigação de obras artísticas com o intuito de apreender o que elas revelavam sobre as novas determinações do mundo do trabalho. A finalidade ao articular, na busca do conhecimento, as contribuições das ciências sociais e das artes, era a de enriquecer a nossa compreensão da realidade uma vez que os homens e mulheres apreendem a sua realidade social de distintas formas, e acreditamos que todas elas são indispensáveis.

A conclusão a que chegamos indica não só a possibilidade de um estudo dessa natureza como também de sua necessidade, ainda mais quando se trata do mundo do trabalho, haja visto a grande quantidade de obras e temas abordados. Além disso, foi possível também pensar na contribuição da arte para o estudo da psicologia social (e da Psicologia Social do Trabalho), sobretudo por meio da dialética entre singular-particular-universal.

Nos limites de uma dissertação apenas nos foi possível analisar três obras, uma quantidade pequena, dentro de um vasto material, para se chegar a conclusões mais definitivas acerca do novo cinema do trabalho. No entanto, foi o suficiente para concluir que as suas obras mais significativas trazem contribuições relevantes que não podem ser menosprezadas pelos pesquisadores que pretendem investigar a fundo as novas determinações da sociedade do capital e do mundo do trabalho, bem como a precarização da vida dos indivíduos em meios a essas transformações. Espera-se que outros estudos dessa natureza possam contribuir ainda mais para o esclarecimento do papel desse cinema no desvelamento do novo mundo do trabalho.

Outra limitação que podemos apontar desse estudo foi fato de termos tomado como objeto de análise exclusivamente o cinema europeu. Tal escolha se justifica por dois motivos. Primeiro pelo fato do contexto europeu ser bastante paradigmático já que lá o Estado de bem-estar social atingiu os patamares mais elevados no pós-guerra e hoje sofre um profundo processo de desmonte, o que faz com que o sentimento da perda apresente contornos mais definidos do que em outros contextos, como o brasileiro e latino americano em geral, onde os ganhos para a classe trabalhadora sempre foram minoritários. Segundo porque o que chamamos de novo cinema do trabalho tem se desenvolvido até então de forma mais expressiva na Europa, seja pela quantidade de obras que abarcam o tema, seja pela maturidade e experiência os diretores. Além disso, a produção da crítica que tomamos como referência tendia a privilegiar o cinema realizado na Europa.

Acreditamos que a principal limitação dessa escolha consiste em que um dos principais desafios e tarefa da crítica da cultura é a investigação da realidade nacional, já que é esta que nos exprime, mesmo quando é menos significativa esteticamente. Nesse sentido a análise do novo cinema do trabalho brasileiro, com o intuito de desvelar

as particularidades da realidade do mundo do trabalho e precarização da vida no Brasil, ainda está por ser realizado.

Nos últimos anos o cinema brasileiro também tem seguido uma tendência mundial de produzir obras que se debruçaram sobre o novo mundo do trabalho. Podemos apontar, em especial, *Arábia* (2017), *Pela Janela* (2017), *Corpo Elétrico* (2017) e *Que horas ela volta* (2015) como filmes que mereceriam cuidadosas análises para se chegar a uma compreensão da particularidade do mundo do trabalho brasileiro e do lugar do cinema brasileiro nesse debate.

Por fim, entendemos que uma compreensão do processo de precarização da vida, que tem se intensificado nesse início do século XXI, é de fundamental importância para pensar os caminhos que a sociedade vem traçando e seus impactos humanos e sociais. Trata-se de pensar criticamente como a sociedade vem se tornando hostil para a própria vida humana, tornando-se assim um imperativo repensá-la de forma radical.

O mundo do trabalho, pelo lugar que ocupa na sociedade, é um espaço privilegiado para entender o processo de precarização da vida. É por isso que defendemos a importância de pensar o sofrimento e o adoecimento no trabalho para além de seus aspectos mais superficiais, de modo a compreendê-los em sua profundidade, isto é, como eles afetam a vida dos indivíduos como um todo. Apenas quando se toma um problema em sua raiz é possível apreender o seu real significado e encontrar soluções realmente efetivas.

Acreditamos que essas soluções exigem pensar a sociedade como um todo e passam necessariamente pelas lutas sociais do mundo do trabalho, dimensão essa não ignorada pela Psicologia Social do Trabalho e cujo maior desafio ainda é entender qual o papel e a contribuição da psicologia nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, G. (2006). Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema. Londrina: Editora Práxis.

Alves, G. (2011). Trabalho e subjetividade: o espírito o toyotismo na era do capital manipulatório. São Paulo, Boitempo.

Alves, G. (2015a). A Batalha de Sandra Uma Análise crítica do filme “Dois dias, uma noite”, de Jean-Pierre e Luc Dardenne. Dossiê “Dois dias, uma noite”, Revista de Sociologia e Cinema, 12(12).

Alves, G. (2015b) Prometeu adoecido: Capitalismo global e degradação humana da pessoa humana-que-trabalha In: Alves, G., Vizzaccaro-Amaral, A. L. & Chapadeiro, B. (orgs.). A hýbris de saturno: precarização do trabalho, saúde do trabalhador e invisibilidade social. Bauru-SP: Canal 6 (Projeto Editorial Praxis)

Antunes, R. (2002). As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). Cadernos CRH, Salvador, n. 37, pp. 23-45, jul./dez.

Antunes, R. (2005). O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (org.) (2006). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2009) Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo.

Antunes, R. (2013a). A corrosão do trabalho e a precarização estrutural in: Navarro, V. L. & Souza, E. A. (orgs.) O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões.

Antunes, R. (org.) (2013b). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2011). Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez.

Antunes, R. (org.) (2014). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2018). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. & Silva, M. A. M. (orgs.) (2004). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular.

Antunes, R & Praun, L. (2015) A sociedade dos adoecimentos no trabalho. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, pp. 407-427. Basoli, L. (2006). O sol como garantia – uma análise de “Segunda-feira ao sol”, Revista de Sociologia e Cinema, 3(3).

Bastos, F. (1987). Panorama das ideias estéticas no Ocidente (de Platão a Kant). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Benjamin, W. (2014). Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense.

Bernardo. M. H., Nogueira, F. R. C., & Büll, S. (2011). Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63 (no.spe.) 83-93.

Bernardo, M. H., Sousa, C. C., Pinzón, J. G. & Souza, H. A. (2015) A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In: *Psicologia social e trabalho: perspectivas críticas* (orgs.) Coutinho, C., Furtado, O., Raitz, T. R. Florianópolis: ABRAPSO Editora.

Bones, N. P. (2011) *Refletir o real: uma análise da obra dos irmãos Dardennes* Mestrado, UFB.

Borges, L. O. & Yamamoto, O. H. (2014) in: J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

Braverman, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Candido, A. (1993). *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas cidades.

Candido, A. (2011). *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/São Paulo: Duas cidades.

Candido, A. (2014). *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul.

Cotrim, Livia (2013). Apresentação de "Lukács e o Cinema. In: Chagas, Rodrigo. (Org.). *Cinema, Educação e Arte*. 1ed.Boa Vista: Editora da UFRR, v. 1, p. 51-75.

Coutinho, C. N. (1967). *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Coutinho, M. F; Bernardo, M. H & Sato, L. (orgs.) (2017). *Psicologia social do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Campione, R. (2008). Los derechos flexibles. A propósito de *La cuadrilla*, de Ken Loach. In: González, C. B. & Rivaya, B. (orgs.) *Trabajo y cine: una introducción al mundo del trabajo a través del cine*. Universidad de Oviedo.

Castro, F. G., Alvarez, M., Luz, R. (2017). Modo de produção flexível, terceirização e precariedade subjetiva *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 20(1), p.43-54.

Chapadeiro, B. (2015). "À deriva: precarização existencial e crise do capital": uma análise crítica do filme "Dois dias, uma noite" de Jean-Luc e Pierre Dardenne. Dossiê "Dois dias, uma noite", *Revista de Sociologia e Cinema*, 12(12).

Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré.

Dejours, C (2000). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Dejours, C. & Bègue, F. (2010). *Suicídio e trabalho: o que fazer*. Brasília: Paralelo 15.

Dejours, C. (2013) O trabalho entre banalização do mal e emancipação. *Revista Brasileira de Psicanálise*. 47 (2), 85-97.

Díaz, D. (2008). Las precarias se rebelan. *Pan y rosas*, de Ken Loach (2000). In: González, C. B. & Rivaya, B. (orgs.) Trabajo y cine: una introducción al mundo del trabajo a través del cine. Universidad de Oviedo.

Engels, F (2006). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem in: Antunes, R. (org.) A dialética do trabalho. São Paulo: Editora Expressão Popular

Engels, F. (2010). A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo.

Foley, R. (2003). Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista. São Paulo: Editora UNESP.

Frederico, C. (2013). A arte no mundo dos homens: O itinerário de Lukács. São Paulo: Expressão Popular.

Gawryszewski, B. (2015). Precariedade do trabalho: uma discussão crítica a partir do filme "Dois dias, uma noite" de Jean-Luc e Pierre Dardenne. Dossiê "Dois dias, uma noite", Revista de Sociologia e Cinema, 12(12).

Harvey, D. (1996). Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola.

Harvey, D. (2014). O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola.

Hesíodo (2012). Os trabalhos e os dias. Curitiba, PR: Segesta.

Heller, A. (2007) El fundado de escuela. in: Vedda, M e Infranca, A. György Lukács: ética, estética e ontologia. Buenos Aires: Colihue.

Heloani, R. (2003). Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas

Heloani, J. R. & Capitão, C. G. (2003) Saúde mental e psicologia do trabalho. Revista São Paulo em Perspectiva, 17 (2): 102-108.

Hobsbawn, E. (1975) Prologo. In: Engels, F. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. Porto: Editora Afrontamento.

Holz, H. H; Kofler, L. & Abendroth, W. (1969). Conversando com Lukács. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Holzmann, L. (2012). O trabalho no cinema: (e uma socióloga na plateia). Porto Alegre: Tomo Editorial.

Ianni, O. (2011). A sociologia e o mundo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Júnior, A. F. O. (2015) comportamento suicida no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Psicologia, 02 (01), 15-28.

Konder, L. (2000). Os sofrimentos do “homem burguês”. São Paulo. Editora Senac São Paulo.

Loureiro, P. R. A.; Mendonça, M. J. C. & Sachsida (2010) Os determinantes econômicos do suicídio: um estudo para o Brasil. Brasília: Ipea, (texto para discussão, n. 1487).

Lourenço, E., Navarro, V., Silva, J. F. S & Sant'ana, R. (orgs.) (2010). O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular.

Linhart, D. (2007). A desmedida do capital. São Paulo: Boitempo.

Linhart, D. (2014). Modernização e precarização da vida no trabalho. In: Ricardo Antunes (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo.

Lukács, G. (1966). Estetica 1. La peculiaridad de lo estético. Cuestiones previas y de principio, v. 1. Barcelona, México: Grijalbo.

Lukács, G. (1978). Introdução a uma estética marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lukács, G. (2010). Marxismo e teoria da literatura. São Paulo: Expressão Popular.

Lukács, G. (2013). Para uma ontologia do ser social, 2. São Paulo: Boitempo.

Lukács, G. (2016). Marx e Engels como historiadores da literatura. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2012). Crítica do programa de Gotha. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2013). O capital: crítica da economia política: Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2017). Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martin Claret.

Marx, K. (2017). O capital: crítica da economia política: Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, I. (1987) A necessidade do controle social. São Paulo: Ensaio

Mészáros, I. (2007) O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo

Mészáros, I. (2011a) A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, I. (2011b) Para além o Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo.

Moura, A. (2006). O desemprego como dilaceração do homem – uma análise de “Segunda-feira ao sol”, Revista de Sociologia e Cinema, 3(3).

Mustafa, P. S. & Benatti, L. P. S. (2010). Trabalho e necessidades: há satisfação das necessidades humanas na era do capital? In: Lourenço, E., Navarro, V., Silva, J. F. S & Sant’ana, R. (orgs.). O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular.

Navarro, V. L. & Lourenço, E. A. S. (orgs.) (2017). O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho

Navarro, V. L. & Souza, E. A. (orgs.) (2013). O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões.

Navarro, V. L., Maciel, R. H., & Matos, T. G. R. (2017). A questão do trabalho no Brasil: Uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial in:

Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (org.) *Psicologia social do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Netto, J. P. (1974). Depois do modernismo in: Coutinho, Carlos Nelson et al. *Realismo & anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Netto, J. P. (2017). Uma face contemporânea da barbárie in: Braz, M. (org.) *José Paulo Netto. Ensaio de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez.

Netto, J. P. & Braz, M. (2012). *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.

Netto, N. B. (2013) Suicídio e trabalho: breves considerações acerca da relação entre sofrimento e alienação. In: Navarro, V. L. e Lourenço, A. S. (orgs.) *São Paulo: Outras Expressões*.

Nikitin, P. (1967). *Fundamentos de economia política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Pasqualini, J. C. & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362-371.

Piore, Michael J. & Sabel, Charles F. (1984) *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books.

Rivaya, B. (2008). Trabajo, cine y cine laborista. Algunas cuestiones introductorias. In: González, C. B. & Rivaya, B. (orgs.) *Trabajo y cine: una introducción al mundo del trabajo a través del cine*. Universidad de Oviedo.

Roque, Tatiana (2012) *História da Matemática – Uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Saffioti, H. (2004) *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Sato, L., Coutinho, M. C. & Bernardo, M. H. (2017) *A perspectiva da psicologia social do trabalho* In: *Psicologia social e trabalho: perspectivas críticas* (orgs.) Coutinho, C., Furtado, O., Raitz, T. R. Florianópolis: ABRAPSO Editora.

Seligmann-Silva, E. (2015). *Desemprego e desgaste mental: desafio às políticas públicas e aos sindicatos*. *Revista ciência do trabalho* n. 4. 89-109

Sene, T. (2006). *Segundas ao sol – uma análise de “Segunda-feira ao sol”*, *Revista de Sociologia e Cinema*, 3(3).

Sennett, R. (1999) *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Shakespeare, W. (2017). *Macbeth*. Ed. especial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Schüler, D. (2011). *Prefácio: Os sete contra Tebas e a tragédia guerreira de Ésquilo* in. *Ésquilo, Os sete contra Tebas*. Porto Alegre: L&PM.

Taylor, F. S. (1944). *Pequena história da ciência*. São Paulo: Livraria Martins Editora.

Tertulian, N. (2008). *Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético*. São Paulo: Editora UNESP.

Torres, A. G. (2008). *Los lunes al sol* y el caso de Cándido y Morala. In: González, C. B. & Rivaya, B. (orgs.) Trabajo y cine: una introducción al mundo del trabajo a través del cine. Universidad de Oviedo.

Wacquant, L. (2007). Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan.